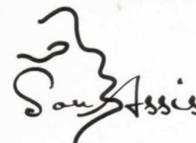




Pesquisa em
gestão
pública
Artigos

Allan Gustavo Freire da Silva
Assis Souza de Moura
Luiz Antônio Coêlho da Silva
Organização



Publicação sem fins lucrativos



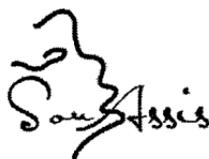
Série Gestão Pública - 3 9 7 8 6 5 8 8 1 7 3 0 3 9 1

2022001 PD LS A003

Sapé | Paraíba | Brasil

Série **Gestão Pública**, v. 3

**PESQUISA EM
GESTÃO PÚBLICA**
Artigos



| INSTITUTO SOU ASSIS

Somos uma associação editorial formada por professores/as da Educação Básica e do Ensino Superior, cujo objetivo é a democratização do livro e da leitura.

CONSELHO GESTOR

| **Dr. Assis Souza de Moura**, Presidente
| **Me. Guinaldo da Costa Lira Júnior**, Presidente Adjunto
| **Esp. Ediniede Dias de Aquino**, Secretária

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO (2019-2022)

| **Assis Souza de Moura**, doutor
| **Joel Martins Cavalcante**, mestre
| **Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues**, doutora
| **Luiz Antonio Coêlho da Silva**, doutor
| **Ozonias de Oliveira Brito Junior**, mestre

CONSELHO EDITORIAL (2019-2022)

| **Allan Jones Andreza Silva**, mestre
| **Assis Souza de Moura**, doutor
| **Edielson Ricardo da Silva**, mestre
| **Edileuza Ricardo da Silva**, especialista
| **Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues**, doutora
| **João Batista Teixeira**, doutor
| **João Djane Assunção da Silva**, mestre
| **Joel Martins Cavalcante**, mestre
| **José André Francisco Filho**, especialista
| **José Romário Araújo da Silva**, mestre
| **Klauber Jorge Canuto**, especialista
| **Luiz Antonio Coêlho da Silva**, doutor
| **Ozonias de Oliveira Brito Junior**, mestre
| **Vanessa Vera do Nascimento**, especialista

Os membros dos Conselhos Gestor, Técnico-científico e Editorial são voluntários/as e, em hipótese alguma, recebem qualquer remuneração para o desempenho de suas atividades. **Os textos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as.** Os/as organizadores/as não respondem pela originalidade dos textos assinados.

Série **Gestão Pública**, v. 3

**PESQUISA EM
GESTÃO PÚBLICA**
Artigos

**Allan Gustavo Freire da Silva
Assis Souza de Moura
Luiz Antônio Coêlho da Silva**
Organização



Sapé – PB | 2022

Copyright © 2022 by **Autores**

Todos os direitos reservados. Texto de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, exceto em citações. **O texto é de responsabilidade exclusiva do/a autor/a.**

Série **Gestão Pública** | Volume 3

Organização da série: **Assis Souza de Moura e Luiz Antonio Coêlho da Silva**

Título da obra: **Pesquisa em Gestão Pública: Artigos**

Autor: **Vários autores**

| Recebido em setembro de 2021.

| Aprovado em outubro de 2021.

| Publicado em outubro de 2022.

Edição | **Instituto SouAssis**

Editoração eletrônica | **Assis Souza de Moura**

Coordenação editorial | **Ozonias de Oliveira Brito Junior**

Revisão de linguagem: **Autores**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S586p Silva, Allan Gustavo Freire da.

Pesquisas em gestão pública: artigos / Allan Gustavo Freire da Silva, Assis Souza de Moura, Luiz Antônio Coêlho da Silva. - Sapé: Instituto Sou Assis, 2022.

208p.

ISBN – 978-65-88173-03-3

1. Gestao pública, 2. Pesquisa. – I. Título.

CDD: 350

22-01

Índices para catálogo sistemático:

Epistemologia da pesquisa – Gestão pública

Impresso no Brasil | Impreso en el Brasil | Printed in Brazil |
Imprimé au Brésil | Gedruckt in Brasilien | Stampatp in Brasile

Foi feito o depósito legal | Primeira edição: outubro de 2022.

Para citar esta obra:

SILVA, A. G. F.; MOURA, A. S.; SILVA, L. A. C. **Pesquisas em gestão pública: artigos.** Sapé (PB): Instituto Sou Assis, 2022.

SUMÁRIO

9

PREFÁCIO

Allan Gustavo Freire da Silva

13

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E O COMBATE AS *FAKE NEWS*

Débora Jaiane Rodrigues de Souza

29

INFORMAÇÃO E COVID-19: UMA ANÁLISE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO (PE)

Itana Pereira Campos

45

A GESTÃO PÚBLICA E A PANDEMIA: CONCEITUANDO O COVID-19 E AS MEDIDAS ADOTADAS CONTRA O VÍRUS.

Lúcia Helena Gomes Evangelista

53

ENTRE A ESPADA E A SERPENTE? PODER PÚBLICO E PROTEÇÃO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Ednailson de Moraes Júnior

65

**O ESTADO BRASILEIRO NA ATUAL
PANDEMIA DO COVID-19 SOB A LUZ DE
NICOLAU MAQUIAVEL**

Nandhara Bezerra da Silva

75

**ANÁLISE DAS MEDIDAS TOMADAS EM
CONSEQUÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-
19**

Taís da Costa Sousa

91

**O PRIMEIRO CASO É SEMPRE MAIS
MARCANTE**

Vinícios Matheus Dos Santos Farias

111

**EDUCAÇÃO E COVID-19: IMPORTANTE
PAPEL DA UNIÃO FAMÍLIA/ESCOLA EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

Carlos Eduardo de Lima Nascimento

121

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COVID-19

Emanoela de Lima Maracajá

135

**A FANTASIA “SRAG”: AS
(SUB)NOTIFICAÇÕES DA COVID-19**

Tarlan Alexandre de Lima

149

**UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA EM
RELAÇÃO À NEGLIGÊNCIA DO ESTADO E À
DESVALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL
EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19**

Michely Maria Vieira Sousa

161

**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O
DESAFIO DO ENSINO REMOTO NAS
ESCOLAS**

Ednalva Ferreira da Silva

175

**UM OLHAR SOBRE A DESIGUALDADE
SOCIAL QUE AFETA DIRETAMENTE A
EDUCAÇÃO DO PAÍS DIANTE DA PANDEMIA
DO NOVO COVID-19**

Mônica Alves Feitosa

185

**COMUNIDADES RURAIS EM TEMPOS DE
COVID-19: PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA
DOS CAMPONESES NA COMUNIDADE
CALDEIRÃO, BREJINHO (PE)**

Aucilene Rodrigues da Silva

197

**IMPACTO DO COVID-19 NO TRANSPORTE DE
CARGA RODOVIÁRIO**

Cássio de Oliveira Almeida

PREFÁCIO

Allan Gustavo Freire da Silva

Professor da UFCG

Em tempos de prosperidade ou em períodos de instabilidades, as discussões sobre administração pública têm sido ampliadas, alcançado múltiplos atores e instituições, demonstrando o quão essenciais são aprofundamentos em estudos no âmbito público e o fomento à capacitação de novos profissionais.

Este livro evidencia associadas abordagens sobre o campo de públicas e seus encadeamentos, os quais esclarecem conceitos, teorias, práticas e relatos que nos auxiliam a perceber e assimilar aspectos do Estado, perspectivas de saúde, sociais, políticas, educacionais, econômicas e organizacionais.

Na obra, as análises apresentadas como capítulos, contemplam temas sobre a relação entre gestão pública, transparência e seu enfrentamento à COVID-19 e às fake news; discussões sobre poder público e proteção social no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil; atuação do

Estado brasileiro à luz de pensamentos de Maquiavel; além de textos direcionados à relatos sobre a percepção de pessoas ante casos confirmados de coronavírus (SARS-CoV-2); seguidos de análises sobre medidas da administração pública diante desta pandemia.

Considerando o período de combate à COVID-19, a coletânea também expõe discussões sobre desigualdades sociais, exclusão digital e níveis de educação no país, salientando desafios para a realização do ensino remoto nas escolas; traz à baila pontos de vista sobre o papel da família e da escola; revela estudo sobre índices de transparência de dados, (sub)notificações, e ações de combate à COVID-19; ainda, esclarece aspectos direcionados, mediante visão sociológica, à negligência estatal e descrédito à ciência no Brasil.

Estão presentes neste livro, sob o formato de resenhas, conteúdos relacionados à vida, propósito e valores, impactando experiências profissionais e pessoais; a escritos sobre economia e relatos alusivos ao funcionamento internacional da administração pública, níveis de transparência, prestação de serviços e visões sobre a sociedade; e, discussões sobre beleza feminina e seus desafios para a conquista de espaço na sociedade; traz ainda, perspectivas sobre comportamento humano, depressão e

comunicação; discute-se sobre governo, mercado, economia e marketing na era dos dados; além de análises sobre democracia, sistema político, governança pública, cultura, burocracia e participação social; e de temas direcionados à pedagogia, a resolução de problemas, às tecnologias digitais na educação e suas metodologias ativas.

Isto posto, refere-se a relatos os quais possuem a capacidade de ampliar nossa aptidão argumentativa a respeito da gestão pública e suas nuances, expondo pertinentes questões imanentes ao funcionamento estatal, à administração das organizações públicas, panoramas sobre pessoas e instituições.

Esta produção mantém seu revestimento de significados e pertinência, ao deslindar desafios da administração pública e apontar frutíferos caminhos de desenvolvimento, a partir da produção de Ciência fundamentada na sistematização de investigações, no compartilhamento de saberes e na transparente estruturação de procedimentos.

Constituído sobre enfoques da administração pública e suas complexidades, os supraditos temas contidos no livro, expressam, como contribuição para o Estado, a exposição argumentativa sobre precípuos aspectos institucionais, apontando fragilidades, potencialidades e caminhos; como

relevância do manuscrito para a academia, exprime rica fonte de pesquisa e registros sobre pontos-chave à respeito de temas da gestão pública a citar: economia, educação, saúde, política e tecnologia; como importância deste material para a sociedade, registra-se a disponibilidade de abundante conjunto informacional com a capacidade de ampliação de conhecimentos, estímulo à criticidade e argumentação sobre fatos que nos impacta.

O compartilhamento de estudos atinentes à gestão pública assume a responsabilidade de prestação de contas e de estímulo ao compartilhamento do conhecimento, à medida que dispõe ao Estado, às organizações e à sociedade acesso a pesquisas, dados, resultados e considerações que os auxiliem a compreender desafios e condições sociais, corroborando com a ampliação da criticidade e interpretações sobre temas e conteúdos que permeiam e envolvem pessoas e instituições públicas.

Trata-se, portanto, de obra e discussões que trazem consigo abordagens interdisciplinares, pertinentes ao campo de públicas, a variados contextos organizacionais e às pessoas, a qual possui potencial transformador de realidades e de melhorias da gestão pública, cujo fruto transpareça uma sociedade mais justa e com qualidade para bem viver.

Boa leitura!

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E O COMBATE AS *FAKE NEWS*

Débora Jaiane Rodrigues de Souza

1 INTRODUÇÃO

O mundo está enfrentando uma grave pandemia relativa ao COVID-19, um novo vírus que explorou seus primeiros casos na cidade de Wuhan, na China em 2019. O mesmo teve origem no mercado de frutos do mar, nesta localidade. Coronavírus são RNA causadores de infecções respiratórias em uma variedade de animais, incluindo aves e mamíferos (LANA et al., 2020). Os casos crescem de modo gradativo desde o início dos relatos, que aconteceram no dia 31/12/2019. Após este evento, a doença foi devastando vidas até atingir o ápice do contágio, afetando todos os continentes. Para a proteção de todas as pessoas, foi estabelecida a quarentena em muitos lugares; em março de 2020 um terço da população já estava em isolamento social.

Pessoas idosas com alguma outra doença pré-existente, seguido de outros que enfrentem doenças cardiovasculares, pulmonares, ou até mesmo diabetes, se encontram no grupo de risco e devem tomar cuidados redobrados. Seus principais sintomas são: Febre, tosse seca, dispneia e diarreia. Goeking (2020) afirma que não basta a crise de saúde e econômica causada pela pandemia da covid-19 que o mundo inteiro enfrenta, o Brasil passa agora por uma crise política. Por isto, o objetivo geral desse artigo é analisar as medidas que os representantes do Brasil estão tomando em relação ao coronavírus e a sociedade que está sendo afetada com esta doença e entregue a um sistema de saúde desorganizado. Este estudo irá abordar também o combate as *Fake News*, que por sua proliferação tremenda, coloca em risco a vida de toda a população.

Nesta análise teórica, tem-se como objetivos específicos demonstrar os dados mais atualizados sobre o vírus e os impactos na gestão pública no Brasil, além de mostrar sua importância para as melhores soluções em período de quarentena, expor a quantidade de pessoas atingidas pelo COVID-19, mortos e recuperados e demonstrar como reconhecer as *Fake News* que giram o mundo durante este período.

2 METODOLOGIA

Neste artigo foi utilizado dados referentes ao ano de 2020, da maneira mais atualizada possível, pois por se tratar de uma pandemia os números mudam rapidamente e diariamente. Neles, é exposto primeiramente o número de casos confirmados, recuperados e mortes nos cinco principais Estados. Em seguida mais um quadro especificando de um modo mais claro algumas *Fake News* que foram expostas em meio a pandemia. Os dados destes foram retirados do site G1, páginas das prefeituras municipais referentes aos estados retratados e também através da revista Veja.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa pelo fato de haver a coleta de dados, além de ser também um estudo de caso com o intuito de transpor as evidências atuais apontadas pela pandemia do novo coronavírus. As informações em geral foram buscadas através de livros, sites, artigos retirados da Scielo, com averiguações tanto sobre a importância de uma boa Administração, como *Fake News* e também estudos científicos sobre a SARS-COV-2.

Os principais autores retratados neste artigo são Carvalho ao expor sua visão sobre atual situação do país, também como Pereira com enfoque nas organizações dentro

da administração e Braga falando sobre o conceito de *Fake News* e como elas podem prejudicar.

3 A COVID-19 NO BRASIL E OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NO PAÍS

No dia 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso do novo coronavírus no Estado de São Paulo. Tratava-se de um homem de 61 anos que deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, que tinha um histórico de viagem para Itália, mais precisamente na região da Lombardia. Logo após o carnaval, que é uma grande festividade cultural comemorada em todo o Brasil, os números de caso suspeitos aumentaram para 182, até então os dados não param de crescer. No momento desta pesquisa, cuja data é 24/07/2020, as secretarias estaduais de saúde já realizaram uma atualização onde os dados da pandemia demonstram até então 84.251 mortes registradas, 2.292.286 casos confirmados e 1.570.237 casos recuperados. No quadro a seguir trago os números atualizados de casos confirmados, recuperados e mortes, respectivamente nos Estados mais atingidos até o momento.

Quadro 1 - Número de casos da COVID-19 nos Estados mais atingidos

ESTADOS	CONFIRMADOS	RECUPERADOS	MORTES
SÃO PAULO	452.007*	220.974*	20.894*
CEARÁ	156.242*	120.079*	7.374*
RIO DE JANEIRO	151.549*	101.554*	12.535*
PARÁ	144.467*	100.080*	5.616*
BAHIA	138.358*	50.924*	3.044*

Fonte: Elaborada pela própria autora baseado nos dados do G1 e Prefeituras Municipais, 2020.

* Esses dados podem sofrer alterações.

Como mostra o quadro 1, São Paulo está em primeiro lugar em todas as categorias. Logo atrás o Ceará, Rio de Janeiro, Pará e Bahia. Com a grande dificuldade no esgotamento de leitos, sem o descobrimento da vacina e negligência médica em muitos hospitais, é bastante incerto o futuro de todos os brasileiros. O melhor remédio no momento e cotado pela Gestão é manter o isolamento social e utilizar máscaras ao sair, sempre lavar as mãos ou fazer o uso do álcool gel. Com esta evolução exponencial de ocorrências, neste momento o Brasil torna-se o 2º país com maior quantidade de casos confirmados do novo coronavírus em todo o mundo, superando a Rússia e Espanha, perdendo o

posto de primeiro lugar apenas para os Estados Unidos, segundo o *ranking* da Universidade Johns Hopkins.

Para Carvalho (2020) a situação atual do Brasil trata-se de uma tempestade perfeita. Pois, além de todas as dificuldades enfrentadas por conta da existência da COVID-19, o que muito afeta os brasileiros também, são as crises econômicas, políticas e sociais. Sabe-se que a crise na saúde, já se tornou o lema não apenas do Brasil, mas de todo planeta neste ano de 2020. Todavia, as outras turbulências também precisam ser analisadas como a economia que, antes desta pandemia já não estava com bons resultados para uma recuperação deste setor, pois ela no ano de 2019 cresceu apenas 1,1% (IBGE,2020). Por isto, é importante que o planejamento e a estratégia facilitem as tomadas de decisões do Executivo neste momento atual de crise. É de grande significado destacar os valores.

Pereira (2011, p. 69) diz que “não é porque uma organização tem mil funcionários que ela terá uma Declaração de Valores melhor do que aquela que tem 50. Não há nenhuma relação com a quantidade de funcionários”. Ou seja, a qualidade dos serviços prestados no setor organizacional público, independe da quantidade de pessoas que administram o cargo. O importante é tratar com seriedade o problema e buscar maneiras eficientes de resolução.

A competência dentro da Gestão Pública do Brasil necessita de transparência ao resolver qualquer tipo de crise. Hoje, a falta de leitos nos hospitais públicos principalmente, impede que as vidas sejam salvas.

Mesmo com todos estes problemas supracitados, e o número de casos aumentando, no dia 16/04/2020, Luiz Henrique Mandetta, ministro da saúde, foi demitido e anunciou em uma rede social. Após o acontecimento o presidente Jair Messias Bolsonaro nomeou Nelson Teich, que permaneceu na equipe apenas quatro semanas. Atualmente, Eduardo Pazuello é o ministro interino da saúde.

São inúmeros desafios a serem enfrentados desde o surgimento da doença, além dos cuidados em relação a saúde e economia, o que também vem se agravando cada dia mais, é a falta de credibilidade nas informações repassadas nos canais de comunicação, principalmente nas redes sociais, notícias conhecidas como *Fake News*.

4 A FAKE NEWS E SEU CONTÁGIO

A expressão *Fake News* (notícia falsa) é originada do inglês, porém tornou-se popular em todo o planeta para caracterizar informações que não são verídicas e que são publicadas, especialmente, nas redes sociais. Com o

surgimento do novo coronavírus, estas notícias falsas vieram à tona de uma maneira mais forte, Braga (2018, p. 210), afirma:

A indústria dos fake news prospera, portanto, da ausência de tolerância. Nesse contexto, em um ambiente de polarização política, ao invés de admitir a presença de opiniões distintas ou conflitantes e tratar a pluralidade destas como positiva, o indivíduo busca por elementos que reafirmem e comprovem suas concepções, geralmente incriminando ou culpabilizando o grupo no espectro oposto de todas as mazelas existentes.

Desta forma, sabendo que as *Fake News* sendo pontos fortes no mundo atual no ambiente político, agora atinge outros viés como sociais e tecnológicos. No quadro 2 traz-se algumas notícias falsas que circularam todo o país nos últimos tempos.

Quadro 2 - As Fake News que alastraram no Brasil

FAKE NEWS	COMENTÁRIOS
Soro da Imunidade combate o novo coronavírus	Não há embasamento científico para esta afirmação.
SARS-CoV-2 não consegue sobreviver em temperaturas acima de 20°C	Não há nenhuma comprovação de que em regiões quentes o contágio deste vírus é menor.
COVID-19 causa infertilidade em pessoas do sexo masculino.	O vírus é capaz de alterar hormônios, mas não ao ponto de causar infertilidade.
Álcool-gel não tem eficácia, vinagre sim.	Pesquisas apontam para a eficácia do álcool gel.
Semelhança do vírus HIV com o coronavírus.	Não há relatos que apontem que o vírus é transportado por meio de produtos.

Fonte: Elaborado pela própria autora baseado na Revista Veja, 2020.

No quadro apresentado, é definido apenas algumas *Fake News* que foram espalhadas no país. Percebe-se que a maior parte das notícias são relacionadas a possíveis maneiras de cura ou bloqueio de contaminação perante o vírus. De fato, este fenômeno é tão contagioso quanto, e é importante ser precavido ao divulgar uma nota informativa.

A transparência que tanto é cobrada em meios governamentais, nestes casos também é essencial. Serve como paradigma para melhores esclarecimentos de informações, pois muitas dessas notícias que não são verdadeiras, podem prejudicar de inúmeras maneiras a vida

da população, e se tratando de uma doença de caráter pandêmico, a morte é uma das consequências causadas pelo malefício das *Fake News*.

5 CONCLUSÃO

O texto apresentado teve como foco expor a pandemia que o mundo vive neste ano de 2020, mas principalmente os casos e as formas de gestão pública aplicadas no Brasil. Além da existência e do contágio da COVID-19 algo que foi tratado neste artigo, ainda foram vistos alguns casos de proliferação de *Fake News* nas redes sociais.

Mostra-se que a cada dia os casos do Covid-19 no território brasileiro aumentam gradativamente, e que conjuntamente com esses dados a ignorância de parte da população, além de falta de credibilidade de informações em alguns órgãos; assim, um fragmento da população acaba recusando usar máscaras, pois acredita que lavar as mãos não colabora com a ausência do vírus, e não fecha seus estabelecimentos. Como tomada de decisão, a Gestão Federal teria como investir mais na ciência para a criação de um meio que bloqueia a passagem de notícias falsas entre as redes sociais, evitando este tipo de contragolpe.

É compreensível a preocupação com a queda extrema da economia, porém o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma organização que requer mais atenção, pois grande parte da população depende de sua eficácia, e nesta situação de calamidade o governo deve privilegia-lo com mais equipamentos como respiradores e medicamentos. Deve-se agir sempre dentro da lei e refletindo a Constituição Brasileira de 1988, com uma equipe preparada para atender a sociedade e seus anseios por melhorias na saúde pública.

REFERÊNCIAS

ANDRADE Danilo. **Políticas Públicas**: O que são e para que existem. Politize! 04 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

ARANHA Carla. Mais de um terço da população mundial está em quarentena pelo coronavírus. Exame.com. 26 de março de 2020. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/mais-de-um-terco-da-populacao-mundial-esta-em-quarentena-pelo-coronavirus/>>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

BATISTA Rafael. Fake News. **Mundo Educação**. [201-]. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/fake-news.htm>>. Acesso em: 03 de Junho de 2020.

CARVALHO José. 'É cada vez mais difícil acreditar que Bolsonaro chegue ao final do mandato', vê historiador José Murilo de Carvalho. **BBC News Brasil**. 21 de maio de 2020. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52757651>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

CASTRO Fabrício. Projeção do PIB de 2020 passa de -5,12% para -5,89%, aponta Focus. **Estadão**, 25 de maio de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/25/projecao-do-pib-de-2020-passa-de-512-para-589-aponta-focus.htm>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

CERQUEIRA Sofia. As Fake News mais compartilhadas sobre o coronavírus. **Veja**. 29 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/as-fake-news-mais-compartilhadas-sobre-o-coronavirus/>>. Acesso em: 03 de Junho de 2020.

G1. Bahia tem 3.178 novos casos de Covid-19 em 24 horas; nº total passa dos 76 mil e mortes chegam a 1.902. **G1 Bahia**, 01 de julho de 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/01/bahia-tem-3178-novos-casos-de-covid-19-em-24-horas-no-total-passa-dos-76-mil-e-mortes-chegam-a-1902.ghtml>> Acesso em 22 de julho de 2020.

G1. Ceará contabiliza 146.972 casos de Covid-19, com mais de 120 mil recuperados. **G1 Ceará**, 18 de julho de 2020. Disponível

em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/18/casos-de-covid-19-no-ceara-em-18-de-julho.ghtml>> Acesso em 23 de julho de 2020.

G1. Pará chega a 100.080 recuperados da Covid-19 e registra 114.535 casos e 5.105 óbitos pela doença. **G1 Pará**, 05 de julho de 2020. Disponível

em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/07/05/para-chega-a-100080-recuperados-da-covid-19-estado-registra-114535-casos-e-5105-obitos-pela-doenca.ghtml>> Acesso em 24 de julho de 2020.

GOVERNO Portal. SP registra 17,1 mil óbitos e 349,7 mil casos de coronavírus. **Portal do Governo**, 09 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-registra-171-mil-obitos-e-3497-mil-casos-de-coronavirus/>> Acesso em 22 de julho de 2020.

LANA Raquel et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva.

Scielo. 13 de março de 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000300301>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

LINDER Larissa. Brasil caminha para maior crise econômica de sua história. Deutsche Welle. 19 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-caminha-para-maior-crise-econ%C3%B4mica-de-sua-hist%C3%B3ria/a-53488177>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

MACEDO Yuri et al. COVID – 19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada?. **Revistas UNEB.** 2020. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

MASSALI Fábio. Covid-19: Rio tem 124 mil infectados e 101 mil recuperados. **Agência Brasil,** 07 de julho de 2020. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/covid-19-rio-tem-124-mil-infectados-e-101-mil-recuperados>> Acesso em 23 de julho de 2020.

MAZUI Guilherme. Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde. **G1 Política.** 16 de abril de 2020. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/mandetta-anuncia-em-rede-social-que-foi-demitido-do-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

MÉDICA Carreira. Coronavírus (COVID-19): origem, sinais, sintomas, achados, tratamento e mais. **Sanar MED.** 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/coronavirus-origem-sinais-sintomas-achados-tratamentos>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

NACIONAL Jornal. Em meio à pandemia, Brasil tem a 2ª saída de um ministro da Saúde em menos de um mês. **G1 Jornal Nacional,** 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/15/em-meio-a-pandemia-brasil-tem-a-2a->

saida-de-um-ministro-da-saude-em-menos-de-um-mes.ghtml>.
Acesso em: 25 de maio de 2020.

NOGUEIRA Felipe. COVID-19 – O novo coronavírus no mundo | Colunistas. **Sanar MED**, 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/covid-19-a-situacao-do-novo-corona-virus-ao-redor-do-mundo-colunistas>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

NOTÍCIAS Google. Coronavírus (COVID-19). **Google**. 2020. Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>>. Acesso em: 04 de Junho de 2020.

OMS. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). **OPAS Brasil**. 17 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

PEREIRA Maurício. Administração Estratégica. **CAPES UAB**. 2011. Disponível em <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/licitacao_livros_admpub/16-administra%E7%E3o%20estrat%E9gica/livro_grafica%20administra%E7%E3o%20estrat%E9gica.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

PEREIRA Rodolfo. Direitos Políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio. **Biblioteca Digital**. [201-]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4813/2018_braga_industria_fake_news.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 de Junho de 2020.

RODRIGUES Juliana e AZEVEDO Daniel. Pandemia do Coronavírus e (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. **Espaço e Economia**. 23 de abril de 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/12282>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

SAÚDE Ministério. Brasil confirma primeiro caso da doença. **Ministério da Saúde**. 26 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

SCHMIDT Flávia et al. Estratégias de Coordenação Governamental na crise da COVID-19. **IPEA**. Abril de 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9828/1/NT_32_Diest_Estrat%c3%a9gias%20de%20coordena%c3%a7%c3%a3o%20governamental%20na%20crise%20da%20Covid_19.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

SOUSA Júnior et al. Da desinformação ao caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do coronavírus (covid-19) no Brasil. **Cadernos de Propecção**. 2020. Disponível em <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/nit/article/view/35978>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

VENTURA Deisy et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **SciELO**. 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n4/e00040620/pt>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

INFORMAÇÃO E COVID-19: UMA ANÁLISE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO (PE)

Itana Pereira Campos

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública é uma importante ferramenta da democracia em que através desta, segundo Gomes Filho (2005, p.8), tornou-se possível encontrar um veículo aperfeiçoado para tornar as organizações melhores. A concretização desta lei é realizada, sobretudo, em portais eletrônicos oficiais, nos quais garantem um maior alcance de cidadãos .

No cenário atual da pandemia, a transparência em sítios eletrônicos torna-se ainda mais necessária para a efetivação das medidas de controle a Covid-19, tornando-se fundamental analisar todas as esferas públicas, principalmente a municipal,

para constar se as prefeituras e os gestores locais que possuem um contato mais direto com a população, estão divulgando as informações completas. Com base a Covid-19, o presente trabalho buscou realizar uma análise local através da problemática:

O município de São José do Egito/PE está sendo transparente com as informações públicas sobre a doença?

Consecutivamente, a pesquisa possui como objetivo geral analisar se o portal da transparência do município de São José do Egito-PE cumpre os deveres da lei de acesso a informação. Para atingir o objetivo, utilizou-se os seguintes objetivos específicos: avaliar se o portal da transparência referente ao coronavírus cumpria com o exigido pelos quesitos III; I; II e VI dos incisos 1º e 3º do art.8º da lei 12.527; conferir pontuação para os quesitos avaliados e analisar se o município está na prática sendo transparente.

2 MARCOS TEÓRICOS

Esta parte aborda conceitos e termos sobre a transparência pública, correlacionando esta com a lei de acesso a informação, contextualizará também a importância das tecnologias de informação e comunicação para o setor público. Ambos os temas darão importância a divulgação de informações públicas para o combate a pandemia.

2.1 TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A transparência é fundamentada como o principal meio para tornar um governo justo, livre de corrupções. Segundo Tristão (2000), a mesma pode ser considerada como a democratização do acesso às informações, em contraposição ao sigilo das mesmas, assim a divulgação das ações do governo, no alcance de todas as suas esferas, são de necessária importância para a efetivação da democracia.

Na sociedade brasileira, a transparência na administração pública é uma consequência do Estado Democrático de direito, garantido pela Constituição Federal de 1988, em que, busca tornar efetivo, objetivo e verídico as ações da administração pública. Esta constitui-se efetiva com

a Lei Federal nº12.527 sancionada em 18 de maio de 2011, em que garante o princípio da publicidade como uma regra para todas as instituições públicas e o sigilo uma exceção. Nestes casos, a confidência é temporária e justificada. A lei inclui toda a administração direta e indireta.

Segundo a lei 12.527 de 2011, a administração pública deverá disponibilizar os dados de interesse coletivo em meio de fácil acesso, assim, os órgãos deverão utilizar as ferramentas de comunicação que obtiverem, sendo obrigatório a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) exigidos pelo art.8, inciso 2°.

É necessário destacar que a transparência pública não é uma tarefa fácil de ser concretizada, assim, Gomes Filho (2005, p.06) afirma que: “dar transparência ao poder público parece não ser um desafio muito fácil, apesar dos modernos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade”, a cultura do sigilo ainda perdura nas organizações, para Ribeiro (2020), uma das regras básicas para a boa gestão de gerenciamento de crise é garantir o fluxo de informações e a transparência pública nas decisões. Ocultar dados no cenário atual da pandemia só contribuiriam para casos de omissão e ilegalidades.

Cabe ao gestor público pelo seu dever de prestação de informações, quanto pela sua consciência ética, apresentar as

informações públicas sobre seus atos. É fundamental que as prefeituras disponibilizem em sítio eletrônico, notícias e dados em tempo real sobre a Covid-19, sem haver omissões, através de link específico. A transparência dos gestores, dos municípios e de qualquer instituição pública contribuem significativamente para o exercício da democracia e o combate a pandemia.

2.2 GOVERNO ELETRÔNICO

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no âmbito do setor público, torna o princípio da transparência mais efetivo. A utilização de recursos tecnológicos para a informação, permitem uma melhor disponibilização de dados dos órgãos, além de tornar o acesso à informação mais fácil para a população.

“O conhecimento de um órgão público, seu funcionamento, os documentos existentes e sua tramitação e as diversas atividades que se relacionam direta ou indiretamente com os cidadãos e as organizações devem defrontar-se e apropriar-se da tecnologia”. (MENEZES et al., 2013, p.8).

Com a crise de saúde implantada no país decorrente da Covid-19, a acessibilidade das notícias nesse atual

cenário, permite que os cidadãos estejam conscientes sobre a situação e conseqüentemente busquem respeitar às medidas preventivas. Shiefler (2020) afirma que é o momento de salientar a importância da administração pública digital, a qual, por meio de processos administrativos eletrônicos e mediante o uso das tecnologias mais modernas, busca elevar a eficiência, a transparência, o controle e a simplificação da burocracia, a agilidade e a qualidade na prestação de serviços públicos.

A utilização das TICs para o combate ao coronavírus cada vez mais torna-se presente, os Municípios estão adotando a implementação de sites de transparência da covid-19. Estes muitas vezes presentes dentro dos portais eletrônicos oficiais das prefeituras, desta forma, Shiefler (2020) destaca que as tecnologias já fazem parte do cotidiano da sociedade brasileira e, em momentos de crise como esta, torna-se evidente a necessidade de repensar a administração pública.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, na qual, utilizou-se o portal da transparência da Covid-19 do município de São José do Egito-PE para realizar a análise. O

município estudado está localizado na Macrorregião do Sertão Pernambucano, tendo uma população de 31.829 habitantes de acordo com o último censo do IBGE realizado em 2010. Este estudo foi desenvolvido através da pesquisa descritiva e com uma revisão bibliográfica, por sua vez, a coleta de dados que compõe a tabela “resultados da análise do portal da transparência” foi extraída da página da transparência presente no portal oficial da prefeitura entre os meses de maio e junho de 2020. As escolhas dos quesitos expostos baseiam-se, respectivamente, nos deveres exigidos pelo quesitos III; I; II e VI do art.8º, incisos 1º e 3º da lei 12.527 de 2011. Para contribuir com a análise, foi utilizado uma pontuação, na qual, as questões cumpridas obtiveram pontuação 2 e as parcialmente atendidas a nota 1.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este texto apresenta as análises e concepções das informações coletadas no portal da transparência sobre a covid-19 do Município de São José do Egito. Estes dados irão fundamentar a pesquisa.

O quadro a seguir, mostra os itens avaliados com base no art.8º, incisos 1º e 2º dispostos na Lei de Acesso a informação:

Quadro 1 - Resultados da análise do portal da

QUESITO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Registro de despesas	2
2	Ferramenta de pesquisa	1
3	Autorização para gravação de relatórios eletrônicos	2
4	Informações atualizadas	2

transparência

Fonte: Feita pelo o autor (2020)

O quesito 1 com base no texto disposto pelo art.8, inciso 1º sobre- *III - registros das despesas*, quanto a sua divulgação em local de fácil acesso, procurou observar se estes números gastos com o enfrentamento à Covid-19 estavam presentes na página da transparência e se poderiam ser acessados sem dificuldades.

Comprovou-se que as despesas se encontravam em uma grande janela, podendo ser visualizadas assim que o portal fosse acessado. Quando selecionada, as informações contidas sobre a despesa total, estavam divididas entre os valores desempenhados, pagos e liquidados. Os valores e a

situação das dívidas quanto a investimentos, outras despesas correntes e pessoal e encargos sociais também estavam divididos em links diferentes, possibilitando assim, saber por exemplo, quanto foi gasto com a aquisição de oxímetro e termômetro destinados a UTI onde estão os infectados. A transparência desses dados garantem a democratização do acesso às informações citado por Tristão (2000), tornando portanto, o quesito cumprido e tendo a pontuação 2 atribuída.

Com relação ao art.8, inciso 3º sobre *1 - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão*, o quesito 2 da tabela da análise, buscou observar se o portal da transparência da prefeitura tinha um espaço de pesquisa para busca de dados em seu corpo inicial. Notou-se que o portal não tinha a ferramenta, todas as informações sobre a Covid-19 (despesas liquidadas, receitas, informações, dúvidas, sugestões, reclamações, leis, decretos, contratos, licitações, plano de contingência, glossário, perguntas frequentes, carta de serviços e informações sobre o Sic e Ouvidoria) estavam anexadas no início. Vale ressaltar que a página possui um acesso para o mapa do site, local em que todas as informações estavam organizadas em ordem horizontal com os subtópicos *linkados*, permitindo uma busca mais detalhada.

Apesar do mapa como ponto norteador, o quesito não foi totalmente atendido, destacando assim, a observação de Gomes Filho (2005) sobre ainda existir o desafio da transparência no poder público mesmo com os modernos recursos tecnológicos atuais disponíveis. A pontuação atribuída para este quesito foi 1.

Referente ao quesito 3, baseado no art.8, inciso 3º quanto a *II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações*, a exportação da página dos decretos, leis, contratos, plano de contingência, despesa e outros (presente o informe epidemiológico) com as informações no geral, estão disponíveis nos formatos PDF; WORD; Excel; XML; CSV; RTF e para Impressão. Com relação a exportação das informações específicas de cada um destes, com exceção das leis e das despesas disponíveis apenas para impressão, a exportação para outros dispositivos eletrônicos em PDF também é possível. As licitações por sua vez são o contrário, a página principal com todas as licitações podem ser extraídas pelos formatos em PDF; Excel e CVS e os dados de cada licitação em PDF; Word; Excel; XML; CSV; RTF e Imprimir. Assim, devido a extensa variedade de formatos para exportação das informações, o quesito teve pontuação 2 .

O quesito 4 referente ao art.8, inciso 3°-VI-*manter atualizadas as informações disponíveis para acesso*, observou-que, o *upgrade* das informações são realizadas com frequência, o boletim da Covid-19 com os números de casos em investigação, descartados, confirmados e recuperados aparece na tela assim que a página é acessada. Esses dados são atualizados diariamente. A página foi acessada por vários dias, sendo a última vez em 2 de julho de 2020, no qual foi possível notar que as últimas modificações ocorreram no dia 1 de julho de 2020, tendo como exemplo disto, o decreto 0017/2020 que prorroga o decreto 0015/2020 do dia 21/05/2020 referente a suspensão da feira livre e de comércios não essenciais devido ao aumento de casos de infectados pelo coronavírus. Devido o cuidado com as atualizações, a pontuação do item foi 2.

A preocupação de uma eficiência na prestação de informações referentes aos quesitos 3 e 4, reforçam a ideia de Shiefler (2020) sobre a importância de uma administração pública digital por meios de processos administrativos eletrônicos e o uso das tecnologias para melhorar a transparência, o controle e a simplificação da burocracia (colocados em prática no site através da utilização de relatórios eletrônicos) agilidade e a qualidade na prestação de serviços públicos.

Assim, pode se verificar com base na análise que, dos 4 quesito expostos, 3 foram atendidos e 1 foi parcialmente atendido, dando uma porcentagem de 75% concluídos e 25% parcialmente concluídos. Apesar dos entraves, a grande parcela de quesitos cumpridos destaca o que Gomes Filho (2005, p.7) pontua sobre a melhoria de qualidade da informação fornecidas pelas organizações e o impacto do seu acesso com a implementação de recursos tecnológicos de informação.

5 CONCLUSÃO

Os entraves no fornecimento das informações públicas no Brasil ainda perduram quando estas são colocadas em prática, entretanto, a efetividade do dever da transparência pública presente na constituição, mostra-se completamente necessária para o cumprimento da democracia. Esta transparência se faz ainda mais necessária nos atuais tempos de pandemia, onde uma ausência ou não de dados pode modificar a eficiência do combate ao Covid-19. A utilização dos recursos tecnológicos de informação contribuem para que este exercício torne-se mais eficaz e alcance uma parcela maior da sociedade.

No município de São José do Egito, apesar de todos os requisitos não terem sido totalmente pontuados com nota máxima, pode se perceber a preocupação existente dos gestores para levar informação das medidas de combate e as orientações sobre o coronavírus de uma maneira acessível para a população, tornando efetiva o exercício da transparência pública.

Recomenda-se por fim, novas pesquisas que ampliem a análise do portal, introduzindo todos os incisos do artigo 8º da lei de acesso a informação como quesitos avaliadores, dando ênfase também, no aspecto da participação popular, para saber se a comunidade está cobrando informações do município e se este está respondendo os questionamentos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o acesso à informação previsto na Constituição Federal. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>. Acesso em: 19 mai. 2020.

GOMES FILHO, A. B. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2005, Santiago, Chile. **Anais eletrônicos**. Santiago: Clad, 2005, p. 01-09. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://cladista.clad.org/>>

bitstream/handle/123456789/3543/0052549.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&ved=2ahUKEwjnidWx8vTpAhV2RDABHTfRDNAQFjABegQIBBAB&usq=AOvVaw0BvPC3SgcvwmfOghE9IAK.

Acesso em: 18 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. São José do Egito, 2017. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-jose-do-egito/panorama> .

Acesso em: 18 mai. 2020.

PIRES, A. M. *et al.* **Transparência da gestão pública municipal:**

Um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo / RS.

Estudos do Cepe, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 131-160, jul. 2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA . **Transparência Covid-19**, 2020.

Disponível em:

<https://saojosedoegito.pe.tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/covid_home/covid_home.php>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO. **São José do Egito**, 2020. Disponível em:

<http://www.saojosedoegito.pe.gov.br/> . Acesso em: 02 jun. 2020.

ROSSONI, Venturine; BEIRUTH, Xavier. **Transparência na Gestão Pública Municipal:** Análise nos Sites das Prefeituras do Estado do Espírito Santo. Rags, v.4, n.17, p. 01-16, 2016.

RIBEIRO, Alexsandro. Governos Sacrificam a transparência pública durante a pandemia. 2020. Disponível em:

<<https://www.uninter.com/noticias/governos-sacrificam-a-transparencia-publica-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SHIEFLER, Eduardo. **Covid-19 e a importância da gestão pública digital**. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/coberturas-especiais/nova-e-acao/covid-19-e-a-importancia-da-administracao-publica-digital-18032020>>.

Acesso em: 18 maio 2020.

TRISTÃO, Gilberto. Transparência na administração pública. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA,

2002, Lisboa, Portugal. **Anais eletrônicos**. Lisboa: Clad, 2002, p. 01-11. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://pdfs.semanticscholar.org/9afa/fce1f348941762f4aa54b6e0becbd78bea06.pdf&ved=2ahUKEwik2IGavfXpAhXIGbkGHTO-DVwQFjADegQIAxAB&usg=AOvVaw002GYMzXm-0n5r8TS9cilw>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Fonte: Feira pelo pesquisador (2020)

A GESTÃO PÚBLICA E A PANDEMIA: CONCEITUANDO O COVID-19 E AS MEDIDAS ADOTADAS CONTRA O VÍRUS.

Lúcia Helena Gomes Evangelista

1 INTRODUÇÃO

No atual momento mediante uma pandemia mundial causada pelo COVID-19, o papel do Estado surge de forma mais intensa sobre as questões e medidas a serem tomadas diante do vírus, o papel dos gestores também emerge intensamente nesse contexto.

A pandemia diz respeito a uma epidemia que ocorre comitadamente em todo o mundo. No entanto, pandemia difere-se de epidemia já que epidemia apresenta um crescimento desenfreado e além do que se espera.

As reações causadas por essa pandemia é de fato devastadora, nas mais diversas relações interpessoais, já que é necessário o isolamento social no combate ao mesmo,

medidas de restrições também foram adotadas. Em consequência disso, as atividades econômicas foram paradas/descontinuadas, devido às limitações causadas pelo vírus. No que se refere à economia, é importante ressaltar que afeta o pequeno empreendedor de forma mais intensa.

O objetivo geral deste estudo é descrever o Covid-19 e suas especificidades. Já como objetivos específicos, têm-se: Conceituar o covid-19; Demonstrar as decisões e ações tomadas pelas instituições mediante a pandemia; Identificar seu impacto no desemprego.

O estímulo principal para embasar o presente artigo, situa-se na suma importância que o tema evidencia atualmente no mundo, já que diz respeito a uma pandemia mundial. Pode-se afirmar que estudando o tema supracitado pode facilitar na tomada de decisão dos gestores e facilitar também no processo de diminuição/estagnação do vírus e propagação.

Mediante tais considerações, entende-se que ao se aprofundar no tema, pode mensurar quais os desafios encontrados no que se refere a tomada de decisão das intuições mais relevantes no atual momento,. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou: "em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de

Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia." Isto é, de acordo com a OMS não se trata de uma pandemia e sim de uma epidemia, já que pandemia diz respeito a uma epidemia que ocorre ao mesmo tempo no mundo e epidemia apresenta uma enorme crescente, ou seja, além do que se espera.

2 METODOLOGIA

O presente artigo busca descrever o conceito de epidemia correlacionando-o com a gestão pública e as medidas tomadas pelos gestores, por meio de pesquisas feitas pelas recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e o Ministério da Saúde. A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo de estudo de caso, é descritiva, pois descreve as informações relacionadas à pandemia e também do coronavírus seu conceito e ações cabíveis na atual situação, bem como os aspectos econômicos, ou seja, sua interferência na economia. No que tange a coleta de dados, foi utilizados os sites da Organização Mundial de Saúde (OMS) que abrange um contexto mais amplo, e o site do

Ministério da Saúde (MS) que refere a um contexto mais específico, isto é, o país.

3 GESTÃO PÚBLICA, COVID-19 E DESEMPREGO NO BRASIL

No que se refere à Gestão Pública, a Constituição Brasileira a trata de forma mais consistente, pode-se mencionar, por exemplo, a Lei nº 8.666/1993 que diz respeito às licitações e contratos públicos. De acordo com Prestes (2013) a administração pública iniciou sua organização nos séculos XVIII e XIX, época na qual o Estado Absolutista detinha do poder único/centralizado. No entanto, a administração pública não detinha dos princípios constitucionais os quais hoje possui.

O COVID-19 diz respeito a uma família de vírus que acarreta na infecção das vias respiratórias, o vírus foi descoberto por volta de Dezembro de 2019 na China. Os primeiros indícios do mesmo foram observados primordialmente em 1937, porém, anos seguintes foi denominado coronavírus. Convém também lembrar que no de 1894, em Hong Kong houve um início de uma terceira pandemia denominada peste bubônica ou peste negra que é causada por uma bactéria, e é transmitida através de um

roedor por meio de pulgas, e os seres humanos são infectados quando mordido pela pulga. Portanto, tal doença (COVID-19) deve ser considerada atual, visto que, acarretou e vem acarretando a morte de inúmeras pessoas. De acordo com o G1 (portal de notícias): "Desde 22 de Maio de 2020, o Brasil é o segundo país com mais casos confirmados da doença." No entanto, apesar da grande quantidade de casos confirmados, alguns estudos entreveem que os números sejam ainda maiores, por motivo de subnotificação.

Na concepção de Vabret et al. (2003), o *Coronaviridae* familiar ao coronavírus, são RNA de um único filamento, e portanto, não são causa de gravidade nos seres humanos. Havia dois tipos de coronavírus em humanos. Nesse sentido, implica dizer que o vírus não é totalmente desconhecido apesar de não haver antes nenhum tipo de epidemia, no que se refere a tal doença.

No que se refere ao desemprego diante do vírus, o coronavírus causou um grande impacto na economia de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o mesmo trouxe sinais preocupantes no que se refere aos efeitos da crise no desemprego. Entre os meses de Fevereiro e Março de 2020, o desemprego avançou de 11,6% para 12,2%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No entanto, o jornal Folha de São Paulo

afirma que: especialistas dizem que apesar do número de desempregados ser crescente ainda não diz respeito ao coronavírus, visto que as medidas de isolamento só deram início no começo de Março, mas alertam que tais números podem dobrar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos abordados podemos considerar que o vírus acarretou em uma crescente quando se refere à taxa de desemprego, impactando diretamente na economia e atingindo (mais intensamente) aqueles que vivem na informalidade, visto que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,2 milhão de pessoas estão sem trabalho. No que se refere às medidas adotadas, uma delas caracteriza-se pela 'quarentena' é um tipo de isolamento concedido a determinado grupos de pessoas, que possivelmente possam ter sido contaminadas, a fim de evitar o espalhamento da doença e minimizar também o achatamento da curva de infectados, uma outra medida adotada no combate ao vírus foi o "lockdown" diz respeito a um confinamento mais severo, quando comparado a outras medidas e tem causado efeitos positivos nos lugares que adotaram essa prática. No entanto, como forma de diminuir a

curva dos infectados é importante bom senso e conscientização da população, e principalmente seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde, pode-se mencionar, por exemplo: lavar as mãos regularmente, passar álcool em gel 70º, cobrir o rosto ao tossir ou espirrar, e é indispensável o uso da mascara.

No que tange ao desemprego (mais especificamente daqueles que trabalham na informalidade e não possuem salários fixos) pode-se dizer que o vírus corroborou com a taxa crescente do desemprego, como forma de garantir a renda mínima para aqueles que foram mais afetados, isto é, os que vivem na informalidade e os que estão em situação de vulnerabilidade o governo disponibilizou um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00.

Por conseguinte, um ponto que não foi abordado com maior ênfase nesse estudo, diz respeito ao auxílio emergencial. A questão que se expões é somente sobre os desempregados e a taxa de desemprego em relação ao novo vírus. Por ser um fenômeno "recente" (no que tange ao auxílio emergencial) e ainda estar em andamento, este quesito pode ser ainda investigado de forma mais abrangente futuramente para obter uma maior compreensão da efetividade de tal fenômeno.

REFERÊNCIAS

Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 31 de Maio.

G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/31/caso-s-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-31-de-maio.ghtml>> Acesso em: 31 de Maio de 2020.

BRASIL. Constituição da republica federativa do Brasil. 1988.

Texto: constitucional de 5 de Outubro de 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **População,** 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 27 de Maio de 2020.

Mais de 1,2 milhão de trabalhadores ficam desempregados no 1º trimestre. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 30 de Abril de 2020.

Disponível em: <

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/desemprego-vai-a-122-com-avanco-do-novo-coronavirus.shtml> >

MS. Ministério da Saúde. Disponível em: <

<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid> >
Acesso em: 28 de maio de 2020.

PRESTES, B. R. Administração pública: um breve histórico.

Disponível em: <

https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12343> Acesso em: 28 de Maio de 2020.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 >

ENTRE A ESPADA E A SERPENTE? PODER PÚBLICO E PROTEÇÃO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Ednailson de Moraes Júnior

INTRODUÇÃO

Enquanto laboratórios, públicos e privados, ao redor do mundo têm seus esforços voltados para descobrir características do novo coronavírus e assim produzir drogas ou uma vacina que impeça sua rápida propagação, cabe ao Estado promover formas de proteger a população do risco de contágio ao mesmo tempo em que tenta suprimir os efeitos na economia e na renda das famílias em razão das medidas de isolamento e distanciamento social.

Ventura (2010) afirma que a função do Estado diante de uma pandemia¹, é seguir os protocolos de segurança das

¹ Uma pandemia pode ser definida como um fenômeno patológico que alcança simultaneamente um grande número de pessoas, numa zona geográfica muito vasta. A diferença entre pandemia e epidemia é que,

organizações e instituições sanitárias vinculadas ao Poder Executivo e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse sentido, o Direito constitui-se como o dispositivo que estabelecerá as formas de enfrentamento à pandemia no que tange a delimitação das formas de proteção social. Contudo, a mesma autora aponta outro fenômeno que se acirra durante a pandemia: a vulnerabilidade causada pela desigualdade social que evidencia dificuldades de acesso aos serviços de saúde e os efeitos econômicos que as famílias de classes sociais menos favorecidas enfrentam em uma configuração desta natureza.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece como função do Estado a redução da pobreza e o acesso aos direitos básicos de moradia, alimentação, educação, previdência e saúde (BRASIL 1988), que devem ser promovidos por meio de políticas sociais². Nestes termos, reforça-se, em nosso caso, o papel do Estado como ente responsável pela proteção social, incumbindo aos governos a elaboração de políticas que estruturem os sistemas públicos na promoção desses direitos (AUGUSTO, 1989).

embora ambas consistam num forte aumento de casos de uma dada enfermidade, a dimensão da pandemia é maior, seja por sua propagação territorial, seja pela gravidade das ocorrências, o que resulta em número expressivo de casos severos ou mortes. (VENTURA, 2010, p. 42)

² Augusto (1989, p. 110) afirma que não há uma definição conceitual para o termo. Tratando-se de políticas que são voltados ao bem estar social de forma geral.

Logo, em um ambiente de crise em virtude de uma pandemia, Calmon (2020) expressa sua preocupação ao alcance do poder público na proteção social de grupos historicamente minoritários e, por efeito, ressalta a possibilidade de um aumento substancial nas desigualdades de classe, gênero e cor. Deste modo, esses fatores aumentariam a possibilidade de que estes grupos estejam mais vulneráveis diante de um colapso no sistema de saúde e se tornassem as vítimas em potencial do novo coronavírus. O que exigiria uma atenção maior das autoridades a estes grupos. Sendo assim, observar empiricamente elencando possíveis fatores de acirramento deste quadro é indispensável ao momento atual. Logo, o que pode, *a priori*, ser o responsável pelo possível insucesso do Brasil no controle da transmissão do vírus, principalmente em lugares vulneráveis socialmente?

Destarte, diante da configuração global de avanço de casos de Covid-19, o presente trabalho tem por intuito elencar fatores e, com isso, refletir sobre as formas que o Estado brasileiro, dado as prerrogativas constitucionais, tem enfrentado a pandemia. Por meio do levantamento de dados em canais oficiais em veículos da imprensa, além de pesquisa bibliográfica, realizaremos um estudo exploratório sobre a relação entre o poder público e a segurança aos direitos

fundamentais no contexto da pandemia, levando em consideração que diante de crises desta natureza é dever do Estado assegurar a proteção social. (VENTURA, 2010), (AUGUSTO, 1989)

DIREITO E PANDEMIA: preservação de direitos fundamentais em um contexto de crise sanitária

A pandemia de Covid-19 evidencia muito mais que apenas aspectos relacionados a uma crise sanitária. Ela põe em jogo elementos que abalam as estruturas econômicas demonstrando a fragilidade dos mercados ante uma crise de proporções globais; evidencia de maneira latente a problemática das desigualdades sociais; além de abalar a estrutura do Estado democrático de direito ao impor medidas restritivas para conter a propagação do vírus.

Sob o prisma do Direito, onde se lê pandemia, leia-se provável restrição das liberdades fundamentais. A gramática da vigilância epidemiológica compreende a quarentena, a limitação ou interdição de viagens, o recrudescimento do controle fronteiriço ou mesmo o fechamento de fronteiras, a imposição de terapias, a restrição ou supressão de reuniões públicas, a vacinação obrigatória, ou até ingerências no modo como se realizam os funerais. (VENTURA, 2010, p.42).

Nesse sentido, discute-se a excepcionalidade do Estado no que concerne a eficácia da proteção social em um contexto de avanço da globalização econômica em um momento que exige a restrição de mercadorias e de pessoas. Ao contextualizar esse fenômeno nos países situados na periferia da ordem econômica internacional, tais problemas deslocam-se a uma dimensão maior se levarmos em consideração fatores que exponham o sucateamento dos sistemas de saúde (BUSS 2007), e as próprias limitações desses Estados em garantir direitos fundamentais em ambientes de “normalidade” sanitária e social. Portanto, se concebe a pandemia como um fenômeno jurídico e político já que, nestes termos, ela se apresenta como um vetor ao acirramento de desigualdades.

Assim, os principais desafios que as pandemias trazem ao Direito são, em primeiro lugar, como garantir o direito à saúde em contextos de exacerbação da crise, eis que, ao menos nos países em via de desenvolvimento (PVDs), a saúde pública já vive uma crise permanente; e, em segundo lugar, como conceber e gerir o “estado de exceção” que se instala, em maior ou menor grau, diante de vultosos riscos sanitários. (VENTURA, 2010, p.43).

Deste modo, a excepcionalidade do Estado configura-se como um exercício latente do biopoder (VENTURA, 2010) ao estabelecer os critérios sobre quais corpos e sob quais

medidas eles terão acesso aos serviços emergenciais, como, por exemplo, a disponibilidade de testes e de critérios para internação de pacientes³.

3 “E DAÍ?” Como o Brasil tem enfrentado o avanço da Covid-19

No dia 28 de maio, o Brasil passou a liderar o *ranking* mundial de mortes diárias pelo novo coronavírus⁴ (1086), tornando-se o epicentro da pandemia no mundo. Até o momento de fechamento dessa pesquisa o número de casos ultrapassava os 500.000, enquanto que o de mortes os 35.000. Além de bater constantemente recordes diários de novos casos e de mortes. Diante de números tão trágicos, nos resta fazer um simples questionamento: o que explica a contínua ascensão destes números?

No dia 06 de fevereiro, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, sancionou a lei número 13.979/2020⁵ que estabeleceu as primeiras medidas que, naquele momento,

³ Cf. com <https://amb.org.br/wp-content/uploads/2020/04/DIRETRIZES-AMB-COVID-19-01.04.2020.pdf> Acessado em: 06/06/ 2020 às 17:00.

⁴ Ver em: <https://www.folhavoria.com.br/saude/noticia/05/2020/covid-19-brasil-lidera-o-ranking-de-mortes-e-novos-casos-da-doenca-ha-3-dias>. Acessado em: 06/06/2020 às 23:24.

⁵ A presente lei sofreu alterações até o presente momento de fechamento do presente trabalho (data) por meio de medidas provisórias e outras leis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm. Acessado em: 06/06/2020 às 23:38.

poderiam ser adotadas ao enfrentamento do avanço da covid-19 no Brasil. Entre alguns outros fatores, estabeleceu as medidas de isolamento social e quarentena de atividades econômicas consideradas não essenciais, restrição de pessoas em espaços públicos, além dos protocolos de segurança e de preparo do sistema público de saúde para o enfrentamento da crise. Entretanto, se adoção na forma da lei configura o protocolo estabelecido pela OMS e demais organizações de saúde, seguido por outros países, o que aparentemente explicaria as razões para o insucesso até então do Brasil ao enfrentamento da pandemia?

As razões, porventura, tendem a ser diversas e o tempo se encarregará de esclarecê-las. No entanto, dada as circunstâncias atuais, nos vemos “entre a espada e a serpente” em razão da postura que tanto o governo brasileiro quanto parte da população tem tratado o problema. A adoção imediata das medidas de restrição social é fundamental para o controle dos índices de contaminação. Em estudo, Bezerra et al. (2020), por meio da aplicação de questionários virtuais, levantou informações que evidenciam de forma geral a percepção da população sobre a pandemia. Apesar de mais 80% dos entrevistados acreditar que o isolamento social é a forma mais eficaz de amenizar o número de casos, apenas 32% afirmou está em isolamento total, enquanto que 57%

afirmaram está em isolamento parcial. Porém, segundo o Mapa de Isolamento social no Brasil⁶ feito pela empresa de softwares Inloco, o índice de isolamento, até o dia 1º de junho, não atingia os 50%. Além disso, o Brasil foi o único país, até então, no mundo que depois de 100 dias desde o primeiro caso confirmado não conseguiu achatar a curva epidemiológica.

Entretanto, a postura dúbia e negacionista do Presidente Jair Bolsonaro tem sido alvo de críticas por autoridades do meio científico e da sociedade civil. Não faltaram declarações polêmicas que minimizassem as mortes e o potencial letal do vírus, além de críticas ao Ministério da Saúde e a governadores, e nas formas como o governo tem repassado recursos aos estados e a sociedade civil por meio do auxílio emergencial. Por essas atitudes, a Organização das Nações Unidas (ONU), explanou preocupação na forma como o Brasil tem prestado assistência à população durante a pandemia no que tange aos direitos humanos⁷. Segundo a entidade, o governo brasileiro não tem sido austero sobre a adoção das medidas de preservação

⁶ <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>. Acessado em: 06/06/2020 às 19:32.

⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-critica-austeridade-mal-orientada-do-governo-brasileiro-no-contexto-da-pandemia>. Acessado em: 08/06/2020 às 21:35.

desses direitos durante a pandemia. Além disso, demonstrou preocupação sobre a proporcionalidade de leitos de UTI (apenas 10% por município), o que foi reforçado em nota da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) que externou dados sobre a distribuição de leitos por Estado⁸.

Neto et. al (2020) explanou a importância de o poder público observar com mais atenção a situação das periferias durante a pandemia diante das próprias condições de reprodução que esses espaços proporcionam devido as formas de trabalho, uso do transporte público, condições de habitação e saneamento, mobilidade urbana entre outras. Porém, infelizmente, números de casos de covid-19 em bairros distantes dos grandes centros têm crescido substancialmente em capitais como São Paulo⁹, Fortaleza¹⁰ e Recife¹¹, por exemplo. É evidente que ainda é muito cedo para realizar inferências sobre a questão abordada, todavia, parece haver indícios suficientes que apontem como fatores

⁸ Disponível em:

[http://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/files/dados_uti_amib\(1\).pdf](http://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/files/dados_uti_amib(1).pdf).
Acessado em: 08/06/ 2020 às 21:41.

⁹ Disponível em <https://www.otempo.com.br/coronavirus/dispara-o-numero-de-mortes-por-covid-19-na-periferia-de-sao-paulo-1.2338256>. Acessado em: 09/06/2020 às 19:00.

¹⁰ Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/dez-bairros-com-mais-mortes-por-covid-19-estao-na-periferia-de-fortaleza-1.2245835>. Acessado em: 09/06/2020 às 19:07.

¹¹ Disponível em <https://www.folhape.com.br/noticias/coronavirus/pesquisa-da-fundaj-aponta-avanco-da-covid-19-na-periferia-da-rmr/142659/>.
Acessado em: 09/06/2020 às 19:14.

de vulnerabilidade social dificultam a adoção das medidas de isolamento, expondo pessoas ao risco iminente de contágio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde já, falar sobre o acesso a direitos básicos é uma discussão que há muito se estende no Brasil. No entanto, nesse contexto de pandemia, torna-se mais que um debate necessário, mas urgente. Pudemos nessas linhas refletir sobre questões delicadas que demonstram a necessidade da consolidação do Estado social no Brasil. É evidente que o vírus não escolhe suas vítimas, mas apesar de ter chegado ao Brasil de avião vindo da Europa, os transportes coletivos e residências lotadas parecem um ambiente ideal a sua propagação. O Estado deve se responsabilizar pelas mais de 35 mil mortes devidas seu atraso em tratar a pandemia com a relevância que devia ter tratado e mais que tudo por não ter conseguido, dentro desses mais de 30 anos da Constituição, promover aquilo que ela mesma se propôs a realizar. Portanto, o que fica evidente nestas linhas, é que a crise não se apresenta de imediato. O enfraquecimento sistemático da rede de proteção social e ausência do poder público em determinados lugares, apontam que sem a consolidação de um Estado que promova de fato o bem estar de seus

cidadãos através de garantia de direitos ao acesso de serviços básicos, nenhuma crise será superada de fato. Pois, aparentemente, quando um Estado, por meio de seus governos, não consegue cumprir com suas próprias prerrogativas constitucionais, a crise é essencialmente institucional.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas reflexões para reflexão e debate. **Tempo Social; Rev. de Sociol.** USP, São Paulo 1(2): 105-119, 2 sem. 1989.

BEZERRA, A.C.V. Et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (Supl.1), 2411-2421, 2020.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6): 1575-1589, 2007.

CALMON, T.V.L. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **Revista NAU e Social**. v.11, n.20, p.131-136, mai/out. 2020.

NETO, Francisco Pereira. Et al. Um Olhar Para as Periferias: Desafios Diante Do COVID-19. Tessituras: **Revista de Antropologia e Arqueologia**, ISSN 2318-9576, v.8 n.1, jan/jun 2020.

VENTURA, Deisy. Pandemias e Estado de exceção. In **Anais do VII Congresso Internacional de Direito da USJT**, São Paulo, 2010.

O ESTADO BRASILEIRO NA ATUAL PANDEMIA DO COVID-19 SOB A LUZ DE NICOLAU MAQUIAVEL

Nandhara Bezerra da Silva

1 INTRODUÇÃO

Ribeiro et al. (2020), relata que desde 1930 não havia tamanha crise econômica no mundo, mas com o atual cenário pandêmico essa crise pode vim a tona causando tantos problemas quanto os da época. O efeito dessa crise pode afetar com mais força nos países latino-americanos, principalmente no Brasil, pois a maioria destes produzem e exportam *commodities* energéticas e minerais, no caso do Brasil as exportações são de bens manufaturados (Idem). Assim, dando maior ênfase a situação econômica do Brasil, a seguinte pesquisa procurou retratar o atual Estado brasileiro durante a pandemia do covid-19 fazendo uma breve relação com a teoria de Maquiavel. Segundo Almeida (2011), “a verdadeira causa do poderio e do progresso de algum principado é liberdade econômica que, combinada à liberdade

política, assegura longa vida ao príncipe e sucesso nos seus empreendimentos” (p. 72). Sendo assim, no breve artigo serão analisadas as medidas sociais e econômicas tomadas pelo Estado brasileiro para o enfrentamento do coronavírus, e avaliar se essas medidas estão causando progresso ou regresso ao poder executivo federal e, principalmente, ao líder do Estado. A metodologia utilizada foi a bibliográfica do tipo narrativa que é caracterizada por seu caráter descritivo-discursivo. A idéia é transmitir através da descrição e discussão do atual contexto, uma reflexão sobre a atuação do governo federal nessa pandemia que está causando tantos problemas à sociedade brasileira e, quiçá, sirva de referência para próximas pesquisas sobre o referente assunto.

2. METODOLOGIA

O seguinte artigo foi construído a partir de uma revisão bibliográfica que, segundo Fabiano Maury Raupp e Ilse Maria Beuren (2006, p.87, apud, OLIVEIRA & SOUZA, 2018, p. 1), pesquisas de cunho bibliográfico “consistem no uso de materiais de abrangência pública em relação ao tema estudado, como revistas, livros e artigos, e por meio de bibliografias”. Sendo assim, para a realização desse trabalho a pesquisa bibliográfica será narrativa que é caracterizada por

seu caráter descritivo-discursivo, o que significa que, segundo Polkinghorne (1995, p. 1, apud, PAIVA, 2008, p. 3), “como análise narrativa, um tipo de estudo que reúne eventos e acontecimentos e produz uma história explicativa”.

A busca pelos estudos sobre o tema foi realizada através do portal Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>) utilizando as palavras-chaves: “Maquiavel, teoria maquiavélica, Estado brasileiro e covid-19”. Os referenciais que foram encontrados constituem a base de todo o artigo, pois, é a partir deles que será discutido e refletido a teoria de Maquiavel no Estado brasileiro perante a pandemia da covid-19.

3. O ATUAL ESTADO BRASILEIRO NO CENÁRIO PANDÊMICO E SUA RELAÇÃO COM O MAQUIAVELISMO

A covid-19 é algo novo para o mundo inteiro, desde os países subdesenvolvidos aos desenvolvidos, ninguém estava preparado para tamanho problema, o qual não só afetou a saúde dos seres humanos, mas todo o âmbito político, econômico, social e educacional. Tratando-se de um país como o Brasil no contexto atual os problemas são bem mais intensos, pois o Estado brasileiro não está promovendo ações adequadas para o enfrentamento da pandemia, nem sequer

preocupa-se com a saúde da população. Segundo Ibañez (2020, p. 19):

A falsa dicotomia entre questões econômicas e salvar vidas, como tem sido posta pelo alto escalão do executivo federal, mascara o urgente e ágil planejamento para mitigação de seus impactos. As desigualdades sócio territoriais brasileiras tornam esse momento ainda mais delicado.

Nesse contexto, é notório que a economia é um fator importante para o atual governo, tão importante quanto a vida de muitos brasileiros. Entretanto, nos últimos meses o ministério da economia anunciou medidas para evitar prejuízos para as famílias de baixa renda que fazem parte do Cadastro Único e os beneficiários do programa bolsa família (PAIVA et al., 2020). Porém, esses benefícios só serão válidos durante 3 (três) meses e essas pessoas não estarão estabilizadas economicamente de imediato, quiçá a pandemia terá se estabilizado durante esse período, pois, segundo Paiva et al. (2020, p. 15):

Uma nova recessão global é quase certa. Não sabemos quanto tempo as medidas extraordinárias de isolamento social deverão durar. Tampouco sabemos quão exigido será o Sistema Único de Saúde (SUS). (...) Trabalhadores informais, desempregados e famílias pobres em geral estão particularmente expostos à combinação de pandemia e recessão.

O Brasil vem enfrentando muitos desafios neste cenário pandêmico, mas a maioria deles estão sendo causados pelo próprio governo federal, o qual deveria está proporcionando medidas que beneficie o povo brasileiro e não o prejudicando. Segundo Cimini (2020), um desses desafios é a “dinâmica de governança marcada não somente por conflitos dentro do Executivo e entre governo federal, autoridades estaduais e municipais, mas também pela falta de diálogo com a sociedade civil na tomada de decisão e monitoramento das ações” (p. 2). É crucial que o governo federal de um país tenha uma relação estável com todos os líderes políticos do país e, principalmente um bom diálogo com o povo, pois este possui o maior poder de manter tal governo na liderança, pois, seguindo a teoria maquiavélica, “[...] um príncipe precisa de um povo amigo; caso contrário, nas adversidades, não conseguirá governar”. (MAQUIAVEL, 2012, p. 94)

Ibañez (2020) relata que a relação instável do alto executivo federal não se encontra, apenas, entre o povo brasileiro, os governantes dos Estados e municípios do país, mas se propaga internacionalmente. O presidente Jair Bolsonaro, seu filho, o atual deputado Eduardo Bolsonaro e o ministro da educação, Abraham Weintraub, disseminaram palavras de ódio e preconceito contra o governo chinês e a

população chinesa em seus perfis no *twitter* em março de 2020, período em que a pandemia chegou no Brasil. Tais atitudes causaram mais problemas fazendo com que a China, que é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil e o epicentro da pandemia, não conceda qualquer tipo de apoio, principalmente econômico, para o Estado brasileiro no atual cenário pandêmico. Segundo Ibañez (2020, p.20), “o que se apresentou em relação à China beira o surrealismo e uma falta de senso de sobrevivência de uma economia que vem se arrastando a baixos índices de crescimento econômico por anos”.

O Brasil vive uma crise econômica há anos, atitudes desprezíveis como estas tomadas pelo Estado brasileiro só tende a prejudicar cada vez mais a população brasileira. Posicionar-se contra a China durante uma pandemia é como amarrar a corda no próprio pescoço para cometer suicídio, pois, se o Brasil com alianças comerciais com países como a China, já está de mal a pior, dá-se pra imaginar o que será de sua economia sem estes. Portanto, diante desse cenário, o Estado brasileiro não está agindo conforme a teoria maquiavélica, pois, para Maquiavel (2012), além de o príncipe (no caso de uma república, o presidente) ter o povo como seu amigo, ele também precisa estar firme com o potentado exterior, caso isso não ocorra, os problemas surgirão

constantemente e o principado pode decair. Maquiavel também relata que, “[...] ao tomar um estado, deve o ocupador relacionar todas as ofensas que precisa fazer; e fazê-las todas de uma só vez, para não ter de renová-las a cada dia e, não renovando, reassegurar os homens e cativá-los com benefícios” (p. 90). Contudo, o atual Estado brasileiro age de maneira contrária, as ofensas são feitas diariamente contra o povo brasileiro e contra os governos e a população do exterior, e não há benefícios duráveis, ou quiçá, existentes para o combate da covid-19 no país.

Concluo, portanto, que um príncipe deve preocupar-se pouco com as conspirações quando o povo lhe é benévolo; mas, quando lhe é inimigo e o odeia, deve temer tudo e todos. E os estados bem ordenados e os príncipes sábios pensaram, a cada diligência, em não desesperar os grandes, e em satisfazer o povo e mantê-lo contente; porque esta é uma das funções mais importantes de um príncipe. (MAQUIAVEL, 2012, p. 138).

Assim, se o Estado brasileiro agisse conforme o que diz Maquiavel, o Brasil estaria em um cenário mais benévolo. A sociedade brasileira não viveria a pandemia de maneira tão decadente como está vivendo, se o presidente e todo o poder executivo tomassem atitudes que promovem benefícios para o povo e mantendo as alianças com os poderosos, principalmente do exterior. Vale ressaltar que manter o povo

como amigo e preservar alianças comerciais com outros países faz do chefe de Estado competente e sábio, podendo, assim, ordená-lo bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi identificar o maquiavelismo no Estado brasileiro perante a pandemia da covid-19. Para isso, foi preciso relatar sobre as medidas tomadas pelo Estado brasileiro para combater os problemas sociais e econômicos causados pela covid-19, e à luz da obra O príncipe de Nicolau Maquiavel avaliar o Estado brasileiro no cenário pandêmico. Sendo assim, conclui-se que o Estado brasileiro não está lidando com os problemas sociais, político e econômico conforme a teoria maquiavélica. As medidas tomadas pelo governo federal estão prejudicando cada vez mais o Brasil, não há ações que beneficie a população, a economia é considerada mais importante que a vida dos brasileiros, não há uma relação agradável entre o executivo federal e os líderes políticos dos Estados e municípios, além disso, ainda há conflitos causados pelo presidente da república e seus aliados contra o governo e a população chinesa. Como já foi dito, para Maquiavel um príncipe (ou presidente) precisa se aliar ao povo, que é o poder interno, e preservar as alianças

com o poder exterior, que são os governos de outros países. Mas, ao analisar o atual Estado brasileiro em plena pandemia é notório que o Brasil não possui um governo capacitado para assumir o poder conforme dita a teoria maquiavélica para um bom principado. Portanto, vale ressaltar, que o trabalho não supriu tudo o que está ocorrendo atualmente, com isso, é importante que novas pesquisas surjam sobre o atual contexto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. O moderno Príncipe e os principados da atualidade: Maquiavel aplicado à política contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, Brasília, v. 11, n. 121, junho de 2011.

CIMINI, F. et al. Análise das primeiras respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento da COVID-19 disponíveis no Repositório Global Polimap. **Nota técnica**. CEDEPLAR/UFMG: Belo Horizonte, 2020.

IBAÑEZ, P. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. **Espaço e Economia**.n.18, 19/maio/2020.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

OLIVEIRA, J. A. A.; SOUZA, D. A. Aplicação da teoria de Maquiavel na realidade brasileira: uma análise do governo de Getúlio Vargas durante o Estado novo. **UNI7**. Fortaleza, v. 8, n. 1, 2018.

PAIVA, L. H. et al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa bolsa família e para o cadastro único em resposta à Covid-19. **Nota técnica nº. 59**.Ipea: Brasília, Março de 2020.

PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. Rev. bras. linguíst. apl. Belo Horizonte, vol.8 no.2, 2008.

RIBEIRO, F. et al. Cenários para o comércio exterior brasileiro (2020-2021): estimativas dos impactos da crise da Covid-19. Nota técnica nº. 17. Ipea: Brasília, Abril de 2020.

ANÁLISE DAS MEDIDAS TOMADAS EM CONSEQUÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19

Taís da Costa Sousa

1 INTRODUÇÃO

Nomeada, oficialmente, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Covid-19 no dia 11 de fevereiro de 2020, teve origem na China, e se trata de uma variação do vírus da família *Coronaviridae*. O Sars-Cov-2 responsável pela pandemia de Covid-19, provoca sintomas que atinge principalmente as vias respiratórias, e causa a falta de ar, tosse e desconforto no peito.

O primeiro alerta foi emitido pela OMS no dia 31 de dezembro de 2019, quando autoridades chinesas informaram uma pneumonia misteriosa na cidade de Wuhan, na China. O surto inicial atingiu pessoas com vínculo ao mercado de frutos do mar. Artigos relataram a presença de coronavírus em pangolins e nos morcegos *Rhinolophus affinis*, mas para sua propagação é necessário de um hospedeiro intermediário que

apresente uma proteína ACE2 semelhante a humana, e por meio de experimentações descobriu-se o hamster com uma grande afinidade.

Os possíveis candidatos como propagadores da doença são os animais que se encontram em mercados chineses, estando mais próximo do hamster o rato de bambu, popular na culinária chinesa. Porém, para validar essa hipótese necessita-se realizar infecções experimentais, avaliar manifestações clínicas e patológicas e, testar a capacidade de transmissão viral entre indivíduos.

Declarado no dia 11 de março a pandemia do novo coronavírus, mudou-se a realidade da população de todo o mundo, e não seria diferente no Brasil. O país apresentou seu primeiro caso em 25 de fevereiro na cidade de São Paulo, um homem de 61 anos de idade que chegou da Itália, onde já existia um aumento expressivo de casos da doença.

No entanto, o primeiro passo já havia sido tomado pelo Ministério da Saúde no dia 03 de fevereiro ao decretar estado de emergência na saúde pública. Com a presença do vírus que acomete problemas principalmente nos tratos respiratórios, antecipou-se então métodos para a contenção do problema. Mas, ainda assim, notasse que muitas pessoas estão sendo infectadas.

O presente artigo possui como objetivo geral analisar algumas das deliberações acatadas pelo governo, especificamente do Brasil, no cenário atual em relação a pandemia do Covid-19. Observando se estas estão sendo satisfatórias para que ocorra o impedimento de maior disseminação da doença e, assim, conseqüentemente a preservação da vida humana.

Já em relação aos objetivos específicos, será analisado os dados referentes a contaminação e óbitos decorrentes do vírus, também, como a saúde pública está sendo afetada no Brasil. E, por fim, apresenta-se uma análise a respeito de quais serão os resultados negativos decorridos de atitudes tomadas neste momento.

Baseando-se nos dados e nos referenciais teóricos utilizados neste presente artigo, observa-se que foram criadas diversas medidas preventivas com o intuito de minimizar ou desacelerar o crescimento dos casos de Covid-19. Mas, apesar destas, ainda há um avanço constante no número de óbitos e pessoas contaminadas. Desta forma, é possível observar que as precauções aplicadas no país não estão sendo executadas de maneira eficaz. Assim, será apresentado mais adiante quais são os reais motivos pelo qual não estão sendo surtidos resultados positivos como contrarresposta das decisões que foram adotadas.

A metodologia apresentada neste trabalho possui natureza descritiva e exploratória, no qual são apresentadas pesquisas bibliográficas. Como técnica de coleta de dados foram utilizados de apurações secundárias provenientes de fontes online, e apresenta uma abordagem quali-quantitativa. Foi tomado como base para a análise o método estatístico descritivo, em que as informações abordadas juntamente com os autores citados dão sustentação ao referencial teórico.

2 PROVIDÊNCIAS REALIZADAS EM RELAÇÃO AO COVID-19 NO BRASIL

Diversas providências foram acatadas no Brasil, indo estas desde a saúde até a área da economia para o combate da Covid-19. E, antes mesmo de ocorrer grande disseminação foi-se instituída uma lei, que apresenta como finalidade medidas para auxiliar casos de urgência na saúde pública em consequência desse novo vírus. Como pode ser visto a seguir no Art. 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

“Esta Lei dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.”

Na economia uma das ações realizadas foi a disponibilização de um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, para a proteção emergencial do povo brasileiro no enfrentamento à crise causada pela pandemia. Mas, antes de sua aprovação causou-se bastante discussão nas casas legislativas do governo e apresentou umas falhas em sua execução.

Quanto à saúde, aconselha-se agora que a sociedade fique atenta aos cuidados com a higiene, como por exemplo lavar sempre as mãos, e utilizar álcool em gel quando estiver fora de casa. Mas, há também outras atitudes que foram tomadas para evitar uma maior contaminação, como o uso obrigatório da máscara de proteção ao sair, ter uma distância de no mínimo 1,5 m entre as pessoas em razão da alta propagação da doença por correntes de ar, etc.

Ainda assim, foi-se adotado o método do isolamento social, que diz respeito ao ato de se separar um indivíduo ou um grupo de outras pessoas. A partir do distanciamento as autoridades conseguirão fazer um rastreamento da circulação do vírus e tratar de pacientes de maneira efetiva, impedindo novos contágios. É considerado por muitos uma das maneiras mais eficazes e essenciais para que não ocorra um número

exorbitante de infectados e posteriormente de óbitos. De acordo com o pediatra e infectologista Dr. Renato Kfoury (2020):

Com base na experiência internacional e observando a propagação do coronavírus no Brasil, a gente percebe que é fundamental adotar as medidas de isolamento social para diminuir o número de casos. Essa parece ser a melhor forma de conter o avanço rápido da pandemia. (Renato Kfoury, 2020).

Todavia, nota-se que o distanciamento não está sendo respeitado por inúmeras pessoas, acarretando um imenso contágio. A exemplo disto, há o presidente da república Jair Messias Bolsonaro que apoia o fim do isolamento social e a abertura dos comércios, que conseqüentemente despertou o interesse de maior parte dos empresários que saíram em protesto para a reabertura de seus negócios e pôs em risco sua própria saúde e o êxito de todas as precauções realizadas até então.

É visto que, a cada dia que passa o número de mortes e contaminações pelo coronavírus só aumenta, e esse crescimento intenso de casos já era previsto por meio de estudos que haviam sido realizados. De acordo com o infectologista e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) Benedito da Fonseca (2020): "A gente está passando pelo aumento exponencial da curva (de contágio), então, isso vai ser

constante nos próximos dias. Vamos bater recordes em cima de recordes". Pois, a princípio só eram testadas as pessoas que chagavam de viagem, mas com o decorrer do tempo a Covid-19 começou a ser transmitida no país, havendo uma lentidão para apresentar os resultados dos exames já que havia uma grande demanda, causando a sensação de bem-estar em pessoas assintomáticas que iam até as ruas normalmente e disseminavam ainda mais a doença.

No ano de 2017 ocorreu um bloqueio de 42 bilhões de reais que tinham como intuito melhorias técnicas, administrativas e de infraestrutura para a saúde pública. Com o decorrer do tempo os gastos permaneceram os mesmos, mas as verbas que entravam eram menores. Hoje, é fácil de se constatar a falta que os investimentos causaram, como é o caso dos respiradores pulmonares, pois poucos se tem em hospitais públicos por serem equipamentos caros, e que são extremamente necessários para a recuperação de pacientes em situações graves além da falta de leitos hospitalares. Em consequência destes fatores, o sistema de saúde pública no Brasil vem sofrendo com a atual situação na qual se encontra, correndo risco até mesmo de colapsar.

Pesquisas apontam que grande parte dos casos apresentam sintomas leves, podendo ser tratados em casa ou em postos de saúde. Já em contrapartida, a internação dos

que necessitam ser hospitalizados demora em torno de 3 semanas, gerando um abalo aos sistemas de saúde, de acordo com a pasta, pois os leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI) ficam ocupados por um tempo extenso, ocasionando crise de escassez de leitos em diversos municípios.

Desta maneira, o futuro do país poderá apresentar muitos resquícios negativos causados pelo Covid-19 em diferentes segmentos. Neste momento, enfrenta-se uma grande crise, onde está sendo feito milhares de vítimas, com uma enorme quantidade de pessoas desempregadas, alunos sem aula, fronteiras fechadas, trabalho remoto etc. Sabe-se que existirá muitas perdas, além do risco de aumento da desigualdade social.

De acordo com o filósofo italiano Franco Berardi (2020):

A explosão do desemprego criará a condição para um tremendo agravamento da situação social: miséria generalizada, agressividade, conflitos, violência, guerra. Isso é fácil de prever, é quase óbvio. A única saída de uma catástrofe sem fim é uma mudança radical na relação entre atividade social e acesso às necessidades básicas da vida. (Franco Berardi, 2020).

Porém, não se deve descartar também que existe a possibilidade de novas oportunidades, no qual a ciência será

mais valorizada, onde buscasse o essencial, apresentando relações mais empáticas e podendo criar novas percepções para o conceito de humanidade. Para Franco Berardi (2020), "redescobrir a necessidade da solidariedade, abandonar o espírito de competição agressiva e sair do medo do contágio com um desejo renovado de contato corporal", é uma das possibilidades a serem percorridas caso a sociedade escolha.

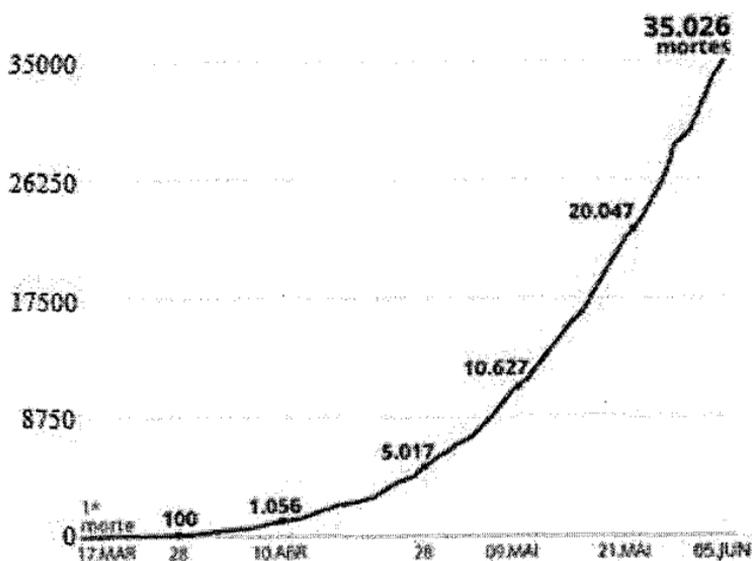
Constata-se então, que apesar dos parâmetros utilizados para facilitar o combate ao coronavírus, ainda estão acontecendo inúmeros deslizos por parte da população e do governo federal, não proporcionando boas perspectivas ao futuro do país como foi-se observado em estudos realizados, podendo causar transtornos como maior crise econômica, desigualdade, desemprego etc. Assim, esperasse a realização de novos estudos que possam trazer soluções para as circunstâncias no qual o país se encontra.

3 ANÁLISE DE DADOS

No dia 5 de Junho o Brasil ultrapassou a Itália em número de mortes por causa da Covid-19 e se tornou o 3º país com o maior número de vítimas do vírus no mundo. Ficando somente atrás respectivamente dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Mortes por coronavírus no Brasil

Total de óbitos causados pelo coronavírus Sars-Cov-2, segundo o Ministério da Saúde

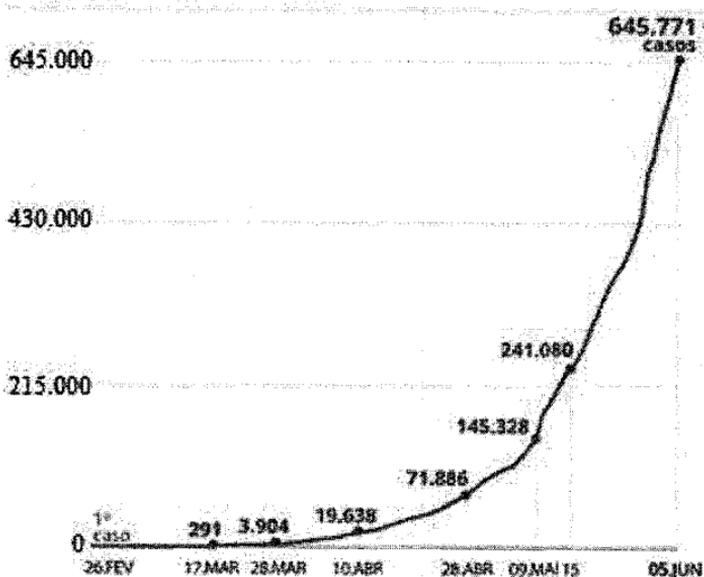


Fonte: Ministério da Saúde, 2020.

Nesta mesma data apresentou-se 1.005 óbitos, totalizando 35.026 mortes. Nas primeiras semanas da pandemia os boletins de divulgação dos casos estavam sendo feitos as 17:00, mas, com o decorrer do tempo passou a ser as 19:00, e por fim, as 20:00.

Casos de coronavírus no Brasil

Total de infecções causadas pelo coronavírus Sars-Cov-2, segundo o Ministério da Saúde



Fonte: Ministério da Saúde, 2020.

Não só a quantidade de óbitos está crescendo gradativamente, juntamente com estes crescem o número de pessoas infectadas pelo vírus. O boletim de 04 de Junho aponta cidades que vem sendo mais prejudicadas com casos da doença, e estas são: São Paulo (129.200); Rio de Janeiro (60.932); Ceará (59.725); Pará (48.049) e Amazonas (46.473) de acordo com dados do Ministério da Saúde.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que apesar do benefício financeiro que o governo dispôs ter trazido benefícios, apresentou por outro lado inúmeras falhas, pois foram formadas enormes filas fora das agências, que em determinadas cidades não existiam controle nenhum, somente aumentando o risco de contágio. Houve também a aprovação de indivíduos que não necessitavam, o indeferimento para pessoas que se encontravam realmente necessitando deste auxílio e até mesmo furtos.

Embora que o distanciamento seja crucial, pode-se observar que existem dificuldades para que estas sejam cumpridas de forma eficaz, pois muito observasse ocorrências como comércios considerados não essenciais ainda em pleno funcionamento, persiste também casos de pessoas que não respeitam ao isolamento ou distanciamento em filas, que não utilizam máscaras, que realizam viagens, que visitam casas de parentes, etc. E, tudo isto conseqüentemente está causando o crescimento incontrolável de infectados e mortes pelo Covid-19 no Brasil.

Todo esse aumento desenfreado de infectos acabam por afetar intensamente a saúde pública, que não estava preparada para o recebimento de uma doença como esta.

Sucedendo-se assim maiores dificuldades na assistência clínica aos mais graves por falta de suportes ventilatórios e leitos de terapia intensiva. Os baixos investimentos juntamente com os números insuficientes de equipamentos dificultam o trabalho dos profissionais, fazendo com que a capacidade hospitalar não suporte uma demanda alta em tão pouco tempo. Assim, constata-se que por mais que muitas medidas tomadas apresentem em seu intuito trazer uma maior proteção aos cidadãos do país, estas não estão conseguindo garantir essa seguridade as pessoas. Uma vez que, é perceptível a falta de compromisso por parte de alguns em cumprir as regras estabelecidas, todos irão arcar com as consequências futuramente, seja com a perda de um ente querido ou até mesmo financeiramente devido aos prejuízos causados economicamente. E, por isto, são necessários novos estudos com a finalidade de reduzir estes aspectos negativos que já foram ocasionados, e os que irão surgir posteriormente, para que o país não termine em uma crise ainda pior.

REFERÊNCIAS

CARDIM, M.E.; LIMA, B. **Covid-19**: Brasil registra mais de mil mortes pelo quarto dia seguido, 05 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/>>

[app/noticia/brasil/2020/06/05/interna-brasil,861523/covid-19-brasil-registra-mais-de-mil-mortes-pelo-quarto-dia-seguido.shtml](https://www.g1.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/05/interna-brasil,861523/covid-19-brasil-registra-mais-de-mil-mortes-pelo-quarto-dia-seguido.shtml) >. Acesso em: 06 de junho de 2020.

CASTRO, Mariana. O mundo pós covid-19. **Uol**, São Paulo, 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/o-mundo-pos-covid-19-indice-da-serie/#tematico-5>>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

CERIONI, Clara. “Palavras importam”: estudo revela como Bolsonaro prejudicou o isolamento. **Exame**, 01 de maio de 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/as-palavras-importam-estudo-revela-como-bolsonaro-prejudicou-isolamento/>>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

CORONAVÍRUS no Brasil: Os 6 maiores desafios que a saúde pública do Brasil vem enfrentando. **CEEN Centro de Estudos**, 2020. Disponível em: <<https://www.ceen.com.br/os-6-maiores-desafios-que-a-saude-publica-do-brasil-vem-enfrentando/>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

COVID-19: o que se sabe sobre a origem da doença? **Jornal da USP**, São Paulo, 14 de abril de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

Importância do isolamento social no combate à covid-19. **Paraná Clínicas**, 13 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.paranaclinicas.com.br/noticias/importancia-do-isolamento-social-no-combate-a-covid-19/>>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

Isolamento social protege você e outras pessoas do coronavírus. **Secretaria da Saúde**, 14 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.paranaclinicas.com.br/noticias/importancia-do-isolamento-social-no-combate-a-covid-19/>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

O PRIMEIRO CASO É SEMPRE MAIS MARCANTE

Vinícios Matheus Dos Santos Farias

1 INTRODUÇÃO

São tempos difíceis, de fato, cheios de incertezas, angustias e medo. De acordo com Ribeiro (2020, p.1) “A pandemia do novo Coronavírus inaugura uma nova classe de ‘Medo Global’”, esta epidemia global têm provocado muitos impactos nas esferas e instituições sociais. Este “Medo Global” é constituído pela manifestação do pânico das pessoas, expressado em seus sentimentos e ações, perante o horizonte apocalíptico da pandemia. Esta epidemia mundial, que se iniciou na China no final de 2019, tem colocado os seres humanos, em posições de medo e aflição, por diversas partes do mundo.

Se olharmos a história, vamos perceber que este não é o primeiro medo global que enfrentamos, mas com certeza é diferente dos demais; “A pandemia do covid-19 é a primeira que se vive em um tempo on-line” (RIBEIRO, 2020, p.3) e junto da globalização temos uma multiplicação de

comunicação e informação, que sinceramente, não sei se está fazendo mais bem ou mal à população, nessa crise.

No final de 2019, a China identificou um surto respiratório causado por um vírus novo que atingia a todos, que posteriormente se espalhou por todas as partes do mundo, sendo considerado como fatal, principalmente para aqueles classificados como *Grupo de Risco* (FIOCRUZ, 2020).

Baseado na experiência internacional é possível projetar que cerca de 1% dos expostos ao SARS-CoV-2 serão assintomáticos e 80,9% dos expostos apresentarão manifestações clínicas leves. Este grupo tende a apresentar febre e/ou tosse não produtiva, dor de garganta, congestão nasal, mal-estar geral, cefaleia, mialgia, não requerendo hospitalização. No limite, são pessoas que podem ser tratadas em casa e que em 12,5 dias, em média, estarão recuperadas. Entretanto, é sabido que cerca de 20,0% dos casos necessitará de hospitalização, onde 5,0% deles necessitará de internação em unidade de terapia intensiva e 2,3% de ventilação mecânica. (RAFAEL et al., 2020, p.2).

Além dos problemas físicos causados pelo novo vírus, há outras consequências que podem ser causadas pela pandemia. O Coronavírus está causando pressão psicológica e estresse em grande parte da população afetada direta/indiretamente. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz “As incertezas provocadas pelo covid-19, os riscos de

contaminação e a obrigação de isolamento social podem agravar ou gerar problemas mentais, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).” (FIOCRUZ, 2020, p.57).

Os efeitos desta síndrome respiratória estão além do fato do ser humano ser contagiado ou não. Segundo Toniol (2020) “A pandemia do corona colocou em nossas conversas cotidianas pelo menos três tópicos: questões biológicas sobre a dinâmica do vírus, a gestão política em tempos de epidemia e o crescente e generalizado pânico das populações”. Enquanto fenômeno mundial, as experiências pessoais dos indivíduos na pandemia serão diversas, por tanto as percepções de risco irão variar entre as diferentes culturas, desta forma em uma análise, cada relato é importante para uma compreensão total (SEGATA, 2020).

Sendo assim, o conhecimento sociológico é de extrema importância no contexto da pandemia, por que ele nos ajuda a filtrar experiências isoladas, principalmente àquelas em lugares onde o campo da produção acadêmica é escasso. Conforme Romero “O conhecimento Sócio-Antropológico é, portanto, estratégico para compreensão da distribuição e difusão de diferentes epidemias em determinado espaço social” (MARANHÃO, 2020, p.3).

As observações que pretendo levantar a seguir são análises próprias, referentes a antes e após o *primeiro caso*

confirmado na cidade do Congo-Paraíba. Este marco tem modificado a forma como os moradores da cidade passaram a enxergar e a vivenciar o risco do Coronavírus, em sua manifestação no ambiente em que eles vivem. Estas experiências podem nos ajudar a evidenciar e entender como riscos se constroem socialmente (RANGEL, 1994).

Este estudo sociológico tem como objetivo geral compreender como os sujeitos do município do Congo, criam suas percepções de risco dentro do contexto da pandemia do Coronavírus em que as noções de *risco* se intensificaram, devido à alta propagação do vírus e número exorbitante de mortes pela doença, no Brasil e no mundo. Este breve estudo também deve nos ajudar a compreender a dinâmica social do município, mostrando como as pessoas estão se relacionando e comunicando na pandemia; ele também aponta algumas das principais indignações dos munícipes perante o poder público e como algumas pessoas podem ser influenciadas por indivíduos de certo grau social perante a cidade. Na minha intenção de explorar um único fenômeno, optei por fazer um “Estudo de Caso”, pois, este método ajuda a tem uma visão total da situação, buscando explorar e descrever todas as suas singularidades, com a finalidade de apresentar uma explicação concreta ao caso (GOLDENBERG, 2004).

Muitas análises e alguns dos motivos que me levaram a desenvolver esse estudo é resultado de discussões do “Grupo de projeto de pesquisa: Coronavírus no Cariri Ocidental PB”, coordenado pela Professora Dra. Júnia Lima da Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Os dados coletados são discursos disseminados pelos habitantes do município, na plataforma digital do *Whatsapp* e em locais de grande fluxo de pessoas, registrados em meu diário de campo. Como base teórica para minha argumentação, os trabalhos de DI Giulio (2004), Maranhão (2020), Rangel (1994) e Silva (1998), foram essenciais para me ajudar a pensar como as *Percepções de Risco* são construídas pelos indivíduos.

2 PERCEPÇÃO DE RISCO

O Coronavírus traz consigo uma onda de medo que é altamente disseminado pela internet, todos os dias. O século XXI trouxe consigo a ampliação do alcance a internet e quem tem acesso a ela, portanto tem acesso a o mundo, são infinitas as possibilidades, podemos nos comunicar em tempo real com indivíduos de qualquer parte. A multiplicação do acesso à comunicação e a informação ao mesmo tempo em

que nos ajudam a criar uma consciência coletiva sobre as medidas mais eficazes de prevenção, também desenvolve no nosso imaginário certo temor por conta do exorbitante número de obtidos (MARANHÃO, 2020).

Numa cidade de pequeno porte como o município do Congo-PB, com população estimada em 4.786 habitantes (IBGE, 2020), uma das suas principais formas de sociabilidade de seus moradores são as reuniões e conversas no final da tarde em frente às residências, prática bem comum em cidades de pequeno porte como está. Neste sentido, concordo com Di Giulio (2020, p.1217) “Fatores Sociais e culturais influenciam direta e indiretamente as percepções que os indivíduos têm sobre diferentes riscos”.

Pensar em analisar as percepções de risco baseado em um olhar sociológico implica que devemos primeiro lidar com as diferentes formas de vivência. Em uma busca incessante por uma compreensão total de um fenômeno é necessário que se entenda primeiro as particularidades de cada indivíduo. Primeiro deve-se observar como eles vivem e como sua cultura se manifesta no ambiente; Segundo deve analisar como suas percepções humanas são construídas, a pergunta mais importante a se fazer é: Quem os influencia? Amigos, Família, Ídolos/famosos, Políticos? A partir do momento que se consegue essa informação fica mais fácil

entender como as percepções de risco estão sendo construídas (DI GIULIO et al., 2020).

Considerando que as percepções são fruto das comunicações e informações que processamos diariamente, desta forma se vê a importância de se analisar contextos particulares, pois elas podem variar de acordo com o local em que ela se manifesta fisicamente e psicologicamente, posto isso se conclui que a comunicação social é crucial para essa construção (DI GIULIO et al., 2020). Risco enquanto construção social pode variar de acordo com os jogos de interesses postos em questão pelos indivíduos (RAGEL, 2020).

É preciso ressaltar que a uma diferença entre as percepções dos acontecimentos que tiramos das nossas próprias experiências e das informações que provém de terceiros. Citando Di Giulio (2020, p.1223) "O conceito de risco deve ser entendido como um fenômeno que existe tanto no plano perceptivo como no plano experiencial". Os riscos são construídos a partir de influências Socioculturais de um grupo socialmente consolidado, sendo assim, as percepções de risco são construídas de acordo com as narrações de pessoas socialmente influentes naquele ambiente. Por tanto as noções sobre o risco podem ser determinadas pelas informações que a mídia propaga, de acordo, com seus

interesses políticos ou pessoais. Entendido isso, podemos *enxergar dualidade de pensamento, o conflito interno entre acreditar nos fatos científicos ou nas autoridades que nos governam, sendo que cada uma segue seu próprio ideal.* Conforme Miguel (2020) “Precisamos lidar não só com a ameaça de uma pandemia, mas com a ignorância planejada que coloca em risco as medidas de saúde e combate à doença”.

3 MANIFESTAÇÃO DO RISCO

No dia 17 de abril de 2020, a secretária de saúde do município do Congo-PB, obteve pela 5ª Gerência Regional de Saúde da Paraíba sediada em Monteiro, a confirmação do *primeiro caso* de Coronavírus na cidade. O caso se tratava de um senhor de 47 anos de idade, residente fixo do município. Usei este evento como marco para estudo, porque em sua manifestação ele traz muitos elementos para pensarmos como as pessoas estavam/estão lidando com essa questão do *risco* que a pandemia do SARS-CoV-2 trouxe para a cidade. Mesmo sob o alerta municipal sobre os riscos do Coronavírus, a população congoense seguiu com sua vida normalmente, acredito que pelo fato de não se ter registrado nenhum caso.

Em um cenário onde a recomendações municipais eram de fechamento do comércio e isolamento social, alguns discursos de pessoas insatisfeitas foram proferidos; nas ruas da cidade, em rodas de conversas, e principalmente em grupos de Whatsapp. Na manhã de 24 de março de 2020, em frente à *Padaria Cachinga*, ouvi uma fala curiosa que pode muito bem ilustrar como as pessoas estavam enxergando as medidas de isolamento social. A roda de conversa era composta por homens adultos, nela um senhor esboçou seu ponto de vista sobre as recomendações da prefeitura municipal:

Vai parar o comércio, parar de trabalhar, eles só podem tá malucos, do que adianta não pegar o vírus e morrer de fome.

Outro senhor que também estava na roda, aparentemente um pouco irritado com a situação, complementou:

A então quer dizer que eles querem que o povo fique em casa, mais o pessoal que trabalha em mercado e em farmácia podem continuar, rapaz isso é conversa e

alarme dessa mídia que quer acabar com a imagem do presidente.

Estas duas falas ilustram muito bem como alguns moradores estavam enxergando o distanciamento social a princípio. O que se enxerga é um total descrédito destes senhores sobre as medidas de prevenção. Suas principais indignações não eram sobre o isolamento em si, mas sobre o fechamento do comércio, principalmente os de materiais de construção, visto que numa cidade de pequeno porte como está a principal fonte de renda destes senhores, provém dos trabalhos em construções. Outros discursos foram enunciados, mas eu escolhi estes porque eles já trazem consigo imagens mentais de como as pessoas reagiram às medidas de isolamento social.

Tudo isso mudou quando o *primeiro caso* de covid-19 foi registrado em 17 de março, 23 dias após o primeiro decreto municipal ter sido ativado, advertindo as pessoas a fazer o isolamento e proibindo a abertura do comércio local (CONGO, 23-03-2020). O principal assunto da cidade nos grupos de Whatsapp foi sobre a confirmação deste caso, o que parecia tão distante, agora era um fato. Na noite de 17 de março de 2020, num grupo de Whatsapp, uma mulher angustiada disse o seguinte:

DEUS tenha misericórdia de todos nós!!!

Outra mulher partilhando do mesmo sentimento de angustia declarou:

Rapaz será se Não teria Como informar QUEM é A pessoa informar o Nome sei muito bem que é Falta de Ética mas alguém poderia Falar o nome melhor Falta de Ética de que a PESSOA sai infectando As Pessoas...

A população ficou fervorosa na incessante busca pelo nome do contaminado; o medo, a angustia, e o desespero, por pensar ter tido contato com o indivíduo, levaram as mentes e as ações das pessoas para uma nova configuração. Seis dias após a confirmação do *primeiro caso*, em 23 de abril, a prefeitura do Congo decretou novas regras para a cidade, em seu site oficial dando os seguintes esclarecimentos (ASCOM, 2020):

Em novo decreto emitido na última segunda-feira (20), a Prefeitura Municipal de Congo reeditou as regras de funcionamento do comercio local, no intuito de

intensificar o combate à proliferação do coronavírus, uma vez que o município teve registrado o primeiro caso de Covid-19 [...] O Decreto Municipal Nº 288/2020 está em consonância com as novas regras decretadas pelo Governo do Estado, e, além de especificar quais tipos de estabelecimentos comerciais poderão permanecer abertos, estabelece os horários de funcionamento e o uso de máscaras por parte de funcionários e clientes, e ainda a adoção de medidas de higiene.

E ainda completou com:

Além do novo decreto, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, intensificou as ações de prevenção à proliferação do coronavírus. Orientação à população, medidas disciplinares e educativas, distribuição de máscaras e desinfecção de locais de maior fluxo de pessoas, integram a estratégia preventiva da secretaria.

Os rumores ganharam força nos grupos de Whatsapp após o primeiro caso, muitas conversas paralelas e mensagens foram disseminadas. Uma mulher adulta afirmou que o infectado não seguiu o isolamento social (17-04-2020):

Pois é e o paciente não aquieta o rabo em casa (+ emoticons da carinha com zíper na boca).

Rumores de nomes falsos de contaminados e até mesmo foi chegado a afirmar que a confirmação não passava de uma farsa, algo criado por “arrumadinhos políticos”.

Olha não estou mostrando culpa mas quem ou qual órgão ficou monitorando?

A mente das pessoas não sabia mais o que era real. Enxergo que o evento em si não traz o pânico são as informações disseminadas pelas pessoas sobre o episódio que provocam o caos. Conforme Di Giulio (2020, p.1221) “As respostas aos riscos são influenciadas pela organização sociocultural de um grupo social”.

No caso, particular da cidade do Congo, a confirmação do *primeiro* caso, não favoreceu a conscientização, só serviu para ataques políticos do grupo adversário, culpando a gestão municipal pelo descaso nas medidas de prevenção. O dia 17 de abril foi realmente agitado, ainda no grupo:

Parabéns para a administração e a secretaria de saúde pela desinformação PALHAÇADA

Depois do fenômeno do *primeiro caso*, criou-se na cidade uma serie de culpabilizações. As pessoas passaram a culpar o contaminado por não ter ficado em casa, culpar a família da vitima, culpar o prefeito, culpar um vizinho, culpar um amigo, culpar qualquer um. As pessoas culpam todo mundo, menos a si mesmas, que mesmo sob alerta de risco, não seguiram as devidas precauções. Estes quatro discursos foram proferidos por alguns integrantes do grupo e podem ilustrar muito bem a situação (17-04-2020):

1 - Acho que houve erro do hospital de Monteiro e a secretária da saúde do congo (+ emoticons pensando).

2 - Houve uma negligência em ambas partes aí viu pai.

3 - Mais será que a família tinha sido informada? Creio que não.

4 - Nós sabemos muito bem que não seguimos o decreto somos provas, kkkkkkkk pois sempre nos encontramos em aglomerações e nem por isso vamos culpar em especial o prefeito (+ emoticon, carinha com a mão no rosto).

Outra questão importante a atentar é o poder da influência que algumas figuras públicas têm sobre as construções de risco da população, as pessoas com alguma autoridade política no município do Congo geralmente tem seus discursos legitimados pela população. No dia 21 de abril o *Doutor*, senhor de grande prestígio social para os congoenses, por meio de vídeo mandou um recado para população, como forma de tranquiliza-los frente o pânico causado pelo *primeiro caso*:

Venho pedir a alguém que vá a um supermercado, alguém que vá à lotérica, peçam ao poder público ajuda, que eles botem algumas cadeirinhas, bote alguém da vigilância para organizar, por telefone tentem organizar para que as pessoas não vá tudo de um vez, vá aos pouquinhos para evitar este contato, por que o vírus é invisível a gente não sabe quem esta afetado, vamos trabalhar para que esse caso daqui seja único e não apareça outros e só podemos fazer isso se tivemos essa política de isolamento social, quem tá falando aqui é um amigo, o cidadão do Congo e especialmente o médico, que sempre zelou pela saúde de vocês, muito obrigado...

Suas breves palavras tiveram grande eficiência tranquilizando em alguns moradores, isto por que, ele enquanto figura pública do município dispõe de cerca legitimidade no discurso e respeito por parte da população.

Isso é bem ilustrado na fala dessa senhora que usa da fé para legitimar a fala do *Dr.* e pedir proteção:

Vdd meu Deus gente vms ter fé e fazer orações por nós e tbm por Dr. X pra que ele ã seja infectado por esse víros pra ele continuar com saúde pra nos ajudar que Deus nos livres desses males...

Fica claro o papel crucial que a comunicação social tem sobre as construções a cerca do risco e sobre os mecanismos psicológicos para tranquilização das pessoas, a fala dessa senhora reflexe um pouco essa imagem da confiança criada pelos moradores sobre figuras importantes. A percepção de risco e a pandemia criaram uma nova configuração Sociocultural na cidade, principalmente no campo das ações e no emocional dos indivíduos; enquanto *Fato Social Total* observo que o marco do *primeiro caso* acabou reconfigurando todas as formas como as pessoas passaram a agir, viver e pensar a realidade da pandemia (MAUSS, 1995).

4 CONCLUSÃO

Uma coisa ficou evidente com esse estudo, as construções a cerca da percepção de risco dos munícipes de Congo provém das informações disseminadas pelas mídias sociais, principalmente quando elas partem de discursos de pessoas influentes na cidade, desta forma é crucial que se tenha em mente que a infinitas possibilidades de se perceber os riscos, principalmente quando eles não só nos afetam diretamente, como também são frutos de percepções de terceiros.

Como o *Risco* é construído socialmente/culturalmente, é preciso analisar cada contexto de forma particular, principalmente em cidades como o Congo, onde os rumores são os principais responsáveis pela disseminação de informações. Esta análise de caso também deixou evidente que o *risco* só cresce e ganha legitimidade quando o perigo sai do plano psicológico das pessoas e passa para o físico.

Pensar sobre as construções da noção de *Risco* é fazer um exercício de análise isolado. Como estamos diante de uma Pandemia Global, que afeta a todas as instituições políticas e sociais, é crucial se ter um mente que as medidas de prevenção não devem ser pensadas verticalmente; as pluralidades do nosso mundo são diversas, a desigualdade

intensificada no Brasil na pandemia, é só um reflexo da nossa desigualdade estrutural. Em um contexto onde o isolamento social é uma das principais medidas de prevenção no deparamos com uma situação nova, o “Isolamento Seletivo” (LIMA, 2020).

É fato que está medida é essencial, mas, para as autoridades impor isso a população é necessários se criar políticas públicas de amparo social, é preciso se fazer um estudo da situação das famílias e criar condições para estes sujeitos conseguirem de manter nesse período de isolamento social. A primeira pergunta a se fazer é: Esta família possui o *privilegio* de ficar em casa? Primeiro é preciso se fazer um estudo sobre as condições socioeconômicas de cada lugar para poder impor medidas que isolem as pessoas em suas casas e as retirem dos seus trabalhos, outro fato é, nem todo mundo tem o *privilegio de ficar em home Office*.

Como as noções de risco são construções sociais, cada um percebe o risco de acordo com sua realidade social, alguns são influenciados por terceiros (Mídias Sociais), para outros o risco maior é pegar o vírus (Grupo de Risco), mas para muitos é pensar sobre como alimentar sua família no dia seguinte. Aqui ninguém está certo ou errado, é preciso criar medidas de proteção e assistencialistas igualitárias para todos, mas isso requer um estudo mais aprofundado da

situação socioeconômica de cada cidade do Brasil, analisando suas peculiaridades e suas maiores carências.

REFERÊNCIAS

ASCOM. *Prefeitura Municipal de Congo*. Disponível em: <
<https://www.congo.pb.gov.br/portal/noticias/geral/>>. Acesso em: 24
de abril de 2020.

DI GIULIO, Gabriela Marques et al. *Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade*. **Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.4, p.1217-1231, 2015.

FIOCRUZ (Ed.). *Plano de contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença pelo SARS-CoV-2(Covid-19)*. **Fiocruz**, 2020.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais / Mirian Goldenberg**. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE. **Panorama**. CONGO, PARAÍBA. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/congo/panorama> >. Acessado em: 27 de abril de 2020.

LIMA, Tiago. *Boletim nº 54 Covid-19: COVID-19, espaçamento social e o mundo por vir: a Reforma Agrária como parte da solução. Cientistas Sociais e o coronavírus*, **ANPOCS**, 2020.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque. *Os Cientistas Sociais No Combate Ao Coronavírus E Contra A Necropolítica: Primeiras Batalhas*. – **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**, ano II, vol. 2, n. 5, Boa Vista, 2020.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. Extraído de *Année Sociologique*, 2ª série, v.1, [1923-24] 1925.

MIGUEL, Jean; FREIRE, Lucas. *Boletim n.34 - Ciências Sociais e coronavírus: Coronavírus, bolsonarismo e a produção da ignorância; Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia*. – **ANPOCS, 2020**.

RAFAEL, Ricardo De Mattos Russo et al. *Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil?* [Epidemiology, public policies and Covid-19 pandemics in Brazil: what can we expect?] [Epidemiologia, políticas públicas y la pandemia de Covid-19 en Brasil: que podemos esperar?] **Revista Enfermagem UERJ**, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, v. 28, e49570, abr. 2020.

RANGEL, Lígia Maria. *Risco e Saúde nos Locais de Trabalho*. – **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva** – Vol. 4, Número 1, 1994.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Boletim n. 5 - Cientistas Sociais e o coronavírus / Medo Global. Cientistas Sociais e o coronavírus*, **ANPOCS, 2020**.

SEGATA, Jean. *Boletim nº 2 Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. Cientistas Sociais e o coronavírus*, **ANPOCS, 2020**.

SILVA, Telma Camargo Da. *Corpos em perigo: uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico*. In: **ANAIS. ANPOCS, 1998**.

TONIOL, Rodrigo. *Boletim n. 1 - Cientistas Sociais e o coronavírus*. Disponível em: <<http://www.anpocs.com>>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

EDUCAÇÃO E COVID-19: IMPORTANTE PAPEL DA UNIÃO FAMÍLIA/ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Carlos Eduardo de Lima Nascimento

1 INTRODUÇÃO

O ensino-aprendizagem nos tempos que estamos vivendo, tem sido cada vez agravado diante a pandemia causada pelo novo corona vírus.

A organização mundial da saúde (OMS) declarou em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo corona vírus (Covid-19) constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional.” (OPAS Brasil, 2020).

Com base em dados da organização Mundial da Saúde, não teria condições de acontecer as aulas presenciais. Tendo em vista o agravamento, medidas precisaram ser tomadas para que o ensino não pare. Foi assim que veio o meio remoto de ensino, fazendo com que os alunos não ficassem sem ter o recebimento do conhecimento. Uma boa

parte das instituições de ensino, os alunos já estão recebendo as aulas por meio remoto.

Com uma boa parte da população do Brasil não tem o acesso aos meios tecnológicos, seria um desafio e tanto ter que passar essas atividades, sabendo que o meio mais eficaz e que leva menos tempo para a comunicação com diversas pessoas ao mesmo tempo, é por via da internet.

O número de pessoas no Brasil que tem acesso a internet aumentou, mas não são todos que tem acesso a esse meio de comunicação. Por isso o meio remoto não se mede somente ao uso da internet, o ensino remoto se dá por diversos meios, a mais prática é a internet, mas como tem famílias que não usufruem desse meio, vários outros meios foram criados para que as tarefas cheguem ao máximo de estudantes possível.

Muitas secretarias de educação estão usando recursos por meio de impressão para atender aos alunos que não têm acesso a internet, aos meios de comunicação e as novas tecnologias. Esses alunos recebem as atividades impressas em casa, através de ações dinâmicas, da parceria de todos os gestores escolares, prefeitura etc. Com isso podemos construir novos rumos que refletirão positivamente nos resultados de aprendizagem desses alunos, podendo também se estender pós pandemia.

Quais as alternativas para correção socioeconômica dos menos favorecidos?

Com o objetivo principal de abordar o papel da família diante da escola, para melhor atender as necessidades daqueles que ainda tem acesso a algum meio de comunicação online, pois sabemos que o distanciamento social é de me muita importância nesse momento. Também sabemos que o conteúdo prévio das pessoas com idades mais avançadas e com um grau de conhecimento mais elevado.

Esses estudos foram feitos a partir de uma pesquisa descritiva de caráter exploratório, em sites confiáveis, livros e artigos científicos, que ajudaram a observar melhor as possibilidades do ensino remoto, sem ser obrigatório a avaliação.

O aluno que não conseguir tirar proveito desse novo método de ensino, seja por qualquer razão, ficará com atraso diante daqueles que tem, gerando uma desigualdade de acesso ao conhecimento. Se um aluno possui todos os equipamentos de qualidade para realização das tarefas, tem um ambiente silencioso reservado só para assistir aula, com certeza ele terá mais aproveitamento do que aquele que mal

tem o acesso a esses mesmos equipamentos, ao método online de ensino que o aluno anterior tem.

2 DESAFIOS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NA QUARENTENA

Diante do monitoramento realizado pela UNESCO (2020), onde mostra a situação das escolas no mundo, é possível observar que muitos governos ao redor do planeta terra, resolveram fechar as instituições de ensino, para contenção da propagação do vírus.

O ensino remoto colocado em prática durante esse período de pandemia, tem características parecidas com o EaD (Educação a Distância), mas os princípios que têm a educação presencial, continuam sendo os mesmos. O desafio sobre esse ensino a distância leva os professores e gestão escolar, a pensar em adaptações que façam com que os conteúdos que antes eram passados em sala de aula, sejam passados em modo remoto, uma tarefa que nem tampouco é fácil.

Segundo Freire (2006, p.76):

Ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra. O ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o

exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é, científica, política e pedagogicamente, capenga.

Nesse processo o professor não pode se omitir de comunicar sobre a leitura do mundo, esclarecendo que não existe uma única leitura possível, levando com que o aluno possa navegar sobre os diversos sentidos da leitura.

A educação escolar abriu vários espaços para que houvesse o acesso ao conhecimento.

Pela educação escolar democratizam-se os conhecimentos, sendo na escola que os trabalhadores continuam tendo a oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos, adquirindo conhecimentos científicos e formando a capacidade de pensar criticamente os problemas e desafios postos pela realidade social.” (LIBÂNEO,2006, pag. 23).

É na escola, que os conhecimentos são passados e adquiridos, de forma que com essa mediação, os alunos se sintam no direito de ser capaz de produzir uma criticidade, solucionar problemas e poder pensar em atividades e recursos em seu meio mais próximo ou até mesmo o mais distante, que os ajudem.

Com o aumento da cultura, medidas precisaram ser tomadas.

A razão é que, à medida que a sociedade humana foi se tornando complexa, teve necessidade de institucionalizar um meio eficiente de transmissão da cultura acumulada, necessária à sua sobrevivência. (LUCKESI, 1990, p.77).

Com o aumento cultural, a sociedade foi se tornando complexa, diante disso, tiveram que implementar um modelo de instituição que atendessem a suas necessidades. Daí surgiu a escola, onde se passam o conhecimento por meio da mediação entre educador e educando. Houveram diversas adaptações nessa instituição. Uma delas é o ensino a distância que passou a ser algo muito comum nas instituições de ensino superior, passando a levar oportunidade a quem não pode está sempre presente.

Com isso, vejo que o ensino remoto é de bastante eficácia diante do momento que estamos passando, mas não é fundamental para conseguir que o desde o ensino infantil até mesmo ao ensino médio, possa realmente aprender como se aprende na instituição. Vê-se como um caminho que viabiliza um meio de passar as atividades, e vejo também que esse meio não é o suficiente para que esse aluno possa passe de ano letivo. Vale ressaltar que pós pandemia, alguns desses métodos podem sim ser introduzido nas normas da escola.

3 METODOLOGIA

Este estudo baseou-se em uma estratégia descritiva de caráter exploratório, por meio de pesquisa em artigos e sites confiáveis. Neste artigo, pretendo demonstrar as características dos fatos. Utilizando de estudos de autores diversos, que tem relação com o mesmo assunto. Os métodos utilizados foram de bastante eficácia e puderam realizar uma ótima pesquisa. Essas pesquisas foram feitas de acordo com o que estamos vivenciando no momento atual, que é bastante importante para analisarmos a situação social que dificulta a realização das atividades na pandemia.

Segundo (Freire 2006) “Ninguém chega a parte alguma só, muito menos ao exílio. Nem mesmo os que chegam desacompanhados de sua família, de sua mulher, de seus filhos, de seus pais, de seus irmãos”. Precisamos ter a mediação para que de certa forma aconteça o ensino e a aprendizagem, precisa-se da presença, do diálogo, coisas que o ensino EaD não proporciona totalmente. A explicação do professor pessoalmente, é diferente da explicação que ele pode dá presencialmente. Durante esse período de isolamento social, é fundamental que não haja esse contato físico. A educação não pode parar, mas também não pode

costrar, vulgo os que não tem acesso ao meio digital de educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visando o grande problema que estamos passando, podemos observar que em meio ao contexto de pandemia que se *alastra pelo mundo, foram pensadas em várias formas* de fazer com que não parassem as aulas e criaram esse método que jamais poderá ser usado como modelo principal na educação no Brasil, pelo fato de não adesão de alguns ao sistema, seja pelo fator econômico ou pelo fator particular de cada responsável.

Não pode ser um meio de avaliação principal, mas pode fazer com que os que têm acesso as aulas por meio remoto, possam se aprimorar mais sobre os assuntos que iriam ser passados durante o ano letivo, fazendo com que com a volta as aulas presenciais, possam trazer uma facilidade a mais para aprendizagem dos alunos, pois os mesmos, já teriam visto o conteúdo de modo remoto.

Contudo, essa seria uma forma viável de fazer com que os estudantes diante esse período de pandemia, não sejam totalmente prejudicados, não sejam cobrados pelo um meio de ensino que foi preciso se aprimorar, sem antes ter

uma formação por parte dos discentes e dos docentes. Que esse meio seja aproveitado para realização de atividades, mas que os que se não se adaptem a esse meio sejam prejudicados.

5 CONCLUSÃO

Ao longo dessa abordagem, podemos compreender que com isso, conclui-se que devido o alastramento da pandemia, foi pensado em um meio que os alunos não fiquem sem receber o conteúdo de suas aulas. Esse meio é viável para realização de atividades, mas não pode ser considerado como um meio permanente, pois não é capaz de fazer com que todos os alunos tenham o devido acesso ao meio mais prático, sendo que a internet é o meio mais prático, mas não está disponível para todos.

Tendo em vista que muitos não tem condições de ter o acesso a internet. Mesmo que seja usado o meio impresso entregue nas casas dos alunos, eles não vão ter o acesso a explicação devida para realização da mesma. Ressalto novamente que pode sim ser um meio de ensino, mas não pode ser um meio de avaliação devido as condições sociais de uma parte da sociedade. Contudo, terão novos estudos diante dessas situações.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

OPAS Brasil. "**Folha infirmativa - COVID-19** (doença causada pelo novo corona vírus). Disponível em:
<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 09/06/2020.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. "**COVID-19 Educational Disruption and Response**". UNESCO Website [09/06/2020]. Disponível em:
<<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em: 09/06/2020.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COVID-19

Emanoela de Lima Maracajá

1 INTRODUÇÃO

A transparência na esfera pública tem sido uma das pautas norteadoras sobre a gestão pública contemporânea, na qual o acesso à informação está previsto como direito do cidadão e dever do estado, em que a sociedade e suas respectivas instituições representativas, tem instigado o debate por meio de manifestações e debates (Neto, 2017). Pode-se observar nos noticiários, telejornais e revistas, tal como, que neste momento de Pandemia, alguns governantes têm dificultado a divulgação de dados relacionados ao COVID-19. Como é possível observar na reportagem de O GLOBO publicada em 10/04/2020, na qual 78% dos governantes deixam a desejar na transparência dos dados relativos à pandemia do Coronavírus no Brasil, segundo dados fornecidos pela ONG Open Knowledge Brasil que utiliza os dados disponibilizados pelos 26 estados e o Distrito Federal.

Sendo assim, a problemática norteadora deste estudo encontra-se pautada em: **Qual o impacto do acesso à Informação e Transparência Pública para implementação de ações (políticas públicas) no combate às crises ocasionadas pelo COVID-19?**

Por conseguinte, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância do acesso à informação e transparência pública para implementação de ações para o combate ao COVID-19. Tem-se como objetivos específicos; analisar bibliografias que discorram da Transparência Pública; verificar os índices fornecidos pela ONG Open Knowledge Brasil; e enfatizar a importância da transparência pública nas ações de combate ao COVID-19.

Diante do exposto queremos mostrar a importância da transparência pública dos dados referentes ao COVID-19 (ocupação de leitos, testes disponíveis, testes aplicados, localização, por exemplo) para Gestão Pública, pois os mesmos não são importantes apenas com o objetivo de melhor alocar os recursos públicos, mas quão forma de conscientizar a população de seguir as recomendações dos órgãos de saúde. Para compreender o conceito de Transparência Pública utilizaremos autores como Toby Mendel(2009), Leonardo Aguiar(2018) e Gerson Neto(2017).

2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

De acordo com Aguiar (2018) a Lei n ° 12.527/ 11 é um dos meios legais que tem a finalidade de fortalecer um conjunto de ações públicas com o objetivo de obter um maior índice de transparência pública. A LAI nasceu da necessidade de garantir o direito fundamental de acesso à informação, afirmando que todos têm o direito de receber dos órgão públicos informações de interesses coletivo ou geral. Assim como é importante enfatizar que as informações produzidas ou sob a guarda da Administração Pública pertencem a sociedade, já que foram geradas para atender a administração pública. Considera-se que, a informação é um bem público, e portanto, deve estar acessível à sociedade (NETO, 2017).

A Lei n° 12.527/11 Lei de Acesso à Informação vai estabelecer, procedimentos, prazos e obrigações para administração pública responder a pedidos de pessoas físicas ou jurídicas. Como expressa o artigo 5º da referida lei, que é dever do estado garantir o direito de acesso à informação que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Toby Mendel (2009) em *Liberdade da*

Informação: um estudo de direito comparado; classifica a informação de “oxigênio da democracia”, considerando-a como de fundamental importância para o cidadão, bem como uma das condições básicas para o progresso e desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, faz-se necessária a divulgação dos dados (idade, sexo, número de leitos, regiões mais afetadas) e as pesquisas desenvolvidas pela OKBR, referente aos casos do novo coronavírus.

O maior índice de transparência possibilita que a sociedade tenha conhecimento de como os gestores públicos aplicaram os recursos públicos destinados ao combate da covid-19, por exemplo. De acordo com Aguiar (2018) no Brasil a “cultura do sigilo” ainda está presente nas repartições públicas brasileiras. A cultura do sigilo é resquício de uma sociedade patrimonialista presente no Brasil ao longo dos tempos, mesmo com as mudanças ocorridas na Gestão de Getúlio Vargas que teve por intuito combater as distorções provocadas na administração patrimonialista, desenvolveu-se a administração pública burocrática (AGUIAR, 2018).

Por conseguinte, a LAI é uma ferramenta para combater a “cultura do sigilo” nas Intuições Públicas, nas quais, em diversas situações, o agente público acredita ser detentor de uma informação produzida pela Gestão Pública. Segundo Bobbio (1992), o caráter público é a regra, o segredo

a exceção, todas os atos dos governos devem ser conhecidos pela sociedade, exceto algumas medidas de segurança pública.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma análise dos índices Transparência COVID-19. O recorte do objeto foi escolhido com base em dados fornecidos pela ONG Open Knowledge Brasil. A pesquisa transcorreu mediante pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória com abordagem qualitativa e descritiva. Os dados utilizados foram atualizados em 21/05/2020.

O Índice Transparência da Covid-19 é uma iniciativa da ONG Open Knowledge Brasil (OKBR) para avaliar a qualidade dos dados¹² e informações relativos à pandemia do novo coronavírus que têm sido publicados pela União e pelos

¹² Com base na metodologia utilizada pelo estudo Nota **de Metodologia Índice de Transparência da Covid-19(2020)** disponibilizada pela ONG Open Knowledge Brasil, para a composição desses índices foram definidos um conjunto de dados essenciais e parâmetros para a publicação dos números. Os índice é representado em uma escala de 0 a 100, em que 0 é atribuído ao menos transparente, e sem ao mais transparente. Os dados foram coletados nos portais oficiais dos órgãos de saúde e controle dos governos estaduais e federais. Os indicadores utilizados pela ONG para obtenção desses índices são idade ou faixa de idade; sexo; status de atendimento; doenças preexistentes; ocupação de leitos; testes disponíveis; testes aplicados; microdados; localização; visualização; formato aberto; série histórica (OKBR, 2020).

estados brasileiros em seus portais oficiais. Para que os gestores públicos e população possam superar os desafios desse cenário preocupante, acreditamos que nenhuma ferramenta é mais poderosa que a colaboração, e a informação é a parte fundamental desse processo (OKBR, 2020).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos dados obtidos pela ONG Open Knowledge Brasil, números estes atualizados em 21/05/2020, buscamos analisar a importância do acesso à informação e transparência pública nas ações de combate ao COVID-19. A Transparência Pública é uma importante ferramenta no combate ao covid-19, pois, permite que a sociedade tenha conhecimento de como as verbas destinadas à saúde pública na luta contra a pandemia estão sendo gastas pelos Gestores Públicos, assim como os índices disponibilizados OKBR, possibilita aos Gestores Públicos desenvolver políticas públicas mais eficientes de acordo com a realidade de cada região afetada pelo COVID-19.

Figura 1 - Índice Transparência da Covid-19

ESTADO	PONTUAÇÃO	VARIAÇÃO	NÍVEL
1º Ceará (CE)	100	↑ +5	ALTO
1º Goiás (GO)	100	↑ +10	ALTO
1º Minas Gerais (MG)	100	↑ +10	ALTO
2º Alagoas (AL)	98	⊖ 0	ALTO
2º Espírito Santo (ES)	98	⊖ 0	ALTO
2º Pernambuco (PE)	98	⊖ 0	ALTO
2º Rio Grande do Norte (RN)	98	↑ +3	ALTO
3º Amapá (AP)	93	⊖ 0	ALTO
3º Distrito Federal (DF)	93	↑ +7	ALTO
3º Pará (PA)	93	↑ +7	ALTO
3º Rondônia (RO)	93	↓ -5	ALTO

ESTADO	PONTUAÇÃO	VARIAÇÃO	NÍVEL
4º Paraná (PR)	90	⊖ 0	ALTO
5º Acre (AC)	88	⊖ 0	ALTO
5º Santa Catarina (SC)	88	↑ +40	ALTO
6º Governo Federal*	86	↑ +15	ALTO
6º Paraíba (PB)	86	⊖ 0	ALTO
6º Sergipe (SE)	86	↑ +26	ALTO
7º Piauí (PI)	81	⊖ 0	ALTO
8º Maranhão (MA)	79	⊖ 0	BOM
9º Rio de Janeiro (RJ)	76	⊖ 0	BOM
10º São Paulo (SP)	67	↓ -2	BOM
11º Amazonas (AM)	62	↑ +10	BOM
12º Bahia (BA)	55	⊖ 0	MÉDIO
12º Rio Grande do Sul (RS)	55	⊖ 0	MÉDIO
13º Roraima (RR)	48	↑ +5	MÉDIO
14º Mato Grosso (MT)	45	⊖ 0	MÉDIO

NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA



15º Tocantins (TO) **40** ↓ -5 **MÉDIO**

16º Mato Grosso do Sul (MS) **31** ↓ -40 **BAIXO**

Fonte: ONG Open Knowledge Brasil - Período 21 a 27 de maio de 2020.

Pode-se observar nos níveis de transparência fornecidos Open Knowledge Brasil que o Ceará, Goiás e Minas Gerais lideram o índice de transparência com relação aos dados da Covid-19 no período de 21 a 27 de maio de 2020. O estado da Paraíba ocupa a sexta posição com 86 pontos também considerado um nível alto, o mesmo permanece nessa posição desde do dia primeiro de maio. No portal de notícias do Governo da Paraíba, conforme reportagem publicada em 01/05/2020; o secretário executivo: Daniel Beltrammi enfatiza que “A transparência das informações contribui para agilizar o trabalho árduo que já

estamos desenvolvendo desde o início da pandemia. Agradeço imensamente toda a equipe por estar nos guiando em direção ao êxito”.

O estado do Mato Grosso do Sul segundo os dados apresentados pela ONG Open Knowledge Brasil apresentou número de apenas 31 pontos. Baseado no boletim divulgado pela ONG no dia 21 de maio de 2020, quase metade dos estados apresentam dados conflitantes sobre a COVID-19. Em contraposição às perspectivas precedentes; vale destacar que, segundo a Open Knowledge Brasil (2020), há um descompasso entre as informações divulgadas em painéis e boletins, ou, o que é ainda mais grave; entre as fontes estaduais e os dados publicados pelo governo federal. Goiás e Acre, apresentaram divergência tanto em fontes federais quanto estaduais (OKBR, 2020).

Considera-se a importância destes índices para a Gestão Pública, pois, eles permitem não apenas que a sociedade tenha conhecimento de como os recursos financeiros destinados ao COVID-19 do governo estão sendo aplicados. Como também permitem que os gestores analisem melhor qual localidade foi mais impactada pela pandemia; se a quantidade de respiradores são suficientes; a necessidade de uma quantidade maior de leitos; quais comorbidades preexistentes associadas ao covid-19 resultam em morte;

Possibilitando assim que os governantes desenvolvam políticas públicas mais eficiente e eficazes nesse momento de crise não apenas no sistema de saúde, mas nas demais áreas.

O médico infectologista Bernardo Almeida, do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) afirmou ao portal de notícias ECOA, no dia 05/05/2020 que, “o levantamento oferecido pela OKBR pode estimular governos estaduais a otimizarem a divulgação de seus dados sobre o coronavírus”. Portanto uma transparência mais efetiva dos órgãos, juntamente com dados detalhados sobre o COVID, contribuem para a conscientização da população acerca da gravidade do vírus; assim como permite aos entes públicos uma maior adequabilidade do sistema de saúde com base nas necessidades de cada região, contribuindo assim para um melhor atendimento aos pacientes.

5 CONCLUSÃO

A transparência pública e o acesso à informação se mostram como importantes mecanismo para o fortalecimento das sociedades democráticas, nas quais o acesso à informação é a garantia de um direito fundamental presente

na Constituição Federal de 1988. A LAI é uma ferramenta para combater “cultura do sigilo” nas Intuições Públicas, visto que, em diversas situações, o agente público acredita ser detentor de uma informação produzida pela Gestão Pública.

Portanto, as informações relacionadas ao covid-19 devem ser divulgadas de forma ampla, todavia respeitando a identidade das vítimas. O estudo da Open Knowledge Brasil (2020), é importante, pois, os dados contribuem não apenas para mostrar como os recursos estão sendo aplicado, mas, para conscientizar a população no tocante ao proceder adequado referente às recomendações dos órgãos de saúde. Assim como, permite aos governantes que desenvolvam políticas públicas mais eficientes no combate ao COVID-19 de acordo com a realidade de cada região afetada pela pandemia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonardo Serra. **LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE TRANSPARÊNCIA.**

ENAP.2108.Disponível

em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3367/1/Leonardo%20Serra%20Aguiar%20-%20TCC%20-%20EGP%2011%20-%20GEP.pdf>>. Acessado em: 18/05/2020.

Leonardo%20Serra%20Aguiar%20-%20TCC%20-%20EGP%2011%20-%20GEP.pdf>. Acessado em: 18/05/2020.

BERNADES, Camila Fernandes Santos. **O DIREITO**

FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Uma análise sob a ótica do princípio da transparência. 2015. Disponível

em:<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13238/3/DireitoFundamentalAcesso.pdf>>. Acessado em: 17/05/2020.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo**. 5. ed. São Paulo: Editora paz e terra, 1992.

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. **Lei 12.527/2011**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acessado em: 25/05/2020.

GONÇALVES, Ianne da Silva. **ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE SUMÉ, PRATA E SÃO DOMINGOS DO CARIRI-PB**. Sumé-PB, 2018.

LUCIANO, Antonia. **Só 32% dos Estados brasileiros divulgam dados sobre a Covid-19**. ECOA.2020. Disponível em:<<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/05/so-32-dos-estados-brasileiros-divulgam-dados-detalhados-sobre-a-covid-19.htm>>. Acessado em: 15/05/2020.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009.

NETO, Gerson Jacinto de Oliveira. **ANÁLISE COMPARATIVA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DE CARUARU/PE E CAMPINA GRANDE/PB, SOB O VIÉS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**. Sumé-PB, 2017.

O GLOBO. **COVID-19: 78% dos Estados deixam a desejar na transparência da pandemia no Brasil**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-78-dos-governos-deixam-desejar-na-transparencia-da-pandemia-no-brasil-diz-ong-24362328>>. Acessado em: 30/05/2020.

Open Knowledge Brasil. **Índice de transparência da COVID-19**. Disponível em: <https://www.ok.org.br/projetos/indice-de-transparencia-da-covid-19/>. Acessado em 14/05/2020.

Open Knowledge Brasil. **Transparência Brasil COVID-19**. BOLETIN. 2020. Disponível em;

https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_8.pdf. Acessado 01/06/2020.

PARÁIBA. Paraíba é o sexto colocado no ranking de transparência sobre Covid-19. PARÁIBA. 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-e-a-sexta-colocada-no-pais-no-ranking-de-transparencia-sobre-covid-19>>. Acessado em: 30/05/2020.

A FANTASIA “SRAG”: AS (SUB)NOTIFICAÇÕES DA COVID-19

Tarlan Alexandre de Limá

1 INTRODUÇÃO

No corrente ano de 2020, vive-se um momento histórico para toda a humanidade, uma Pandemia, na qual, sua origem se deu pelo vírus SARS-CoV-2 e que a doença foi denominada como Covid-19. No Brasil, vivemos uma intensa luta contra o vírus em tentativas de minimizar os efeitos, porém, vale ressaltar que, este combate está sendo mais perceptível por parte dos governadores dos Estados, pois, concomitante aos esforços deles e do mundo, o Governo Federal, encabeçado pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, demonstra sua total despreocupação e desrespeito com o estado do país e da gravidade do problema.

Dentro de todas as medidas ineficientes do governo, uma delas bate de frente com o número real de infectados pela COVID-19 - e sendo umas das alternativas para impedir

o avanço do vírus, a necessidade se testar a população para que as medidas possam ser tomadas da melhor forma possível, dado da insuficiência de testes, o qual pode ser observado em uma reportagem da BBC News Brasil, do dia 24 de Abril, que apontava a divulgação do número de testes pelo Ministério da Saúde como: realizados na marca de 132.467 (Cento e trinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete) testes, e outros 56.613 (Cinquenta e seis mil, seiscentos e treze) em análise, dando uma proporção de 63 casos por cada 100 mil habitantes, abaixo de países da própria América do Sul, como Chile (643 por 100 mil/h), Argentina (76 por 100 mil/h) e Equador (115 por 100 mil/h), ocorrendo este empecilho para que se chegue a um número mais preciso de casos (sabendo que dificilmente se saberá de fato a quantidade EXATA de infectados), temos em paralelo o número de SRAG do período estipulado na pesquisa, sendo esse ponto de ineficácia em testar, um espelho de como uma gestão está (ou não) preparada para casos extremos como estes.

Este *paper* tem o objetivo de realizar a comparação dos números de casos de SRAG no período de 01/03 a 01/06 dos diferentes anos, e determinar a relação da quantidade de casos com o novo vírus, para chegar à relação entre o aparecimento de casos do novo Coronavirus com o número

de casos da SRAG, levantando o objetivo principal deste artigo, há mais casos de SRAG com surgimento do SARS-CoV-2? Eles podem representar as subnotificações causadas pela insuficiência de testes não providos pelo Governo?

A pesquisa é uma pesquisa bibliográfica-documental e quantitativa. Com os dados obtidos a partir do site de Registros Cíveis online, do Portal da Transparência, sendo trabalhados de forma comparada entre a evolução dos casos antes e durante a Pandemia do novo Coronavírus, usando-se do percentual para melhor mensurar a situação dos casos do leitor, e apresentados em forma de gráfico.

A escolha do tema se deu devido ao crescente debate na situação da pandemia e todo seu contexto político impregnado no Brasil, e pela crescente onda de “tanto faz” levada pelo atual governo, no qual, tenta minimizar e se desvencilhar a todo custo das crescentes consequências inevitáveis e agravadas devido à falta de empenho e profissionalismo e pela “politização” da Pandemia.

2 ESTADO, REGIME E O PODER PARA A SAÚDE

Dentro da crise mundial instaurada pelo Covid-19, podemos observar exemplos práticos e diferentes das diversas tomadas de decisão ao redor do Globo, desde casos

mais bem sucedidos, como o da Nova Zelândia e casos desastrosos (o Brasil), porém, existe um fator perceptível para análise e que beira a unanimidade, sendo ela, a importância do Estado como principal ator para a ajuda, conscientização e imposição de, e, sobre medidas efetivas para o combate a esta “guerra contra o inimigo invisível”.

Para Bobbio em sua obra “Dicionário de Política” (1993) ele traz uma definição mais moderna e intrínseca entre Política e Estado, como:

Atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado. Dessa atividade a pólis é por vezes, o sujeito, quando referidos à esfera da política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas erga omnes, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outro, etc.

Bobbio, trabalha com a ideia da mínima relação entre Estado e Política, podendo até serem dependentes para atuação e existência entre eles, sendo uma relação igualitária a ser pelo que é atribuído ao Estado, usar da política para assegurar o bem estar dos habitantes, e usar da ferramenta também íntima a esses, o poder.

Como pode ser visto, ao abordar conceitos distintos, mas intrínsecos, essas palavras que normalmente seriam

usadas dentro da contextualização e definição das outras (Estado, Política e Poder), mas, quando o autor faz a definição na obra citada ele torna e faz a pincelada menos expressa do termo Estado, sendo mais centrado em esclarecer como a política trabalha na ação do Estado, deixando à intima definição de “ferramenta legítima do Estado para garantir a ordem e os direitos individuais e assegurar o bem comum”.

A partir deste ponto, onde o Estado possui força para regular as relações sociais dos indivíduos e têm seus objetivos de igual aos do povo – como deve ser por parte de quem está nele, e não a procura de interesses individuais -. Na contemporaneidade, o Estado dentro de toda a sua evolução no contexto da forma de governo e de assegurador de direitos e liberdades, chega ao que conhecemos como, Democracia.

Para Scott Mainrawing (2002), o trabalho para definir formas de Governo é tido por uma visão tricotômica, na qual, o autor traz consigo a existência de: Autoritarismo – forma em que o Estado tem todo o poder e controle sobre a sociedade, e suas liberdades; Semidemocracia – uma zona cinzenta que existe entre o Autoritarismo e a Democracia, onde possuem características de ambas as formas; e a Democracia – forma em que as pessoas possuem suas liberdades, direitos

assegurados e as instituições funcionam e as eleições são limpas.

Dentro deste contexto, o Brasil se encaixa como uma semidemocracia, um dos quesitos trabalhados, pode-se avaliar, por exemplo, a saúde de graça e de qualidade para todos, por mais que seja direito assegurada constitucionalmente, a realidade traz consigo descaso para quem se precisa do SUS, o Saneamento Básico – segundo o IBGE (2018), 36% dos brasileiros não têm Esgoto em casa (notícia do site Valor Econômico), estes direitos podem ser mostrados como os pontos nos quais o país falha cruelmente, e que agora estão mais expostos que nunca, tornando visível a falta de direitos fundamentais no maior país da América do Sul, problema que mostra o quão os governos brasileiros foram pífios.

3 BREVE RESUMO DA SAÚDE NO BRASIL, SARS-COV-2 E A COVID-19

Quando se começa a trabalhar o tema Saúde, sabe-se de praxe para todos à importância e a vinculação dela como um Direito, na qual pode ser observado na Constituição Federal (CF) de 1988, Título II: Dos Direitos e Das Garantias Fundamentais, Art. 6º, onde traz a Saúde como Direito Social,

que também possui consigo como este tipo de direito a Alimentação, Moradia e Segurança, sendo estes direitos facilmente ligados ao direito à Vida.

O Art. 196, da CF de 1988, que também trata do direito à saúde traz consigo: “[...] é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais que visem à redução o risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Como visto e já bem disseminado para e por a grande maioria da população como o que devidamente é, entretanto, devido a toda uma trajetória de corrupção que reflete na realidade – intensificada – da Pandemia, de mortes e situações subumanas no sistema público de Saúde.

Segundo o site, “Pfarma.com.br”, o SARS-CoV-2, é um Coronavirus da família *Coronaviridae*, ele pertence a um grupo de 7 (sete) vírus que podem infectar humanos e causar doenças graves. O primeiro caso de infecção oficial por parte desse vírus foi no dia 12 de Dezembro de 2019, em Wuhan, China, mas com um caso com sintomas da doença 11 dias antes, 01 de dezembro do mesmo ano, ambos na cidade, local onde se deu o início do surto de Coronavirus no mundo, mas, de acordo com Ministério da Saúde, “o agente causador

do Coronavirus só foi descoberto no dia 31 de dezembro de 2019”.

Com Base no Ministério da Saúde, a Covid-19 é a doença ocasionada pelo novo Coronavirus, o SARS-CoV-2, no caso, os quadros de pacientes podem variar desde Assintomáticos até os casos que evoluem para respiração grave, seus sintomas podem ser: tosse, febre, coriza, dor de garganta e dificuldade para respirar – último sintoma em casos graves, sendo necessária a internação em Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs). A ONU traz consigo um estudo que aponta que apenas 20% dos infectados pelo vírus evoluirão em estado grave e precisarão ser hospitalizados, os outros 80% irão apenas sentir fracos sintomas e em casos nada - eles fazendo parte também das possíveis subnotificações.

Baseado no Centro de Informação em Saúde Para Viajantes (Cives), a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ou SARS (sigla inglesa para *Severe Acute Respiratory Syndrome*), é uma doença categorizada como uma pneumonia atípica (tipo de pneumonia causada por microrganismos diferentes dos que normalmente causam a doença).

Tendo a aparição do primeiro caso em 16 de Novembro de 2002, na cidade de Gunagdong, China, e no

ano seguinte, 2003, a Organização Mundial da Saúde, divulgando um alerta global da doença, sendo motivo disso, a infecção de 305 pessoas, entre elas, 105 profissionais de saúde que cuidaram dos tratamentos, desta forma, criando-se o alerta em cima devido a possível rapidez e facilidade do contágio desta doença.

De acordo com o NVEH/SCMG (2017) os sintomas da SRAG são: Febre Alta superior a 38°, tosse, dispneia, dores no corpo, na garganta e diarreia, e sintomas adicionais como aumentos na frequência respiratória e hipotensão. A causa da SRAG em humanos pode ser ocasionada por 7 Coronavírus, sendo eles: 229E; OC43; NL63; HUK1; MERS-CoV; SARS-CoV; e o SARS-CoV-2.

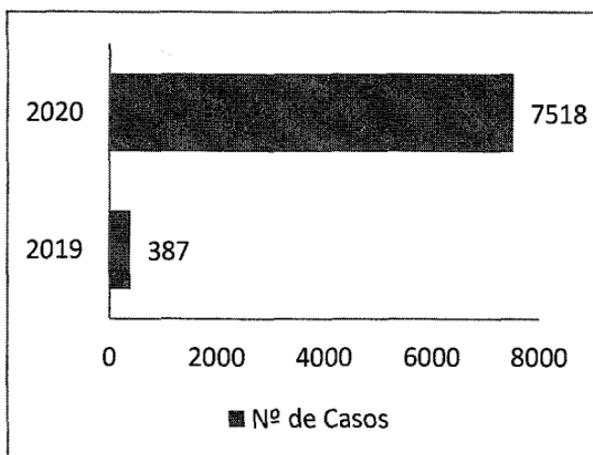
4 LOTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E OS ÓBITOS PELA SRAG

O primeiro caso de infectado de acordo com o saude.gov.br, foi no dia 26 de Fevereiro, e um cenário, no qual, dia 01 de Junho, chegou-se a marca de 526.447 infectados e o país ocupava a segunda posição no número de infectados no Mundo, mostrando a ineficácia de governos nas medidas de prevenção, e também, em muitos casos, a descrença por parte da população de que a doença causada

pelo SARS-CoV-2, como grande consequência pode ser analisado Unidades Federativas (UFs) já com seus sistemas de quase saúde lotados, não suportando mais novos infectados que precisam ser internados devido ao agravamento da Covid-19, como por exemplo, de acordo com G1, no dia 31 de Maio, Estados como Acre e Pará já estavam com sua taxa de ocupação de leitos de UTI acima dos 80% (86%, 84,36%, respectivamente), entre outros como Ceará com 89% no dia 17/05, Pará com 84,36 no dia 27/05, Pernambuco com 98% no dia 28/05.

De acordo com os dados do Registro Civil no Portal da Transparência, refinando a pesquisa na aba dos casos de óbitos pela SRAG, no Período que condiz do dia 01 de Março até 01 de Junho dos anos de 2019 e 2020, mortes decorrentes da doença são: 387 (trezentos e oitenta e sete) mortes para o ano de 2019, e 7518 (sete mil, quinhentos e dezoito) no ano de 2020.

Gráfico - 1 - Nº de Casos



Fonte – Portal da Transparência / Registro Civil (2020).

O crescimento das mortes observado nos dados de todo o país, totaliza uma diferença de estrondosos 7.131 (sete mil, cento e trinta e um) casos, entre os períodos trabalhados, sem nenhuma anormalidade nas causas da SRAG no período do ano anterior (2019), com os casos sendo causados pelas doenças já conhecidas, já no período do ano de 2020, que se tem o aparecimento da doença causada pelo vírus Sars-CoV-2, é demonstrado um aumento aproximado de 1942% (um mil, novecentos e quarenta e dois por cento) das mortes pela mesma complicação, podendo ser dada a anomalia no

crescimento significativo das mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave pelo o único fator novo, a Covid-19.

5 CONCLUSÃO

Portanto, ao observar os dados e todo cenário em contraste ao trabalho do Governo na situação de descaso que rodeia o país, que leva a uma quantidade inferior de testes realizados para a realidade populacional do país e de outros, concluiu-se que, com um aumento percentual de aproximadamente 2000% de casos de mortes pela Síndrome Respiratória Aguda Grave, no período equivalente de 3 (três) meses do ano 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, 2019 - ano normal de casos sem a Pandemia causada pelo SARS-CoV-2, sem nenhum outro fator que causasse tamanha discrepância entre os dados dos anos, chegasse a conclusão de que, os testes são insuficientes e que o aumento drástico nos números de óbitos, são evidências para se analisar a questão das subnotificações causadas pela forma na qual as esferas de governo do Brasil (principalmente a esfera do Governo Federal) estão agindo de forma precária, sem um pulso firme e descartando a devida importância equivalentes a todos os problemas que a Pandemia está trazendo a nossa sociedade, criando

(possivelmente) a fantasia que esconde a real situação da nação e conseqüentemente, sem pensar no futuro, em medidas para o Pós-Pandemia.

REFERÊNCIAS

BARRUCHO, Luis. Brasil é um dos países que menos realiza testes para Covid-19, abaixo de Cuba e Chile. **BBC News Brasil**, 24, Abril de 2020. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52383539>>. Acesso em: 26 de Maio de 2020.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12.Ed. Brasília: Editora da UnB, 2002.v. 2.

BOBBIO, NORBERTO. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 14. Ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. v. 69.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas, 2019. p. 18/118.

Casos de Coronavirus e número de mortes no Brasil em 31 de maio. **G1**, 31, Maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/31/caso-s-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-31-de-maio.ghtml>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

CORONAVÍRUS. **Portal do Covid-19**, 01, de Junho de 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 01 de Junho de 2020.

CORONAVÍRUS: sobre a doença. **Ministério da Saúde**, Brasília, 2020. Disponível em <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 26 de Maio de 2020.

GRUBER, Arthur. A Origem do SARS-CoV-2. **Jornal da USP**, 16, Abril de 2020. Disponível em: <<https://pfarma.com.br/coronavirus/5439-origem-covid19.html>>. Acesso em: 27 de Maio de 2020.

MAINWARING, BRINKS, LIÑÁL. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Revista Dados**. nov, 2011.

MARTINS, Fernando S.V. Síndrome Respiratória Aguda Grave. **Centro de Informação em Saúde para Viajantes (Cives)**, 08, Julho de 2003. Disponível em: <<http://www.cives.ufrj.br/informacao/sars/sars-iv.html>>. Acesso em 29 de Maio de 2020.

SCHINCARIOL, Juliana; SARAIVA, Alessandra; ROSAS, Rafael. No Brasil, 36% das famílias não têm coleta de esgoto, mostra IBGE. **Valor Econômico**, 6, Nov. de 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/06/no-brasil-36percent-dos-lares-nao-tem-coleta-de-esgoto-mostra-ibge.ghtml>>. Acesso em: 27 de Maio de 2020.

UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA EM RELAÇÃO Á NEGLIGÊNCIA DO ESTADO E Á DESVALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19

Michely Maria Vieira Sousa

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo Corona vírus (SARS-COV-2), causador da doença denominada COVID-19, configura o cenário de análise desse estudo. Os primeiros casos da doença foram notificados na cidade de Wuhan, na China, em meados de Dezembro de 2019. Inicialmente, medidas de isolamento social e sanitárias foram adotadas para conter o contágio, porém, mesmo assim o número de casos confirmados progrediu no país e, com a interação interpessoal característica da globalização contemporânea, ele disseminou-se pelo mundo.

No Brasil, o Governo mostra-se negligente diante dessa crítica situação e não cumpre sua função social e

administrativa de criar políticas públicas e investir na área da saúde, para garantir a diminuição do contágio, o tratamento dos enfermos e a cura da população contaminada. Outro aspecto pertinente ao contexto brasileiro é a desvalorização da ciência e os ataques feitos a ela pelo presidente da República.

Com efeito, partindo desses dois pontos, a saúde pública é a mais prejudicada. Nesse artigo, serão analisados esses dois aspectos, os quais possuem extrema importância para compreender o cenário atual da sociedade brasileira diante da pandemia de COVID-19.

Este artigo tem como tema principal a pandemia do COVID-19 e sua relação com a saúde pública e a ciência no território brasileiro, entre os meses de maio e junho. Este artigo tem como objetivo principal analisar os aspectos que demonstram as condições de saúde pública no contexto da pandemia do COVID-19 no Brasil. Além disso, compreender que existe falta de mais investimentos na saúde pública do país. Do mesmo modo, discutir sobre a falta de equipamentos técnicos suficientes para leitos hospitalares. Bem como, identificar como a ciência ainda é desvalorizada no país. A partir dessa análise pretende-se problematizar como a falta de políticas de saúde e investimentos em ciência afetam o controle da pandemia no Brasil.

Essa pesquisa se faz importante para a sociedade pois motiva a compreensão do cenário atual da pandemia no país. A metodologia utilizada nesta pesquisa é uma análise bibliográfica em livros, revistas e sites com o intuito de propor soluções para o problema analisado. O artigo está dividido em dois capítulos, o primeiro por Negligência do Estado e a Saúde Pública e o segundo por Desvalorização da Ciência pelo Estado.

2 NEGLIGÊNCIA DO ESTADO E A SAÚDE PÚBLICA

Mormente, de acordo com Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, o Artigo 196 determina que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Em vista disso, na prática está lei garante que o Estado é o principal responsável por assegurar o direito a saúde de todos os cidadãos, no que tange a melhoria de investimentos e ações que contribuam para progresso da saúde pública de todos os brasileiros.

Entretanto, verificasse que essa prerrogativa constitucional não é plenamente aplicada pelo atual Governo

brasileiro, haja vista que faltam leitos hospitalares disponíveis para atender à demanda populacional. Essa situação, é resultado da negligência estatal em destinar recursos financeiros ao Sistema Único de Saúde (SUS) de forma igualitária e satisfatória nas regiões do país.

Acerca disso, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) declarou em nota técnica de n.3, que em anos sem pandemia 72 das regiões de saúde do país, oferecem apenas 100 mil leitos de UTI por habitantes, mostrando que o mesmo dado é inferior ao mínimo necessário.

Hoje parece que a política vive ainda apenas de decretos de urgência. Já não é livre. Isto quer dizer: Hoje já não há política. Se ela já não admite nenhuma alternativa, acaba se aproximando de uma ditadura, da ditadura do capital. Os políticos, que hoje se degradaram em capangas do sistema, que no melhor dos casos são hábeis administradores da economia doméstica ou contadores, não são mais políticos no sentido aristotélico. (HAN,2017, p.120)

No entanto, verificasse que nos momentos emergentes percebemos o quão o Estado está preparado ou não para garantir os direitos de sua nação, no caso do Brasil é nítido que tais políticas públicas, como investimentos em leitos hospitalares e equipes médicas que assegurem a saúde pública acontecem, majoritariamente, mediante tais emergências, como a nova pandemia do COVID-19.

Medidas de ampliação da estrutura do sistema de saúde incluíram suspensão de férias dos servidores, contratação e nomeação emergencial de profissionais da saúde, ampliação de leitos hospitalares, construção de hospitais de campanha, obtenção e produção de insumos e de equipamentos de proteção individual. (ROCHA, 2020, p.3)

Nessa circunstância, observa-se o despreparo do Brasil em disponibilizar equipamentos técnicos e investimentos que garantam a promoção e recuperação da saúde pública em momento de crise, haja vista que tais investimentos já deveriam existir a longo prazo, ou seja, antes de tal situação.

Por conseguinte, a falta de tais recursos é refletida no número de vítimas do COVID-19 no Brasil, que, segundo o site G1 (08 de Junho de 2020), já foram contabilizadas 36.602 mortes na nação. Portanto, cabe especialmente ao Governo, enquanto instituição máxima da manutenção do bem-estar social, investir continuamente em recursos e em infraestrutura capazes de garantir a saúde de todos os indivíduos, principalmente os que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

3 DESVALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA PELO ESTADO

Indubitavelmente, o Governo brasileiro usa de viés ideológico que diminui a importância da ciência no momento

de emergência causado pela pandemia. COMTE (1978), afirma que o Positivismo é uma corrente filosófica, sociológica e política, que utiliza métodos científicos, para que posturas materialistas sejam comprovadas. Nessa perspectiva, exatamente nesse instante em que muitas vidas foram perdidas, faz-se imprescindível a contribuição do conhecimento científico, pois sem ele é impossível encontrar reflexões, explicações e soluções para a crítica situação vivenciada hodiernamente.

Existe um debate nas Ciências Sociais sobre se a verdade e a qualidade das instituições de uma sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise. Talvez os dois tipos de situação sejam igualmente indutores de conhecimento, mas certamente que nos permitem conhecer ou relevar coisas diferentes. Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus? (SANTOS, 2020, p.4)

Diante disso, é em momentos de crise que surgem novos debates e novas percepções sobre a sociedade que costumam ser interpretadas pela ciência. Esses novos desafios são de suma importância para compreender o contexto atual, e a contribuição de todas as ciências é necessária nesse contexto. A ciência social, que já foi tão atacada e desvalorizada pela atual administração

governamental, exerce um papel importante no que diz respeito aos estudos e compreensões das relações sociais e é tão necessária nesse momento quanto as demais explicações científicas.

Diante de todo esse investimento, nos surpreende que surjam argumentos engajados numa verdadeira cruzada retrógrada contra os estudos que se voltaram às dimensões de produção social das ciências e das tecnologias, negando o conhecimento gerado a partir de diversas pesquisas realizadas no campo nas últimas décadas e reputando às correntes relativistas e construtivistas a responsabilidade pelo clima geral de anti-intelectualíssimo. Apoiando-se em valores tecnocráticos, essas críticas denunciam a promiscuidade das relações entre ciência e política, ressuscita o antigo projeto moderno de pureza que pretendia ser capaz de pacificar um mundo atormentado por legiões exóticas de “crentes”, “videntes” e “sensitivos”. (SÁ; ALMEIDA, 2020, p.6)

No Brasil, evidencia-se que a atual gestão governamental não se preocupa em investir em ciência e a menospreza, utilizando de critérios anti-intelectuais para analisar os aspectos causados pela pandemia. Acerca disso, o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, inclusive, já fez diversas declarações contrárias às medidas de isolamento social. De acordo com o site Gazeta do Povo (09 de junho de 2020) em resposta a declaração de seu vice-presidente Amilton Mourão, que defendeu as medidas de

isolamento social, o presidente declarou: “O presidente sou eu”, contrariando a fala de seu coligado. Na ocasião, o dirigente do país atacou publicamente as medidas aconselhadas pelas instituições competentes de saúde, como a *Organização Mundial da Saúde (OMS)*.

Ao defendermos uma ciência engajada na política não capitulamos ao paradigma utilitarista, aquele que prevê que o conhecimento científico só vale se os seus produtos puderem ser convertidos em artefatos comercializáveis. O pleito aqui é pelo reconhecimento de que toda prática científica é política e está repleta de interesses, tornando-a uma ciência legitimamente incorporada. A sua constituição, portanto, deve refletir o investimento na construção dos mundos que queremos. Só é possível pensar em uma boa ciência aliada à boa política. De modo que esse compromisso com o mundo almejado determine não só a velocidade, mas a qualidade da resposta da ciência às perguntas que a ela direcionamos. (SÁ; ALMEIDA, 2020, p.6)

Essa lamentável desvalorização da ciência atrasa a cura imediata para a doença e dificulta a tomada de soluções. Nessa realidade adversa, muitos cidadãos são prejudicados com esse retrocesso, enquanto tantas vidas já foram perdidas e o número de contaminados só aumenta. Portanto, o investimento em conhecimento científico por parte da administração Governamental é importante e necessário para garantir a saúde e a segurança de todos os brasileiros, não

apenas no momento da pandemia, mas também após a superação dessa conjuntura de saúde.

4 CONCLUSÃO

Ao final deste artigo, vale ressaltar que o Estado tem a devida responsabilidade de garantir os direitos básicos de sua nação, especialmente no que diz respeito a saúde pública de qualidade. Para tanto, é fundamental que seja ampliada a quantidade de leitos hospitalares, tanto os de enfermagem quanto os de Unidades de Terapia Intensiva, além de priorizar a contratação de equipes médicas a atuarem nas regiões mais remotas do país, como em cidades interioranas do Norte e Nordeste. Outrossim, o conhecimento científico deve fazer o papel de mediador para assegurar e mostrar soluções e medidas eficientes que possam ser adotadas no enfrentamento do COVID-19 no Brasil, o que pode ocorrer por meio de maior investimento governamental, especificamente em instituições públicas de ensino que desenvolvam trabalhos voltados ao progresso científico da saúde, com a finalidade de garantir subsídios necessários para os pesquisadores nacionais.

A questão que nos coloca é como a falta de políticas de saúde e investimentos em ciência afetam o controle da

pandemia no Brasil? O resultado dessa questão é que sem investimentos e sem dá a devida importância para esses dois pontos a busca pela contenção da doença será ainda mais lenta. No entanto, novos estudos devem surgir para que essas discussões possam ser esclarecidas.

REFERÊNCIAS

B. Rache, Rocha, R., Nunes, L., Spinola, P., Malik, A. M. e A. Massuda (2020). Necessidades de Infraestrutura do SUS em Preparo a COVID-19: Leitos de UTI, Respiradores e Ocupação Hospitalar. **Nota técnica n.3**. IEPS: São Paulo. Disponível em: < <http://www.epsv.fiocruz.br/sites/default/files/files/NT3%20vFinal.pdf> >
> Acesso em: 05 de junho de 2020

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. – São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >
> Acesso em: 08 de junho de 2020

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ROCHA, M. M; SÁ, G. J. S; ALMEIDA, R. A. Os governos municipais frente ao coronavírus e O que esperar da ciência enquanto esperamos o amanhã. **Boletim n.38** – Ciências Sociais e coronavírus; 12 de maio de 2020. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63324311/Boletim_n3820200515-32890-au4ltd.pdf?1589581913=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO+que+esperar+da+ciencia+em+quanto+espera.pdf&Expires=1591750324&Signature=B2Bg-oMmnbjDJPouc2H0h6Y7m7y-Ss6ojWlq1qkPzBCrNIXec8CwszBHbmiltrxC15blyCshCQPIRpit36yaSrgeHFQtG8~oM7RDr4lCenbp89j8hf99rFo8CYkZ798E60XfTOl8bJ6MfQXJkTtdmr2GdwOV~UBzMmcSqq71Qj1OnBJiz-KTG~O0VdcNh3NwHKPDVXKKE3z5oOqbUvhgo9B13kK34yIf6gKkiQqr8Z7R4gSVvigTSmY4-UbU7Ri3NQEC2QglGa4UVo2eRAw8lJEJpeJLlVr5c4nPyT27LewjHRaB-B8TQDe5z2H~jhxorkFt90WUP1MeGDDIVY2ueQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em: 05 de junho de 2020

Santos BS. **A cruel Pedagogia do vírus**. 1ª ed. Coimbra: Edições Almeida, S A; 2020.

Sites consultados:

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/08/caso>

s-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-8-de-junho.ghtml> Acesso em: 08 de junho de 2020

Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/o-presidente-sou-eu-diz-bolsonaro-sobre-fala-de-mourao-em-defesa-do-isolamento/ > Acesso em: 09 de junho de 2020

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O DESAFIO DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS

Ednalva Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a educação vem se aprimorando e se transformando cada vez mais, para acompanhar o processo de globalização que vem acontecendo no mundo. Adequando se as necessidades do público alvo ela precisou se adaptar com isso a utilização da educação à distância (EAD) cresceu e firmou se como uma das modalidades de ensino mais procuradas mundialmente.

Em linhas gerais o sistema educacional teve algumas dificuldades para acompanhar os avanços rápidos, não só tecnológico, mas também populacional, sobre tudo os países em desenvolvimento que foram os mais afetados uma vez que a demanda de pessoas buscando conhecimento se tornou cada vez maior do que a oferta de qualificação profissional e desenvolvimento do letramento educacional.

A EaD chega ao Brasil por volta do ano de 1904, através de um curso de datilografia ofertado por correspondência, no decorrer do tempo a EaD conseguiu seu espaço no país com o ensino profissionalizante uma alternativa para os trabalhadores que para garantir sua vaga no mercado de trabalho necessitavam de formação e para a população que por vários motivos não tinham condições de acessar o ensino básico no tempo normal, dessa forma os cursos à distância se tornaram cada vez mais viáveis.

Devido à pandemia do COVID 19 que espalhou se pelo globo terrestre, vários países precisaram se adaptar criando estratégias visando minimizar os estragos causados pela doença viral, eles em sua maioria adotaram o sistema de quarentena e isolamento social o que causou alterações no dia a dia da população.

Uma das áreas mais afetadas foi o setor educacional que precisou encontrar meios de desenvolver seu trabalho dessa forma se faz necessário entender como que a educação publica esta se organizando a partir do ensino remoto para dar continuidade ao ano letivo? Esse artigo tem como objetivo geral verificar a percepção dos educadores acerca das dificuldades que irão enfrentar com o uso dessas tecnologias, bem como, as pessoas que irão trabalhar as atividades com os alunos para situações do dia a dia. Os

objetivos específicos entre eles estão pesquisar sobre a diferença entre às duas categorias de ensino, entender quais as causas e consequências do uso do ensino remoto em tempos de pandemia, como que essa ferramenta esta sendo utilizada na educação pública uma vez que os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem não tiveram uma formação adequada para desenvolver essas atividades.

Para a elaboração deste artigo foi utilizada como metodologia o estudo exploratório-descritivo, através da pesquisa bibliográfica entre outras. A justificativa da realização dessa pesquisa foi esclarecer algumas dúvidas sobre o uso do ensino remoto em tempos de pandemia bem como mostrar o despreparo sócio econômico de uma parcela da população, o mesmo contem cinco capítulos, o primeiro trata se da introdução pontuando em linhas gerais as questões mais importantes do trabalho, o segundo fala sobre a origem da educação a distância no mundo de acordo com alguns autores, bem como abordará questões relacionadas à chegada da EaD no Brasil e pontuar algumas questões históricas daquele período, ainda neste capítulo fala se sobre o ensino remoto nos tempos de pandemia e como ele esta sendo colocado em prática, o terceiro descreve a metodologia utilizada para fazer o estudo, o quarto traz um resumo critico nos resultados e discussões sobre o que venha a ser ensino

remoto e o que diferencia o mesmo da EaD, o quinto capítulo mostra As considerações finais do trabalho enfatizando como que estão sendo trabalhadas as atividades remotas, na prática, tendo em vista as realidades do público que são bem distintas.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC):

O CNE autorizou os sistemas de ensino a computar atividades não presenciais para cumprimento de carga horária de acordo com deliberação própria de cada sistema. O CNE listou uma série de atividades não presenciais que podem ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia. Meios digitais, vídeo aulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis são algumas das alternativas sugeridas,

Desta forma observamos que o ensino remoto, está indiretamente utilizando alguns procedimentos metodológicos da educação à distância porém existem algumas diferenças como, por exemplo, a EaD tem conteúdos e uma metodologia mais trabalhada a longo prazo diferente do ensino remoto que no contexto de pandemia foi pensado para uma situação emergencial, ao longo dos anos ambos foram se adequando aos avanços tecnológicos.

2 SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNDO

A origem da educação a distância divide opiniões por ter uma ampla trajetória histórica, conforme Hermida, Bonfim (2006) alguns autores consideram a invenção da imprensa no século XV por Gutemberg como a primeira experiência à distância.

De acordo com a aula virtual ministrada por Bastos, Cardoso e Sabbatini (2000) foi a partir da chegada do livro que o ensino em massa se tornou possível, fazendo com que o aprendizado se tornasse mais acessível. Uma vez que foi através dos livros, jornais, rádios, revistas, a mídia propriamente dita que desde a criação até o desenvolvimento da mesma o conhecimento deixou de ser algo exclusivo ao professor que ficava preso a uma pequena sala de aula com poucos alunos e foi chegando aos lugares de difícil acesso.

Alguns autores consideram que a educação a distância se tornou moderna no final do século XVIII seguindo até o século XIX com a invenção tecnológica onde os professores usavam o sistema de correios para enviar materiais didáticos como livros, apostilas, cartas entre outros. Alguns fatos mundiais foram essenciais para enfatizar a importância do ensino à distância um dos principais foi a revolução industrial, aponta-se na publicação de Neves e Souza (2020) que a mesma

começou na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e se expandiu pelo mundo com ela trouxe o avanço tecnológico, ou seja, a chegada das máquinas, que resultou em mudanças principalmente no modo de produção, dessa forma os trabalhadores que almejassem continuar em seus postos de trabalho precisavam se qualificar profissionalmente, para manusear as máquinas se fazia necessário o mínimo de instrução sendo que a classe trabalhadora da época não tinha acesso à escola, nesse sentido os cursos profissionalizantes que eram ofertados a distância tornou se a opção mais viável para as condições daqueles trabalhadores.

As experiências visando melhorar as metodologias usadas para o ensino à distância foram muitas com a chegada do rádio, a televisão e a internet todos foram essenciais para o desenvolvimento do ensino, e são métodos usados até os dias atuais. O Decreto nº 2.494, de 10-2-1998 (BRASIL, 1998) define EAD como:

Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

A EaD é definida como uma modalidade de ensino-aprendizagem que emprega as tecnologias de comunicação

(material impresso, rádio, televisão, internet, entre outros) para informar/instruir os sujeitos envolvidos no processo educativo que se encontram fisicamente distantes do docente/ou instituição de ensino.

3.1 A CHEGADA DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL, E O CONTEXTO HISTÓRICO.

Por mais que no Brasil tenham ocorrido experiências de educação a distância desde 1904, foi em 1930 que se fortaleceu com o ensino profissionalizante o que no momento era indispensável devido os fatos históricos que ocorriam no mundo naquela época. Ao fazermos um resgate histórico sobre a educação à distância podemos observar que ela surge em vários aspectos tendo como destaque a necessidade de preparação educacional e profissional de milhões de pessoas que não poderiam frequentar uma sala de aula por vários motivos. Hermida, Bonfim (2006)

Entre eles questões econômicas, os alunos pertencentes à classe baixa precisavam encontrar um meio de sobrevivência na maioria dos casos iam à busca de emprego sem nenhuma qualificação o que lhes restavam eram os trabalhos braçais e isso dificultava ainda mais a possibilidade de participar de uma aula Presencial, outro empecilho era à

distância, os moradores do interior, das zonas rurais e das periferias enfrentaram e ainda enfrentam diariamente esse tipo de problema não só para ir à escola, os outros serviços essenciais tornam se difíceis de acessar. Nesse contexto entende se que a dificuldade para acompanhar o ensino remoto que esta sendo trabalhado na maioria das escolas públicas como um desafio ainda maior tanto para o educador como para o educando.

3.2 O ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Silva (2012) afirma que experimentos Remotos são representações de dispositivos reais interligados por circuitos atuadores, sua interação é dada através da Internet. Ou seja, as atividades remotas são reais por mais que a presença do professor em sala de aula seja essencial podem existir situações em que os experimentos remotos se tornem uma ferramenta indispensável na execução do processo de ensino e aprendizagem, toda via há alguns anos uma parte da sociedade observava estes experimentos como uma metodologia limitada ao computador, aulas online, etc., nos dias atuais podemos observar um novo olhar sobre a concepção dessas atividades.

O ensino remoto que está sendo utilizado pelas

escolas públicas no ensino básico, em linhas gerais são atividades realizadas a distância, e o que difere a mesma da EAD é que está se trata de uma modalidade de instrução onde as aulas são executadas em tempo e espaços diferentes, já o ensino remoto são usados apenas em casos emergenciais como a quarentena para dar continuidade ao ano letivo, e em curto prazo.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento do presente artigo consiste em uma pesquisa teórica com idéias e estudos fundamentados a partir de bibliografias sobre o tema através da investigação científica em artigos e periódicos especializados, livros e fontes da internet. Assim, o projeto abordará questionamentos e informações relevantes sobre o tema na visão de diversos autores.

De acordo com Gil (1987), não existem regras fixas para a realização de pesquisas bibliográficas, mas alguns afazeres que a experiência demonstra serem importantes.

Através da pesquisa bibliográfica, é possível agrupar em uma única base de dados todas as informações coletadas, cujas fontes encontram-se em bibliotecas, órgãos públicos, coleções particulares de professores e colegas, publicações,

entre outros. Foram analisados autores como SILVA (2000), GIL (1987), GIL (2002) entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na fala de alguns educadores da educação pública, Muitas inquietações e indagações foram tomadas por todos que fazem parte dos processos educativos, se essas aulas seriam uma EAD ou atividades remotas, várias nomenclaturas foram dadas, mas nenhuma definida com nitidez, pois isso vai depender de cada estado ou secretaria de ensino. De acordo com o texto de Daros (2020) existem algumas diferenças entre o dois modelos de ensino.

A EAD tem como metodologia o uso de vídeo (aulas) que são gravadas para todas as disciplinas em unidade de ensino com o auxílio de um tutor para tirar as dúvidas, a utilização de materiais didáticos padronizados com um cronograma definido e as avaliações de testes unificados, produzidos e corrigidos em escala. (UNITAU, 2020).

Já nas atividades remotas há uma interação com educador sobre as disciplinas, materiais customizados e preparados pelo educador da disciplina, o cronograma e calendário próprio de acordo com o plano de ensino para a emergência e o material didático personalizado é elaborado

pelo professor da disciplina de acordo com o conteúdo abordado durante as aulas remotas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação em que se encontra atualmente a educação brasileira podemos observar que nem todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem estão preparados para uma mudança tão radical como a que está ocorrendo no sistema educacional, são muitas as dificuldades encontradas principalmente pelos alunos para conseguir acompanhar o ensino remoto que está sendo colocado na educação pública na maioria dos municípios paraibanos. Uma delas é o baixo poder aquisitivo que os impede de investir na educação dos jovens, desde comprar um computador ou até mesmo acessar uma internet de boa qualidade, outra dificuldade seria por morar em lugares de difícil acesso.

Os moradores da zona rural, que residem em lugares mais distantes e com isso sofrem constantemente com as dificuldades encontradas, por mais que em sua trajetória história os povos do campo tenham tido várias conquistas de direitos, estas não foram o suficiente para suprir suas necessidades básicas, bem como, o direito a uma educação

de qualidade, pois na maioria das vezes os governantes locais não valorizam as poucas escolas situadas no campo, preferem nuclear as mesmas fazendo com que os alunos que queiram estudar se desloquem para as escolas sedes resultando assim no fechamento da escola no campo.

Em localidade de difícil acesso, estes estudantes oriundos do campo ficam impossibilitados de receber tanto as aulas com material impresso, como na questão econômica, a maioria das famílias camponesas vive da agricultura familiar, ou seja, produzem para subsistência e outra parte para comercializar nas feiras, nem sempre esse faturamento será suficiente o que os torna financeiramente limitados de possuir alguns aparelhos tecnológicos não tão necessários no seu cotidiano, mas que para acompanhar as aulas remotas os estudantes necessitam do mínimo de tecnologia.

Além dessas dificuldades podemos destacar o despreparo tanto dos professores da rede pública que em muitos casos têm a oportunidade de usar algumas dessas técnicas com os alunos para trabalhar nas aulas habituais e não fazem como também dos educandos que mesmo tendo o aparato tecnológico seja na instituição ou em casa usam para outros fins por não terem atividades que usufruam de ferramentas tão importantes como é a tecnologia. Podemos observar a importância disso em um momento emergencial

como esse onde todos nós fomos pegos de surpresa quando, na verdade, os professores poderiam ter acesso a uma formação continuada nesta área uma vez que o mundo usa tecnologia cada vez mais e com isso poder trabalhar em sala os aparelhos eletrônicos, digitais e midiáticos de maneira educativa e mostrar para os alunos que existe muita coisa disponível na internet a favor da educação.

Alguns estudos estão sendo observado os possíveis impactos desta prática de ensino tendo em vista que as escolas particulares possuem um aparato tecnológico melhor e já trabalhavam com atividades remotas, diferente das escolas públicas que dependem das verbas deliberadas para a educação para investimentos tecnológicos e não se atentaram para um possível momento de pandemia, tão pouco fazia uso das tecnologias disponíveis no ambiente escolar.

REFERENCIAS

BASTOS, CARDOSO e SABBATINI. **Uma visão geral da educação à distância**. Disponível em: <<http://www.edumed.net/cursos/edu002.2000>>. Acessado em: 31 de maio de 2020.

DAROS, Thuinie. **Conheça a diferença entre ensino remoto e EAD**. Unicesumar. Disponível em: <<https://www.unicesumar.edu.br/blog/diferenca-entre-ensino-remoto-e-ead/>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

ENTENDA A DIFERENÇA ENTRE A AULA REMOTA E A AULA EAD. UNITAU. Disponível em: <

<https://unitau.br/noticias/detalhes/4281/entenda-a-diferenca-entre-a-aula-remota-e-a-aula-ead>>. Acessado em: 25 de julho. de 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: HISTÓRIA, CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS.** Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2020.

GIL, ANTONIO. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 1ª Ed., Lisboa, Atlas S.A., 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEC homologa diretrizes para o ensino durante a pandemia.

Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-homologa-diretrizes-para-o-ensino-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 03 de jun. 2020.

NEVEZ, Daniel; SOUSA, Rafaela. **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.**

Mundo e escola. Disponível em:

><https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-industrial-2.htm>>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

SILVA, Silvana Pires Da. **A UTILIZAÇÃO DA EXPERIMENTAÇÃO REMOTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Um estudo em escolas das redes público e privado.** 2013. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de

Bacharel em Tecnologias da Informação e Comunicação, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2013.

Disponível em<[https://repositorio.](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131063)

[ufsc.br/handle/123456789/131063](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131063)>. Acesso em: 02 jun. de 2020.

SILVA Lilian. **Um pouco do Histórico da Educação a Distância EAD.** 2013. Disponível em: <[http://www.educacao-a-](http://www.educacao-a-distancia.com/historico-da-educacao-a-distancia-2/)

[distancia.com/historico-da-educacao-a-distancia-2/](http://www.educacao-a-distancia.com/historico-da-educacao-a-distancia-2/)>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

UM OLHAR SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL QUE AFETA DIRETAMENTE A EDUCAÇÃO DO PAÍS DIANTE DA PANDEMIA DO NOVO COVID- 19

Mônica Alves Feitosa

1. INTRODUÇÃO

Neste ano de 2020 o mundo se deparou com a pandemia do coronavírus que teve o início no primeiro trimestre do mesmo ano. Com o decreto do isolamento social, o campo da educação foi um dos mais atingidos, com a suspensão das aulas.

O toque na hora que aperta as mãos, as gotículas de saliva, os espirros, a tosse, objetos contaminados, como celulares, mesas, maçanetas, brinquedos, teclados de computadores e etc. todos esses fatores auxiliam diretamente a transmissão do coronavírus. Diante de todo esse contato físico, os governantes exigiram o fechamento de lugares onde houvesse aglomerações de pessoas, na tentativa de barrar a proliferação do vírus. É bem possível que ocorra todos esses

contatos, diante desses acontecimentos, as aulas foram suspensas imediatamente.

Devido à essas situações e a prolongação da pandemia, os governantes junto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desenvolveram uma nova estratégia para reiniciar as atividades letivas com novas metodologias acadêmicas, através dos meios de comunicações.

Com o isolamento social implantado, o contato físico entre as pessoas diminuiu consecutivamente, aumentando, assim o distanciamento entre as mesmas, que passaram a se comunicar através da internet em suas redes sociais, chamada de conexão digital. Essa nova implantação do sistema de ensino digital, com o acesso a internet, ampliou as transmissões online, como palestras, seminários, roda de conversas, reuniões, aulas online, entre outros. Esses meios de se comunicar já eram utilizados, por vários órgãos, mas não com essa proporção que estão sendo utilizados atualmente, em época de pandemia. Sabe-se que, mesmo com essas implantações, na tentativa de obter um acesso digital de qualidade para todos, estes fatos ainda estão um pouco distante da realidade de algumas pessoas.

Para aqueles que têm bons aparelhos e uma internet de rápida conexão, não apresentaram nenhuma dificuldade

nem se prejudicaram, pois já faz parte da realidade dos mesmos. Mas, vivemos em um país com uma desigualdade social enorme, fato de realidade em toda parte do país, que tem a maioria da população de classe baixa e cadastrada como baixa renda, esse novo sistema de ensino digital ,que foi implantado para facilitar a vida das pessoas, evitar o contato social e incluindo essas pessoas, na prática não foi tão bonito assim, pois causou uma exclusão digital, devido a proporção da desigualdade social. Um fato que não é nenhuma novidade no Brasil, se à administração fosse aperfeiçoada, a igualdade e a desigualdade social seria menos. Esse estudo tem o objetivo de analisar como estão sendo assistido a população em meio a pandemia, como os estudantes estão reagindo a esse novo meio de ensino online, como a metodologia educacional vai oferta um ensino de boa qualidade para todos os estudantes de diferentes níveis e faixa etária.

2. NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

O novo coronavírus, SARS-COV-2, que é responsável pela pandemia que surgiu em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China, que surpreendeu toda a nação com o surto de contaminação, é uma doença respiratória que causa uma

síndrome respiratória aguda grave. Em fevereiro de 2020 a Europa e as Américas começam a sentir os efeitos da covid-19, e devido a essa gravidade que se inicia a pandemia da covid-19, foi um impacto mundial com números de mortalidade assustador em um curto tempo, de uma manifestação que cresceu rapidamente que atingiu mais de 188 países e 4,5 milhões de pessoas.

Devido a essa pandemia da covid-19, foi preciso tomar grandes decisões todos os governantes junto a OMS (Organização Mundial da Saúde), começando pelo o isolamento social, pois é um vírus que se avança rapidamente sem nenhum controle. Com o isolamento decretado, foi fechado quase todos os órgãos de trabalho, exceto os órgãos da saúde. Assim com essa pandemia mais uma vez a educação vai ser afetada.

(...) Os países afetados implementaram gradativamente no espaço intranacional diferentes estratégias de isolamento social e impactaram no fechamento de unidades escolares (creches, escolas, colégios, faculdades e universidades) e demandando formas alternativas à continuidade dos processos de ensino-aprendizagem. (SENHORAS; PAZ, 2019, p 128 -129)

Assim, com o fechamento dos órgãos de ensino o campo educacional teve um grande impacto negativo, através de análises foi possível elaborar métodos temporários de

como passar informações metodológica nesse período de pandemia.

Os impactos da pandemia do novo coronavírus teve como plano de ação para a maioria dos países a adoção de estratégias temporárias de isolamento social, repercutindo assim em um quadro majoritário de fechamento presencial das unidades escolares ao longo do tempo, o qual atingiu o pico de 1,7 bilhões de estudantes afetados (90% de todos os estudantes do mundo), de diferentes níveis e faixas etárias em ate 193 países no período entre 28 de março e 26 de abril de 2020 (UNESCO,2020. P 129-130)

Um ato com o objetivo de manter a segurança de todos os alunos dependentemente da sua classe social ou faixa etária, uma decisão de segurança, mas sem ter à previsão de quando vai ser normalizado as aulas, portanto as unidades escolares, tem que se adaptar à esse impacto novo na educação.

O uso da internet para o ensino a distancia se caracterizou como uma estratégia muito pertinente para a continuidade dos estudos de adolescentes e adultos, não obstante incorra em graves limitações quanto a sua aplicação para crianças em função das dificuldades de se aplicar currículos online, razão pela qual em alguns países o uso de televisão se tornou a estratégia possível para a continuidade da educação dos menores (MIKS; MCILWAINE F, 2020, p. 132-133)

Devido o isolamento social e preciso analisar como os brasileiros principalmente, vão se adaptar a esse novo campo de educação, através da internet, sabendo que o meio de comunicação digital ainda não é dominado por todas as pessoas, assim fica bem visível que a educação online não vai atender a todos.

As desigualdades sociais também são acompanhadas de exclusão digital. O acesso á Internet continua desigual no País. No Brasil, praticamente metade da população não tem acesso á Internet ou tem acesso limitado e instável. As desigualdades nos acesso e usos da Internet em muitas áreas urbanas periféricas e zonas rurais reforçam as diferenças marcadas por vulnerabilidades sociais (SABÓIA,2020, p. 210).

Com relação ao aprendizado a distância por meio de acesso a Internet, é visível que nem todos vão ter a mesma facilidade de acesso, tento dificuldades no aprendizado, e preciso lembrar que á inclusão digital ainda é enorme no país, assim dificulta as formas de comunicação para aquelas pessoas de baixa renda, por exemplo, o cadastro do auxílio emergencial, que foi implantado pelos órgãos presidencial do Brasil, para aqueles que não tem renda fixa ou autônomo, pessoas essas, que foram atingidas pelo impacto que o covid-19 causou.Foi impressionante como grande parte da população brasileira tem dificuldades em acessar a Internet,

isto ficou bem visível com a tentativa de acesso para ter direito o auxílio.

3. CONCLUSÃO

Com a chegada do covid-19 no Brasil, ficou bem visível que o país não tem estrutura para enfrentar grandes emergências, nem um planejamento de orientação, causando um grande transtorno, pois foi um fato que apanhou todos de surpresa e as pessoas nem tinham a mínima noção do que estava acontecendo no país e no mundo, com a decisão de fechar todo os comércios e departamento escolares, tendo assim o decreto do isolamento social, os órgãos responsáveis pela organização do país, não tiveram a coerência e os devidos cuidados, para anuncia a quarentena no Brasil, causando pânico e transtorno para toda população.

Com o decreto de manter o isolamento social em vigor, mantendo as escolas fechadas, o acesso à internet passou a ser o meio de comunicação mais usado, sendo assim uma ferramenta muito importante, para o comercio e a “volta às aulas”. Com a nova plataforma de aprendizagem, criada para retomar as aulas via internet, outro planejamento mal elaborado, por que uma boa parte população brasileira, não tem acesso a internet, nem aparelhos de comunicação

com a qualidade para suprir esse novo ensino, assim, mais uma vez, os governantes são responsáveis por mais uma inclusão, dando o surgimento da exclusão digital.

Sabe-se que as pessoas mais afetadas nesta pandemia são aquelas que têm pouca informação, não têm a educação e a disciplina para conseguir se adaptar a uma convivência privada. Dessa maneira, em vez de encontrar soluções para conseguir sobreviver a essa pandemia, os problemas só aumentam. Por isso, todos têm que ficar atentos a forma que os governantes atuam, como é a forma política que empregada na administração. Usar essa pandemia como exemplo, tomar as decisões corretas sobre as escolhas dos políticos, pois é direito nosso, estamos passando por essa fase onde a desigualdade teve um grande destaque, por motivos de atos e projetos políticos que não visam o nosso bem-estar. Pode-se melhorar com o surgimento de novos estudos, com a aprendizagem e o ensino nesta época de pandemia, as unidades escolares podem disponibilizar de livros para os alunos em casa, oferta atividades ou textos impressos, para aqueles alunos que não têm acesso à internet, e de apoio e orientações para os pais ou responsáveis dos alunos, com esse conjunto escola, aluno e pais pode-se ter uma melhoria nos estudos a distância.

REFERÊNCIAS

COUTO, Edivaldo Souza. COUTO, Edilece Souza. CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #FIQUEEMCASA: Educação na Pandemia do Covid-19. **Interfaces Científicas**. Aracaju. 2020, Vol. 8, N°. 3, Pág. 200-217.

JUNIOR, Verissimo Barros dos Santos. MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação e COVID-19: as Tecnologias Digitais Mediando a Aprendizagem em Tempos de Pandemia. **Revista Encantar-Educação, cultura e Sociedade**. Bom Jesus da Lapa. Jan/dez.2020, Vol. 2, N°. 11, Pág. 01-05.

PORSSE, Alexandre A. SOUZA, Kênia B de. CARVALHO, Terciane S. VALE, Vinícius A. Impactos Econômicos da COVID-19 no Brasil. **NEDUR-UFPR (Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Urbano e Regional – Universidade Federal do Paraná)**. Paraná. 06 de abril de 2020, N°. 1.

SENHORAS, Elói Martins. Coronavírus e educação: Análise dos impactos assimétricos. **Revista UFRR. Boletim de conjuntura (boca)**. Boa Vista. 2020, Vol. 2, N°. 5, Ano II.

COMUNIDADES RURAIS EM TEMPOS DE COVID-19: PERCEÇÃO E VIVÊNCIA DOS CAMPONESES NA COMUNIDADE CALDEIRÃO, BREJINHO (PE)

Aucilene Rodrigues da Silva

1 INTRODUÇÃO

O vírus (SARS- COV-2) apresentou suas primeiras incidências na China em dezembro de 2019. Desde então os olhares direcionados ao país, que antes giravam em torno da dinâmica produtiva e fluxos econômicos, voltaram-se para a doença (covid-19/novo coronavírus). Sobretudo, pelo fato de a disseminação do vírus ocorrer com grande velocidade e em diversas escalas geográficas devido à fluidez e mobilidade rápida das pessoas, dos recursos e informações geradas pelo fenômeno da globalização e do capitalismo sem fronteira (RODRIGUES, 2020).

Neste contexto, rapidamente diversos países iniciaram o cancelamento dos voos aéreos e decretaram o fechamento das fronteiras terrestres, provocando indignações e reflexões em toda parte do mundo. De um lado, voltadas para a

gravidade da doença, dispersão do vírus, números de infectados, mortes e medo. Do outro lado, centradas nas questões econômicas, todavia, essas discussões ganharam maiores proporções após a Organização Mundial de Saúde (OMS) apontar o distanciamento social como medida eficaz e urgente a ser seguida no enfrentamento da pandemia.

Rodrigues (2020, p.14) frisa que tais medidas não geraram apenas mudanças discursivas e produção de narrativas políticas no Brasil e no mundo “mas contribuiu nas/para mudanças das dinâmicas de cidades (no mundo todo): de encontros e passeios em parques, praças, teatros, museus, feiras, restaurantes, bares e shoppings [...]”. Porém, parafraseando Santos (2020), a pandemia não atinge os países e nem os grupos sociais da mesma maneira.

Partindo dessa premissa é de suma importância a realização de pesquisas no campo das ciências humanas e sociais para identificar as mudanças, anseios, dificuldades e necessidades apresentadas pelos diversos grupos (do campo ou cidade) nesse momento de crise sanitária.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo conhecer a percepção e vivência dos camponeses e camponesas da comunidade Caldeirão no contexto da pandemia do novo coronavírus. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar quais os cuidados

adotados para prevenir a disseminação do vírus; averiguar se ocorreram mudanças no cotidiano em decorrência da doença e verificar em que medida residir no meio rural contribui para o enfretamento da pandemia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e participante. Na visão de Denzin e Lincoln (2006) a pesquisa qualitativa segue a abordagem interpretativa do mundo, portanto, o pesquisador estuda as coisas em seus cenários naturais, buscando entender os fenômenos conforme os significados que os pesquisados direcionam a eles. Como a pesquisadora é membro integrante da comunidade, ou seja, faz parte do corpo social (BRANDÃO, 1988, 2001; MARCOS, 2006) o estudo adquire características de pesquisa participante natural (SILVA, 2015).

Em relação aos procedimentos técnicos foi utilizada a pesquisa bibliográfica, o que significa que a produção foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído por artigos científicos, dissertação e livros. Para obtenção dos dados referentes à comunidade foram realizadas entrevistas abertas com 10 (dez) pessoas entre os dias 30 de maio e 02 de junho de 2020 via ligação no whatsapp.

Alguns autores dentre eles Gil (2008) considera que entrevistas por telefone têm suas vantagens e desvantagens. No caso específico, foi identificada como vantagens a possibilidade de realizar a pesquisa sem que os envolvidos se expusessem ao risco de contágio e agendamento do momento mais apropriado para a realização da entrevista. Em contrapartida, impossibilitou de observar e/ou descrever as características do entrevistado ou as circunstâncias em que se realizou a entrevista.

Para interpretação dos dados, as informações foram categorizadas seguindo as regras básicas apontadas por Selltitz (1967) apud Gil (2008, p.157) na qual o conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação, deve ser exaustiva e mutuamente exclusiva, e à análise de discurso.

3 COMPREENDENDO A PERCEPÇÃO CAMPONESA E SUAS AÇÕES EM RELAÇÃO A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A Comunidade Caldeirão dista 08 km a oeste da sede municipal de Brejinho e aproximadamente 400 km da capital Recife. O acesso é realizado por estrada vicinal. A comunidade é composta por 58 famílias, que têm a agricultura

como principal fonte de renda, “embora muitos associem atividades agrícolas com outras atividades não-agrícolas para complementação da renda familiar” (SILVA, 2015, p. 89).

Do ponto de vista da rotina agrícola as famílias mencionam que não houve mudanças durante esse período de pandemia do Covid-19. Conforme evidenciou uma das entrevistadas: “As atividades são as mesmas de antes, pois quando começou essa pandemia já tinha chovido, tinha plantado, ele [esposo] continuou limpando o mato. Depois chegou o feijão, ele apanhou depois debulhamos e agora já está secando para engarrafar e guardar” (ENTREVISTADO 08, 2020). Entretanto, algumas atividades não-agrícolas foram suspensas, a exemplo das aulas de *jiu-jitsu*, comercialização de bebidas e prestação de serviços como as atividades da construção civil, cuidador de idoso, taxista e manicure, uma vez que essas atividades ocasionariam aglomerações ou o deslocamento das pessoas entre as comunidades vizinhas e a zona urbana.

A suspensão dessas atividades ocorreu para obedecer às recomendações das autoridades, mas também, está vinculada a preocupação dos moradores com seus familiares e comunidade. A entrevistada 05 (2020) aponta: “Eu deixei de trabalhar, pois eu trabalhava exatamente na zona urbana [cuidando de um idoso], mas como meu filho é alérgico e tem

outros problemas de saúde, então saí do emprego para que eu não o colocasse em risco”.

O entrevistado 03, assim, se expressou:

Devido essa pandemia eu tive que cancelar os treinos de jiu-jitsu que ministrava em Brejinho e outras cidades circunvizinhas. Primeiro, para não colocar os alunos em risco; depois porque eu moro com a minha mãe que é idosa [grupo de risco] e, também, para não correr o risco de trazer o vírus para a comunidade (ENTREVISTADO 03, 2020).

Observa-se que a comunidade está seguindo as orientações da OMS, tanto no que concerne aos cuidados individuais como coletivo. De acordo com as entrevistas, as famílias estão tomando os cuidados necessários como: lavando as mãos, usando máscara e álcool em gel, higienizando os produtos adquiridos no mercado e se deslocando da comunidade apenas em casos essenciais, a exemplo, aquisição de alimentos.

Em decorrência disso, atividades como as reuniões ordinárias da associação comunitária, cultos religiosos, café e prosa com as mulheres estão suspensas. Algumas pesquisas acadêmicas em curso no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com atividades de campo marcadas foram adiadas.

A pandemia também provocou mudanças nas relações sociais da comunidade. De acordo com as famílias, as idas corriqueiras na casa do vizinho para colocar o “papo em dia” e/ou praticar estudos bíblicos no final da tarde ou à noite não existem mais. Do mesmo modo, como frisou uma entrevistada, “quando as pessoas têm algo para resolver umas com as outras resolvem, na maioria das vezes, pelo celular” (ENTREVISTADO 06, 2020)

Mudanças afetivas e emocionais também foram identificadas. Os entrevistados afirmam que a demonstração de afeto como aperto de mão, abraços e beijo ao encontrar com um vizinho, ou familiares que não moram na mesma casa, já não são mais comuns e nem aceitos. Citam também que o cenário pandêmico gerou medo, ansiedade e estresse no seio familiar e comunidade.

Na percepção das famílias entrevistadas ocorreram mudanças também no que diz respeito às tarefas domésticas. Uma das entrevistadas relata:

Eu acho que com essa pandemia aumentou o meu trabalho em casa, porque os meninos ficam todos em casa, antes eles iam para a escola tinha horário para sair de casa e para voltar, agora passam mais tempo em casa e fazem mais bagunça. Também se não tiver atividade da escola para eles fazerem, eles ficam parados só mexendo no celular, então eu tenho que procurar atividades para eles fazerem (ENTREVISTADO 01, 2020).

Para outra entrevistada, as tarefas domésticas aumentaram devido à “obsessão com a higienização do lar e cuidados com as crianças”, ela expõe que agora as crianças passam mais tempo em casa e fazem mais bagunça o que requer mais atenção e cuidados por parte dela. Ela utiliza a frase “ser mãe na quarentena, misericórdia! Tem que ter nervos de aço” sintetizando essa dificuldade.

O distanciamento social ocasionou ainda mudança nos hábitos alimentares dentre eles a substituição do pão por produtos produzido em casa e intensificou o consumo dos alimentos produzidos na agricultura. Como destacado na fala: “houve mudança de hábitos alimentares, pois ao invés da gente sair para comprar o pão, comprar algum outro produto, a gente está consumindo mais do que produzimos aqui, já que nessa época [inverno] temos alimentos em abundância”.

Nesse sentido, 100% dos entrevistados, declararam que residir na zona rural traz benefícios econômicos e bem-estar no enfrentamento da pandemia. Dentre os benefícios foram destacados: facilidade para cumprir o distanciamento social, diversidade de alimentos e recursos (residência própria, água potável, lenha) e contato com a natureza. Entre os depoimentos, destaca-se:

Aqui a gente não tem muito contato com as pessoas, como o pessoal da cidade que quando abre a porta já tem contato com outras pessoas. No sítio a gente fica um pouco mais protegida. Acho que a gente está passando melhor, pois na cidade o pessoal fica dentro de quatro paredes, aqui a gente fica de portas abertas, sai para fazer uma caminhada, vai ao roçado e assim a gente se distraí. Ainda temo feijão, milho, fruta, muita coisa da agricultura que a gente não precisa comprar (ENTREVISTADO 08, 2020).

No que tange à doença, propriamente dita, os entrevistados comentaram que é algo preocupante. Nas palavras de uma das entrevistadas: “A gente nunca viu nada parecido, já tiveram muitas epidemias, inclusive, eu já passei por muitas, mas nunca vi morrer tantas pessoas como agora com esse coronavírus, também, não vi o Brasil parar, o mundo parar”. (ENTREVISTADO 08, 2020). Outro entrevistado acrescentou: “É bastante preocupante, pois se trata de algo invisível, muito difícil de controlar” (ENTREVISTADO 03, 2020)

Percebe-se que a comunidade tem passado por algumas mudanças tanto de cunho individual como coletivo em razão da pandemia do novo coronavírus. Contudo, refletindo sobre o apontamento de Alentejano (2020, p.32) que os centros urbanos, especificamente, “as grandes metrópoles são espaços cada vez mais caóticos e favoráveis à disseminação das epidemias” o fato da comunidade dispor

de uma diversidade produtiva proporcionando, em certa medida, autonomia alimentar e distanciamento do espaço urbano, tem sido um aspecto favorável na prevenção da disseminação do vírus.

4 CONCLUSÃO

Em caráter conclusivo, a pesquisa demonstra que os camponeses e camponesas da comunidade não enxergam a doença com descrença, pelo contrário, tem levado a situação bastante a sério e seguido as orientações recomendadas pela OMS, especialmente, o distanciamento social.

Em virtude disso, a comunidade tem passado por algumas mudanças tanto de caráter individual como coletivo, porém apesar dessas alterações no cotidiano, os camponeses camponesas consideram que residir no meio rural tem sido um aspecto favorável no enfrentamento da pandemia devido à diversidade de alimentos e recursos e o contato com a natureza que o espaço rural proporciona, inclusive, em algumas falas aparecem reflexões acerca da realidade vivência no espaço urbano nesse contexto de pandemia.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma Agrária, Caos Urbano, Agronegócio e Pandemia. **Revista Tamoios**. São Gonçalo (RJ), ano 16, n.1, Especial COVID-19. Pág.32-38, maio 2020. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242>>. Acesso em: 25 de maio 2020.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas em Pesquisa Social**. 6. Ed. – São Paulo. Atlas, 2008.

RODRIGUES, Jondison. **Narrativas políticas, produção de vulnerabilidades e convulsão social no Brasil e no mundo, no contexto do Novo Coronavírus**. Paper do NAEA, v. 29, n. (dossiê Crise e Pandemia) 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/8725/6231>>. Acesso em: 31 de maio 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel Pedagogia do Vírus: reflexões sobre a pandemia**. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. **Pluriatividade e Sustentabilidade em Comunidades do Semiárido Nordestino**. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

IMPACTO DO COVID-19 NO TRANSPORTE DE CARGA RODOVIÁRIO

Cássio de Oliveira Almeida

1 INTRODUÇÃO

O mundo tem acompanhado de forma perplexa a pandemia¹³ que tem se alastrado em diversos países. Trata-se do coronavírus, que de acordo com o ministério da saúde (2020), o "coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias, e que a covid-19 foi descoberta em 31/12/2019 na China".

Em síntese esta pandemia tem interferido diretamente e indiretamente nos processos econômicos, tendo em vista que a principal medida adotada pelos gestores tem sido conscientizar as pessoas a ficarem em casa. Todavia o fato das pessoas ficarem em casa tem interferido em alguns processos econômicos e dentre eles o transporte de objetos e insumos para abastecimento das pessoas.

¹³É o termo utilizado para definir quando uma doença alastra nações, ultrapassando continentes.

Por conseguinte o estudo tem como limitação a análise dos transportes de cargas mais especificamente os veículos pesados¹⁴, ademais, apresenta como espaço temporal os meses de março e abril do ano de 2020, ou seja, os meses utilizados para a pesquisa foram esses dois.

Dessa forma o presente estudo tem como objetivo geral analisar o impacto que a covid-19 tem causado no transporte de carga no Brasil mais especificamente nos veículos pesados. Têm-se como objetivos específicos: a) ver de forma geral a atuação da covid-19 no Brasil; b) mostrar a importância do modal rodoviário; c) mensurar a interferência que a covid-19 tem causado no transporte de veículos pesados.

A pesquisa tem como justificativa o papel preponderante que o modal rodoviário exerce no transporte de cargas, fazendo com que diversos insumos sejam escoados e distribuídos em todo território nacional, assim como exerce função relevante na produção de empregos e na produção de riquezas, fazendo com que haja um incremento no produto interno bruto (PIB).

Com isso, vale ressaltar que o transporte rodoviário de carga exerce papel primordial na economia, segundo Andrade (2017, p.7), "o serviço de transporte tem papel fundamental no

¹⁴ Trata-se de caminhões, ônibus e tratores

processo de desenvolvimento econômico com efeitos diretos tanto sobre a produção quanto sobre o consumo no país”.

Dessa forma fica clara a importância do transporte de carga, tendo em vista o seu relevante papel para o funcionamento da economia e o bem estar das pessoas, feito isso é notória a importância de analisar esse modal tão importante para todos os cidadãos.

Feito isso, foi utilizada a metodologia de pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa em que se buscou através de dados secundários, retirados da base de dados do site da associação brasileira de concessionária de rodovias (ABCR), analisar o impacto que a covid-19 tem causado no transporte rodoviário de carga.

2 IMPORTÂNCIA DO MODAL RODOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE CARGA NO BRASIL

O Brasil conta com cinco modais de transportes básicos, que são eles: modal ferroviário, modal rodoviário, modal aéreo, modal hidroviário e o modal dutoviário, entretanto para fins desta pesquisa vai ser analisado apenas o modal rodoviário, que é a forma predominante no transporte de cargas no Brasil. Já na década de 1950, em que ocorria a implantação da indústria de carro e a pavimentação das

rodovias, o modal rodoviário cresceu bastante atingindo praticamente todos os pontos do território nacional (GOMES; RIBEIRO, 2011).

De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (2018), o modal rodoviário exerce fundamental importância no transporte de carga contando com pouco mais de 60% de tudo que é transportado em todo o território nacional.

Segundo Andrade (2017, p.12):

[...] o transporte afeta a produtividade do país por influenciar seu potencial no comércio externo, tanto via importação quanto exportação. Assim, se os custos de transporte forem muito altos, eles funcionarão como um imposto de importação ou de exportação e aumentarão os custos dos produtos, reduzindo a competitividade comercial deles.

Dessa forma, podemos observar que a importância do transporte a nível nacional vai muito além da variação econômica nacional, podendo ser um "termômetro" bastante atuante nas relações exteriores, em que pode através da sua variação no preço do transporte vir a elevar ou diminuir impostos, podendo assim, aumentar ou diminuir a competitividade de uma nação em importar e exportar matérias.

Ainda neste contexto, de acordo com Meneses (2014, p.157) “o transporte viabiliza a racionalidade produtiva, potencializando o mercado e permitindo produções de escala para esses grandes mercados. [...] os transportes interferem direta e indiretamente nos custos da comercialização dos produtos [...]”.

Como dito, Meneses deixa claro que é notória a importância do transporte para o valor final dos produtos, pois todo o gasto com a logística de transporte resultará em um acréscimo no valor final do produto, fazendo com que esse produto seja ou não competitivo no mercado, podendo assim inflacionar ou deflacionar o custo final do produto.

3 A COVID-19 NO BRASIL

O Brasil tem passado por uma das maiores crises epidemiológicas já vista em sua história, tudo ocasionada por um vírus da família do coronavírus, ou seja, a covid-19, pois de acordo com o ministério da saúde (2020) "coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias".

De acordo com o site da Fundação Oswaldo Cruz (2020):

Desde o início de fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença

causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa COroNaVirusDisease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro. A denominação é importante para evitar casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças.

Apesar da covid-19 ter se popularizado em 2020 ela surgiu na china em 2019 daí que resulta o número 19 após o termo covid para fazer referência ao ano que foi descoberto o primeiro caso. Já no Brasil a covid-19 teve seu primeiro caso confirmado, segundo o ministério da saúde, no dia 26/02/2020 na cidade de são Paulo, e de acordo com o painel coronavírus do ministério da saúde acessado no dia 09/06/2020 o quantitativo de casos confirmados já contabiliza o montante de 739.503.

Apesar de ser um vírus recente no Brasil, está evidente que o seu poder de disseminação e contágio é bastante amplo, fazendo com que medidas muitas vezes radicais sejam tomadas para impedir essa disseminação.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consiste na pesquisa descritiva, em que buscará descrever de forma

fidedigna os impactos que a pandemia causada pelo coronavírus tem causado no transporte de cargas pesado, além disso, a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que consiste em analisar e organizar os dados oferecidos pela associação brasileira de concessionária de rodovias (ABCR), e a partir desses dados chegar a uma conclusão real dos fatos, ou seja, se a chegada do coronavírus ao Brasil tem impactado o transporte pesado de carga. A opção pela a utilização dos métodos de pesquisa utilizados se justifica, porque foi possível utilizar os dados secundários oferecidos pela (ABCR), e assim poder descrever de forma real os resultados da pesquisa, assim como mostrar um panorama geral da do coronavírus no Brasil.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados utilizados na pesquisa foram retirados da base de dados do site da (ABCR), em que pode-se observar os seguintes as seguintes informações:

- O fluxo de veículos pesados em abril de 2020 teve uma retração de -20,5% em comparação a abril de 2019;
- Houve uma retração de -19,1% do mês de março de 2020 com relação ao mês de abril de 2020.

Através dos comparativos entre o mês de abril de 2019 e do mês de abril de 2020, percebe-se que a covid-19 causou uma queda de 20,5% no fluxo de veículos pesados e isso se deve às medidas de proteção sancionadas pelos gestores públicos e privados, na mesma linha de queda no fluxo de transportes pesados de carga está o comparativo entre os meses de março de 2020 em relação ao mês de abril de 2020, em que houve uma redução de 19,1% no fluxo de veículos pesados. Assim como também pode ser visto que apesar do coronavírus ter chegado recentemente ao Brasil é possível observar o elevado índice de infestação, da mesma forma que é notório o grande impacto que os transportes pesados têm sofrido

6 CONCLUSÃO

Portanto, ficou evidente a importância do modal rodoviário no transporte de carga no Brasil e que a Covid-19 tem causado sérios impactos negativos para este modal tão importante para a economia nacional, tendo em vista que, como este modal correlaciona com indicadores econômicos relevantes, tais como: trabalho, PIB, produção industrial, comércios em geral, entre outros, faz-se necessário um

debate mais aprofundado a cerca das medidas a serem tomadas para o transporte de cargas. Com isso pode-se concluir que a covid-19 tem atingido em cheio a economia e com essa retração na circulação de insumos a tendência é que faltem insumos em determinados setores e/ou os produtos tenham um incremento no seu preço final.

Fica evidente também que se tenha uma postura por parte dos gestores para que o modal rodoviário possa, dentro do limite e respeitando os critérios de medidas protetivas, estarem fazendo a distribuição dos produtos.

Portanto, faz-se necessário debate e discussões a cerca do impacto negativo que a covid-19 vem causando no transporte rodoviário de carga no Brasil, visto que esse modal além de ter participação primordial na economia apresenta papel preponderante para o conforto e bem estar das pessoas. Dessa forma vale salientar que novos estudos fazem-se necessário, tendo em vista que o modal rodoviário tem papel preponderante na economia e bem estar social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Clésio. **Transporte rodoviário**: desempenho do setor, infraestrutura e investimentos. Brasília: CNT, 2017. 70 p.

CASTRO, Cynthia. **Transporte em números**: setor contribui para a geração de empregos. 2019. Disponível em:

<<https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/transporte-numeros-setor-contribui-geracao-empregos>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

CRUZ, fundação Oswaldo. **Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19?**. 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

GOMES. C. F. S.; RIBEIRO. P. C. C. **Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação**. 1. reimp. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARCONI, M. A. de; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, Antonio Armando Santos. **A importância dos transportes para o desenvolvimento econômico: uma análise econométrica dos custos de frete do transporte rodoviário**. Aracaju: cadernos de graduação, 2014

ROCHA, CRISTINE FURSEL. **O TRANSPORTE DE CARGAS NO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA**. 2015. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Administrativas, UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Ijuí, 2015.

SAÚDE, Ministério da. **O que é COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SAÚDE, Ministério da. **Painel coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

TRANSPORTE, Confederação Nacional do. **Participação do modal rodoviário no transporte de carga nacional**. 2018. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt>. Acesso em: 3 jun. 2020.

Esta obra foi editada no atelier do **Instituto Sou Assis**,
a pedido dos organizadores, com aprovação do Conselho
Editorial.